



Coordenadoria do Orçamento Estadual
orcamentoalesc@gmail.com

RELATÓRIO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS - 2012
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) 2012
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2013



DIAS 02, 03 E 04 DE MAIO E 04, 05, 06, 11 E 25 DE JUNHO DE 2012

**SÃO MIGUEL DO OESTE – MARAVILHA – CHAPECÓ – JOAÇABA –
CAÇADOR – CANOINHAS – JOINVILLE – BLUMENAU – RIO DO SUL - -
LAGES – CRICIÚMA – TUBARÃO – GRANDE FLORIANÓPOLIS**



APRESENTAÇÃO

O Poder Legislativo Estadual, representado pela Comissão de Finanças e Tributação e Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, vem ao encontro direto com os Municípios Catarinenses, por meio da realização das Audiências Públicas Regionalizadas, em cumprimento da Norma Constitucional, estabelecida no ano de 1997, com a criação do Orçamento Estadual Regionalizado.

O presente Relatório traz as reivindicações das Comunidades Catarinenses, apresentadas nas Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, realizadas no período de 02/05 à 04/05, 04/06 à 06/06 e 11/06 e 25/06 do corrente ano. Trata-se de um trabalho eminentemente técnico, traduzindo os dados colhidos nessas audiências, de forma ordenada, transparente e legitimamente democrática, em conformidade com a moderna atividade parlamentar sócio-política.

O encaminhamento deste Relatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, objetiva que se constitua em preciosa contribuição à elaboração da Proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2013, uma vez que vem democratizar a participação da Sociedade Catarinense na elaboração das peças Orçamentárias do Estado.

A orientação aprovada em reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Tributação foi para que cada Secretaria de Desenvolvimento Regional escolhesse das 12 (doze) prioridades do PPA-2012-2015, priorizadas nas Audiências Públicas Regionais de 2011, as 3 (três) prioridades para LDO/2012 e LOA/2013.

Foram priorizadas 108 obras e prestação de serviços em diversas áreas do Plano Plurianual – PPA-2012/2015, onde todas foram inclusas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Estadual do PLDO/2012 e que servirão de diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2013.

A presença de participantes nas 13 (treze) Audiências Públicas Regionais foi de exatos 1004 pessoas.



ÍNDICE

- Mesa Diretora	07
- Comissão Coord. do Orçamento Estadual Regionalizado	07
- Comissão de Finanças e Tributação	07
- Equipe Técnica	08
- Cronograma das Audiências Públicas	10
- Metodologia das Audiências Públicas	11
1ª Audiência Pública Regional – São Miguel do Oeste/ Dionísio Cerqueira e Itapiranga	13
- Fotos da Audiência Pública	14
Prioridades – São Miguel do Oeste	15
- Conselheiros e N° de Participantes.	15
- Lista de Presença.	16
Prioridades Dionísio Cerqueira	19
- Conselheiros e N° de Participantes	19
- Lista de Presença.	20
Prioridades – Itapiranga.	21
- Conselheiros e N° de Participantes.	21
- Lista de Presença.	22
- Ata 1ª Audiência Pública – São Miguel do Oeste/Dionísio Cerqueira e Itapiranga.	23
2ª Audiência Pública Regional – Maravilha/Palmitos e São Lourenço do Oeste	29
- Fotos da Audiência Pública	30
Prioridades – Maravilha	31
- Conselheiros e N° de Participantes	31
- Lista de Presença	32
Prioridades Palmitos	35
- Conselheiros e N° de Participantes	35
- Lista de Presença	36
Prioridades – São Lourenço do Oeste	37
- Conselheiros e N° de Participantes	37
- Lista de Presença	38
- Ata 2ª Audiência Pública – Maravilha/Palmitos e São Lourenço do Oeste	39
3ª Audiência Pública Regional – Chapecó/Seara/Quilombo e Xanxerê	43
- Fotos da Audiência Pública	44
Prioridades – Chapecó	45
- Conselheiros e N° de Participantes	45
- Lista de Presença	46
Prioridades Quilombo	49
- Conselheiros e N° de Participantes	49
- Lista de Presença.	50
Prioridades – Seara	51
- Conselheiros e N° de Participantes	51



- Lista de Presença	52
Prioridades – Xanxerê	53
- Conselheiros e N° de Participantes	53
- Lista de Presença.	54
- Ata 3ª Audiência Pública – Chapecó/Quilombo/Sera e Xanxerê.	55
4ª Audiência Pública Regional – Joaçaba/Campos Novos e Concórdia	61
- Fotos da Audiência Pública	62
Prioridades – Joaçaba	63
- Conselheiros e N° de Participantes	63
- Lista de Presença.	64
Prioridades Campos Novos	66
- Conselheiros e N° de Participantes	66
- Lista de Presença	67
Prioridades – Concórdia	68
- Conselheiros e N° de Participantes	68
- Lista de Presença	69
- Ata 4ª Audiência Pública – Joaçaba/Campos Novos e Concórdia	70
5ª Audiência Pública Regional – Caçador/Curitibanos e Videira	74
- Fotos da Audiência Pública	75
Prioridades – Caçador	76
- Conselheiros e N° de Participantes	76
- Lista de Presença	77
Prioridades Curitibanos	78
- Conselheiros e N° de Participantes	78
- Lista de Presença	79
Prioridades – Videira	80
- Conselheiros e N° de Participantes	80
- Lista de Presença	81
- Ata 5ª Audiência Pública – Caçador/Curitibanos e Videira . . .	82
6ª Audiência Pública Regional – Canoinhas e Mafra	86
- Fotos da Audiência Pública	87
Prioridades – Canoinhas	88
- Conselheiros e N° de Participantes.	88
- Lista de Presença.	89
Prioridades Mafra	91
- Conselheiros e N° de Participantes	91
- Lista de Presença	92
- Ata 6ª Audiência Pública – Canoinhas e Mafra	94
7ª Audiência Pública Regional – Joinville e Jaraguá do Sul	99
- Fotos da Audiência Pública	100
Prioridades – Joinville	101
- Conselheiros e N° de Participantes	101
- Lista de Presença	102
Prioridades Jaraguá do Sul	103
- Conselheiros e N° de Participantes	103



- Lista de Presença	104
- Ata 7ª Audiência Pública – Joinville e Jaraguá do Sul	105
8ª Audiência Pública – Blumenau/Brusque/Itajaí e Timbó	108
- Fotos da Audiência Pública	109
Prioridades – Blumenau	110
- Conselheiros e N° de Participantes	110
- Lista de Presença	111
Prioridades Brusque	113
- Conselheiros e N° de Participantes	113
- Lista de Presença	114
Prioridades – Itajaí	115
- Conselheiros e N° de Participantes	115
- Lista de Presença	116
Prioridades – Timbó	117
- Conselheiros e N° de Participantes	117
- Lista de Presença	118
- Ata 8ª Audiência Pública / Blumenau/Brusque/Itajaí e Timbó	119
9ª Audiência Pública Regional – Rio do Sul/Ibirama/Ituporanga e Taió	122
- Fotos da Audiência Pública	123
Prioridades – Rio do Sul	124
- Conselheiros e N° de Participantes	124
- Lista de Presença	125
Prioridades Ibirama	126
- Conselheiros e N° de Participantes	126
- Lista de Presença	127
Prioridades – Ituporanga	129
- Conselheiros e N° de Participantes	129
- Lista de Presença	130
Prioridades Taió	132
- Conselheiros e N° de Participantes	132
- Lista de Presença	133
- Ata 9ª Audiência Pública – Rio do Sul/Ibirama/Ituporanga e Taió	134
10ª Audiência Pública Regional – Lages e São Joaquim	138
- Fotos da Audiência Pública	139
Prioridades – Lages	140
- Conselheiros e N° de Participantes	140
- Lista de Presença	141
Prioridades São Joaquim	143
- Conselheiros e N° de Participantes	143
- Lista de Presença	144
- Ata 10ª Audiência Pública – Lages e São Joaquim	145
11ª Audiência Pública Regional – Criciúma e Araranguá.	148
- Fotos da Audiência Pública	149
Prioridades – Criciúma	150



- Conselheiros e N° de Participantes	150
- Lista de Presença	151
Prioridades Araranguá	157
- Conselheiros e N° de Participantes	157
- Lista de Presença	158
- Ata 11ª Audiência Pública – Criciúma Araranguá	159
12ª Audiência Pública Regional – Tubarão/Braço do Norte e Laguna	164
- Fotos da Audiência Pública	165
Prioridades – Tubarão	166
- Conselheiros e N° de Participantes	166
- Lista de Presença	167
Prioridades Braço do Norte	169
- Conselheiros e N° de Participantes	169
- Lista de Presença	170
Prioridades – Laguna	172
- Conselheiros e N° de Participantes	172
- Lista de Presença	173
- Ata 12ª Audiência Pública – Tubarão/Braço do Norte e Laguna.	174
13ª Audiência Pública Regional – Grande Fpolis – São José.	178
- Fotos da Audiência Pública	179
Prioridades – Grande Florianópolis	180
- Conselheiros e N° de Participantes	180
- Lista de Presença	181
- Ata 13ª Audiência Pública – Grande Florianópolis	184
- Parecer Conclusivo LDO_PL/146.7/2012.	187
- Gráfico Emendas a LDO/2012.	196



MESA DIRETORA – 17ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Deputado Gelson Merísio - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Vice-Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - 2º Vice-Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário
Deputado Reno Caramori - 2º Secretário
Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário
Deputado Ana Paula Lima - 4º Secretário

COMISSÃO COORDENADORA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO

Deputado Marcos Vieira - Presidente

Deputado Valmir Comin –PP
Deputado Aldo Schneider – PMDB
Deputado Sargento Amauri Soares – PDT
Deputado Neodi Saretta – PT
Deputado Gilmar Knaesel – PSDB
Deputado Darci de Matos – PSD
Deputada Angela Albino – PC do B
Deputado Narcizo Parisotto – PTB
Deputado Altair Guidi - PPS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira - Presidente

Deputado Darci de Matos - Vice-Presidente
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Valmir Comin
Deputado Manoel Mota
Deputado Luciane Carminatti
Deputada Neodi Saretta
Deputado Aldo Schneider



EQUIPE TÉCNICA

COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

Antônio Carlos Vieira - Coordenador

Getúlio Dorta de Melo
João Maria Gomes da Silva
Jorge Blank
Miguel Donizete Baby
Nelson Henrique Moreira
Nivaldo César Senes Santos
Sérgio Francisco Ambrosi
Vera Lúcia Pereira Pacheco
Walter Francisco Damasco

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Dalva Adonis Rogerio
Gerson da Rosa
Luiz Gonzaga de Lima
Vilson Elias Vieira

SECRETARIA EXECUTIVA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Márcio Luiz Pavan

COORDENADORIA DAS COMISSÕES

Sérgio Luis Seemann

CASA MILITAR

Sub-Tenente Antônio Olívio Virtuoso
Cabo Carlos Roberto Garcia

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Alexandre Back
Diego Vieira
Everton Medeiros
Hans Kaiacima
Lucas Diniz
Maria Helena Saris
Marcelo Espinoza
Nara Cordeiro



COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

Ana Rita Moriconi de Souza
Almerinda Lemos Thomé
Dulcinéia Maria Goularte
Eduardo Delvalhas dos Santos
Iwana Lúcia Lentz
Ione T. Reis de Mello
Jacqueline de O. V. Bittencourt
Sabrina Roberta Schmitz
Sibelli D'Agostini
Siomara Videira

COORDENADORIA DE APOIO AO PLENÁRIO

Cléo Fátima Manfrin
Maria Amália Fiabane
Maria Fernanda Moretti

COORDENADORIA DE EVENTOS

Juliane Gonçalves Rocha
Soraia Marçal Boabaid

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

Elias Bruno Steinbach
Júlio Barbosa Matiauda
Luiz Roberto Silveira



CRONOGRAMA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS PARA LDO 2012 E LOA 2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado **GELSON MERISIO** e o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, Deputado **MARCOS VIEIRA**, com base no Art. 120, § 5º A, da Constituição Estadual; Art. 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000; e Arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 157/97, e § 3º do Art. 295 do Regimento Interno da ALESC, convidam Vossa Senhoria para participar das Audiências Públicas Regionais para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012 e Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013, com o seguinte cronograma:

DATA/HORA	JURISDIÇÃO DAS SECRETARIAS DE DESENV. REGIONAL	LOCAL
02/05/12 Quarta-feira - 14h	Dionísio Cerqueira, Itapiranga e SÃO MIGUEL DO OESTE	Auditório da UNOESC Rua Oiapoc, 211 - Bairro Agostini SÃO MIGUEL DO OESTE
02/05/12 Quarta-feira - 18h30m	MARAVILHA , Palmitos e São Lourenço do Oeste	Auditório do Maravilhas Park Hotel BR 282, km 604 MARAVILHA
03/05/12 Quinta-feira - 14h	CHAPECÓ , Quilombo, Seara e Xanxerê	Auditório da Câmara Municipal Rua Marechal Bormann, 320-E CHAPECÓ
04/05/12 Sexta-feira - 09h	Campos Novos, Concórdia e JOAÇABA	Auditório Jurídico – UNOESC – Campus I, Bloco V - Rua Getúlio Vargas, 2125 - Bairro Flor da Serra - JOAÇABA
04/05/12 Sexta-feira - 16h	CAÇADOR , Videira e Curitibanos	Auditório da Câmara Municipal Rua Fernando Machado, 139 - CAÇADOR
04/06/12 Segunda-feira - 09h	CANOINHAS e Mafra	Auditório da Câmara Municipal Rua 03 de Maio, 150 – Bairro Centro CANOINHAS
04/06/12 Segunda-feira - 16h	Jaraguá do Sul e JOINVILLE	Auditório da Câmara Municipal Av. Hermann Augusto Lepper, 1.100 – Saguacú JOINVILLE
05/06/12 Terça-feira - 14h	BLUMENAU , Brusque, Itajaí e Timbó	Auditório da FURB – Campus 1, Bloco J Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder BLUMENAU
06/06/12 Quarta-feira - 09h	Ibirama, Ituporanga, RIO DO SUL e Taió	Sala Nobre Bertholdo Eger – UNIDAVI Rua Dr. Guilherme Guemball, 13 - Bairro Jardim América RIO DO SUL
06/06/12 Quarta-feira - 18h30m	LAGES e São Joaquim	Auditório da Câmara Municipal Rua Otacílio Vieira da Costa, 280 - Centro - LAGES
11/06/12 Segunda-feira - 09h	Araranguá e CRICIÚMA	Salão Ouro Negro - Prefeitura Municipal de Criciúma Rua Domênico Sonêgo, 542 - Bairro Santa Bárbara CRICIÚMA
11/06/12 Segunda-feira 18h30m	Braço do Norte, Laguna e TUBARÃO	Auditório do Salão Nobre – UNISUL Av. José Acácio Moreira, 787 - TUBARÃO
25/06/12 Segunda-feira - 14h	GRANDE FLORIANÓPOLIS	Centro Empresarial TERRAFIRME Rua Domingos André Zanini, 277 - 14º Andar - Sala 1403 – Barreiros - SÃO JOSÉ



METODOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual para 2013

As Audiências Públicas serão coordenadas pelo Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, ou por um Deputado membro da Comissão Coordenadora do Orçamento, com a metodologia abaixo descrita:

- Credenciamento;
- Abertura;
- Exposição dos Objetivos da Audiência Pública e Prestação de Contas da Audiências do Ano Anterior por um técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc;
- Exposição por um Funcionário da Secretaria da Fazenda;
- Composição da Mesa pelo Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado Deputado Marcos Vieira e demais Autoridades presentes;
- Trabalho em Grupo:
 - ✓ Assessoria da Coordenadoria do Orçamento Estadual coordenará os trabalhos visando elencar as prioridades que serão priorizadas para LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual de 2013.
 - ✓ O grupo de trabalho elegerá dois representantes para fazerem parte da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado (Titular e Suplente), e um destes irá apresentar em plenário as prioridades aprovadas em seu grupo de trabalho.
- O Presidente da Comissão Coordenadora Deputado Marcos Vieira, convida o representante do grupo de trabalho de cada Secretaria Regional, para fazer a leitura das prioridades elencadas para inclusão na LDO e LOA 2013.
- Encerramento: Deputado Marcos Vieira ou Presidente dos trabalhos.

Ano – 2012



RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS PARA LDO/2012 E LOA_2013

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2012



1ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

SÃO MIGUEL DO OESTE

REGIONAIS - Dionísio Cerqueira, Itapiranga e
SÃO MIGUEL DO OESTE

DATA: 02/05/12

Horário: 14 h Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da UNOESC

Total de participantes: 99





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **SÃO MIGUEL DO OESTE**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012262 Ampliação e adequação do aeroporto de São Miguel do Oeste

N Ordem: 01

Prior.PPA 01

Obs:

012209 Ampliação hospital Regional do Extremo Oeste - SDR - São Miguel do Oeste

N Ordem: 02

Prior.PPA 02

Obs:

012313 Construção de Unidade Prisional - SDR - São Miguel do Oeste.

N Ordem: 03

Prior.PPA 03

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular MAIANE SPESSATTO GRASSIOLI

Função Gerente de Planejamento e Avaliação

Cidade Descanso

Suplente IVANOR ROBERTO SIMON

Função Secretário da Fazenda

Cidade São Miguel do Oeste

Data_Aud_Públ.: **02-mai-12**

N_Participantes: **68**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **SÃO MIGUEL DO OESTE**

Municípios: São Miguel do Oeste, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	RICARDO NEWTON CASSELANDE	
02	PAULO ROBERTO CARMELLO MIRA	
03	ALENCAR BARBICHI	
04	José Carlos Bronchetti	
05	Silvestre Wicherowski	
06	Antônio J. Pook	
07	Norberto Chemin	
08	José de Souza	
09	ma Genovevas Vedoy-Jahr	
10	Emílio J. Weiss	
11	Leopoldo	
12	FERNANDO DRISSEN	
13	Ailton Fontana	
14	AIRTON FAVERO	
15	Neura Fecheri	
16	Lidia Paris	
17	Mauro A. Pacante	
18	Anderson Mello	
19	Alfonso Rizzo Brasil	
20	José B. Magalhães	
21	DAMEZ CARON	
22	Moacir Mantello	
23	SADI ANTONIO GIL	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **SÃO MIGUEL DO OESTE**

24	JILSON BRAFKANSKI	
25	Ana Becker	
26	SISSE VELOZO	
27	Ricardo Ramalho	
28	Giuli Vizzotto	Giuli Vizzotto
29	CLAUDIMIR FERNANDES	
30	Josay Machado	
31	José B. Skopin	
32	CARMINO NETOGRI	
33	Paulo Paulo Guioemir	
34	VALDECIO S. MENEGAS	MENEGAS
35	Samuel Imbrasa	
36	LUAS BIANCHI	
37	Vilton BAIARD -	
38	Helena Fiuineg	
39	MAIANE SPESATTO BRASSIOLI	
40	Marino R. Silva	
41	José Carlos Grandy	
42	EMILY J. KLEIN	
43	OSVALDO P. L.	
44	ALFREDO SPIER	
45	Explicação Ramognetti	
46	Wagner da Silva	
47	Claudio L. Nani	
48	Aldo José Fioriz	
49	Paulo Faccin	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **SÃO MIGUEL DO OESTE**

50	Marcos Antônio E. dt	SMO
51	Duda f. dos Santos	smoeste.
52	TIAGO H. BARTKOWSKI	S.M.O.
53	Sandra Louvanski	S.M.O.
54	Israel Regisatto	S.M.O.
55	Regiane Resdon	S.M.O.
56	Regisatto	S.M.O.
57	AURI SILVESTRE KUNZ	GBA
58	Almir José Kraemer	S.M.O.
59	Wilson Spuler	S.M.O.
60	MATEUS BORGES TOMBATEN	S.M.O.
61	Leovani Rezard	S.M.O.
62	Galdonizo	S.M.O.
63	Glúlio Malhman	SMU
64	Deoni Caron	S.M.O.
65	Celso Birechmerin	Bandeirante
66	Djalmy Joari	smoeste
67	MUSSI	
68	Wilson Trivilin	
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **DIONÍSIO CERQUEIRA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012085	Estruturação dos Hospitais para atendimento na média e alta complexidade - SDR - Dionísio Cerqueira
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012082	Estadualização para manutenção dos trechos São José do Cedro/Palma Sola/Princesa/Dionísio Cerqueira
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012361	Construção de CEDUP - SDR - Dionísio Cerqueira
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **FLÁVIO BERTE**
Função Vice-Prefeito Municipal Dionísio Cerqueira
Cidade Dionísio Cerqueira

Suplente **DOMINGOS LOCATELLI**
Função Secretário Municipal
Cidade Palma Sola

Data_Aud_Públ.: **02-mai-12**

N_Participantes: **20**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **DIONÍSIO CERQUEIRA**

Municípios: Dionísio Cerqueira, Anchieta, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Vera Lucia Schmitz Junger	
02	Obeas Liedke	
03	Ros. mari R. de Oliveira	
04	HESTOR LUIZ BREDI	
05	Edson Eli Lamberty	
06	Selma Lamberty	
07	Flávia Bette	
08	JOSÉ C. C. Araújo	
09	Luís BORILLE	
10	CELSO N. TAUBE	
11	Renato José Lunke	
12	Domingos LOCATELLI	
13	Morquinhos MENEGAZZO	
14	Aluísio Fernando F. de Mello	
15	Valdecir Schmeier	
16	TRISTÃO GOMES	
17	VANDERLEI SANTOS CMT BOMBONAS P. SOLA	
18	SÉRGIO TAGNO	S. J. CEDRO
19	Eila Lopes	
20	Marlene Thiesen	Marlene Thiesen
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **ITAPIRANGA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012199	Melhoria e ampliação das redes de água e esgoto - SDR - Itapiranga.
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012181	Pavimentação trecho Iporã do Oeste ligando a SC-389 a Linha Esperança.
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012168	Instalação de equipamentos de vigilância eletrônica nos centros urbanos - SDR - Itapiranga.
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **ADÉHIO MARX**
Função Prefeito
Cidade Iporã do Oeste

Suplente **SADI RECHZIEGEL**
Função ASCOM
Cidade Itapiranga

Data_Aud_Públ.: **02-mai-12**

N_Participantes: **11**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **ITAPIRANGA**

Municípios: Itapiranga, Iporã do Oeste, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Alcides Luís Hofel	
02	Rud. A. Ruzik	
03	Nilson Reng.	
U40 04	Guilherme Kraus dos Santos	
05	Carlinhos Melluan	
U40 06	Yneo Rilo	
07	ROLF HARRY TREBEN	
08	Camille Schäfer	
09	SADI RECHZIEGEL	
10	Picione Follto	
11	Archie MAX (proprietário)	
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DIONÍSIO CERQUEIRA E ITAPIRANGA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM 02 DE MAIO DE 2012, ÀS 14H.

Aos dois dias do mês de maio de 2012, às 14h, no auditório da Unoesc, *campus* de São Miguel do Oeste, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Itapiranga e a sociedade civil organizada, com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual 2013 (LOA). A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Deputado Estadual Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a primeira audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Ato contínuo, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Marcos Vieira para a condução dos trabalhos. O **senhor Presidente Deputado Estadual Marcos Vieira**, deu início à audiência pública do Orçamento Regionalizado fazendo as saudações de praxe. Em seguida, após explicar toda a dinâmica da audiência, passou a palavra ao **senhor Sergio Francisco Ambrosi, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**. Inicialmente ele cumprimentou os presentes e justificou a ausência do Coordenador do Orçamento Regionalizado, o ex-Deputado Estadual Antônio Carlos Vieira. A seguir, com o auxílio do PowerPoint fez uma exposição acerca das prerrogativas estabelecidas em lei que estavam sendo cumpridas pela Alesc e que culminariam com a promoção de 13 audiências públicas regionais, envolvendo as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Afirmou que aquela audiência tinha como objetivo apresentar a inclusão no PPA 2012-2015 das prioridades elencadas nas audiências públicas de 2011; apresentar a execução orçamentária até 24 de abril de 2012 das subações priorizadas nas audiências públicas de 2011 para a LOA 2012; apresentar as demais subações elencadas em 2011 já inclusas na LOA 2012; e promover o debate em grupos de trabalho visando elencar três prioridades por SDR para a LDO 2012 e a LOA 2013. Registrou que nas audiências realizadas no ano anterior havia sido definido um total de 432 prioridades para o PPA 2012-2015, abrangendo as 36 Regionais, bem como 108 para a LOA 2012, e que já tinham sido implementadas no Orçamento 179, ou seja, 71 prioridades a mais em relação às que tinham sido elencadas para 2012, numa proporção de 41,43% em relação ao que havia sido solicitado para ser implementado durante os próximos quatro anos. Fez, ainda, uma demonstração da execução orçamentária das mencionadas prioridades por Regional. Em seguida, registrou que com o intuito de melhorar o atendimento à sociedade, a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa tinha desenvolvido uma página no *site* da Assembleia, na qual constavam todas as informações relativas às audiências públicas regionais e ao processo e ao



planejamento orçamentário em Santa Catarina. Afirmou que o dever do Parlamento catarinense era inserir no Orçamento as prioridades definidas pela sociedade, não tendo o poder de impor a execução da obra, e que se aquele processo ainda não era o ideal, podia ser considerado o melhor no Brasil, sendo Santa Catarina o único Estado que ouvia a sociedade e implementava no Orçamento. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir em grupos as SDRs de São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Itapiranga e os Municípios integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que estava representando a Secretaria de Estado da Fazenda, através da sua Diretoria de Planejamento Orçamentário, juntamente com a senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento, e a senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual. Falou que o intuito de estarem participando daquela audiência era auxiliar nos trabalhos em grupo, sobre dúvidas que pudessem surgir a respeito do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como da execução daqueles instrumentos constitucionais de planejamento. Observou que a grande maioria das prioridades elencadas nas audiências era da área de infraestrutura, ressaltando que essa área necessitava de um tempo de maturação, ou seja, necessitava de pré-projeto, projeto, processo licitatório, o que demandava um tempo grande para que a obra fosse executada. Afirmou que se estava com um terço do ano executado e que para uma obra de infraestrutura esse era um tempo muito curto, não significando que as que haviam sido elencadas anteriormente não seriam executadas, mas que apenas ainda não tiveram sua execução orçamentária realizada. Fez outra ressalva no sentido de que se as prioridades elencadas no ano anterior ainda não tivessem sido executadas e fossem realmente prioridades da região, elas deveriam ser reafirmadas naquela audiência, tendo em vista que elas perpassavam vários anos do PPA, aumentando assim as possibilidades de sua execução. Finalizou dizendo que eram aquelas as considerações a serem feitas e que os três técnicos da Secretaria da Fazenda se colocavam à disposição, desejando um bom trabalho a todos. Em seguida, a **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, convidou para que tomassem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; Deputado Estadual Maurício Eskudlark; Deputado Estadual Plínio de Castro; Deputado Estadual Dirceu Dresch; Deputado Estadual Narcizo Parisotto, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; senhor Volnir Trevisan, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste; Norbério Menegaso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira; Wolf Hering Trebian, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga; Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual. Prosseguindo, registrou as seguintes presenças: Edgar Eloi Lamberti, Prefeito de Princesa; Adélio Marques, Prefeito de Iporã do Oeste; Vilson Watte, Vice-Prefeito de São Miguel do Oeste; Nelson Francisco Huning, Vice-Prefeito de Guaraciaba e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local (Consad); Flávio Berté, Vice-Prefeito de Dionísio Cerqueira; Airton Luiz Favero, Vereador de São Miguel do Oeste; Solange Terezinha Fritzen Lamberty, Vereadora do Município de Princesa; Domingos Locatelli, representando o Prefeito



Claudiomar Crestani do Município de Palma Sola; Norberto Chemin, representando o senhor Nelson Foss da Silva, Prefeito de São Miguel do Oeste; senhor Celso Biegelmeier, Prefeito de Bandeirante; senhora Rose-Mari Ramos de Oliveira, gerente de acompanhamento do Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda; Vilson Bratkowski, Diretor-Geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste; senhora Cristina Rodrigues, gerente de elaboração do Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Fazenda; Aldo José Franz, Major Comandante do 12º Batalhão de Bombeiro Militar de São Miguel do Oeste; Sargento Vanderlei dos Santos, Comandante do Corpo de Bombeiros de Palma Sola; Ricardo Newton Casagrande, Delegado Regional de Polícia Civil de São Miguel do Oeste; Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviço de Saúde de Santa Catarina; Sadi Antonio Herley, Coordenador Regional de Previdência de São Miguel do Oeste; Cristiano de Campo, representando o Deputado Estadual Neodi Saretta; Guilherme Kraus dos Santos, gerente da Secretaria de Estado da Fazenda; Sandra Zavaski, coordenadora Regional do Sinte-SC; Aldoir José Kraemer, da executiva estadual do Sinte e da CUT Após o registro, passou a palavra ao **Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que disse aos presentes que a Alesc, por intermédio da Comissão de Finanças e Tributação, iria realizar outras doze audiências iguais aquela, em várias regiões do Estado de Santa Catarina, a exemplo de anos anteriores. Ato contínuo, disponibilizou a palavra aos membros da mesa para suas manifestações. O **Deputado Estadual Maurício Eskudlark**, após saudar os presentes, registrou que aquelas audiências já foram desacreditadas pela população e que, devido à efetiva implementação dos projetos e participação de todos, elas resgataram a sua credibilidade. Quanto às prioridades que seriam elencadas para a região, sugeriu a ampliação e transformação do aeroporto municipal num aeroporto regional, dizendo, inclusive, que tal prioridade havia sido aprovada numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional realizada em Descanso e que com o fechamento do aeroporto de Chapecó, aquela necessidade se acentuou. Acrescentou que o governo estava investindo na região, considerada por ele um dos melhores lugares para se viver, porém, afirmou sobre a necessidade de deixar a região a mais ou menos uma hora e meia da Capital do Estado. A seguir, registrou que o governo vinha investindo muito na educação, na segurança, na saúde, no Hospital Regional, e reiterou que era preciso transformar o aeroporto municipal em regional comercial, mencionando a respeito que o Sinduscon e várias entidades se mobilizaram e já tinham um projeto elaborado pelos engenheiros que fizeram a primeira obra. Encerrando, mostrou-se satisfeito pelo início daquelas audiências públicas do Orçamento no extremo oeste, afirmando que esperava que o trabalho fosse produtivo. A seguir, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Plínio de Castro**, que, após os cumprimentos de praxe, disse que as audiências públicas já estavam ocorrendo havia mais de dez anos em Santa Catarina e era bom que a comunidade participasse delas. Para o próximo ano, sugeriu que, na impossibilidade de apresentação da execução orçamentária do Estado no ano corrente, fosse apresentada a execução orçamentária do ano anterior, ou seja, aquilo que foi elencado em 2010 e executado em 2011 e, assim sucessivamente, para que os participantes soubessem a verdadeira execução orçamentária do Estado. Referiu-se as palavras do Deputado Maurício Eskudlark observou que estavam vivendo um momento muito difícil na região com o fechamento do aeroporto de Chapecó e concordou plenamente com o que falou o Deputado a respeito. Disse aos participantes que aquele era o momento da comunidade se manifestar e escolher as prioridades para o ano seguinte. Mencionou os hospitais filantrópicos e comunitários, considerando-os modelos hospitalares do oeste de Santa Catarina, e afirmando que 80% dos leitos hospitalares do Estado estavam calcados naquele modelo e não podiam ser esquecidos. Ressaltou que era fundamental melhorar a condição de atendimento daquelas instituições, questionando o que seria da população se não existissem aquelas unidades



hospitalares filantrópicas que faziam um trabalho extraordinário. Ao final, agradeceu pela oportunidade. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Dirceu Dresch**, que saudou os presentes e disse que participava ativamente dos debates do Orçamento Regionalizado, porque o entendia como um instrumento importante de participação da sociedade nas decisões por investimentos de recursos públicos, afirmando que, muitas vezes, cobrou maior respeito por parte do Executivo àquelas decisões. Nesse sentido, afirmou que o Orçamento Regionalizado era uma peça importante na construção de um Estado diferenciado que pudesse trazer bem-estar social para a população. Prosseguindo, disse que era um dilema para os Deputados votar e aprovar as prioridades elencadas pelas regiões, devidos às grandes bandeiras defendidas para as áreas da segurança pública, da educação, da saúde, da infraestrutura, da agricultura familiar, da questão do setor empresarial e industrial. Por fim, colocou-se à disposição na luta para incluir no Orçamento as prioridades da região e agradeceu a oportunidade. A seguir, manifestou-se o **Deputado Estadual Narcizo Parisotto**. Após cumprimentar os presentes, afirmou que os Deputados estavam ali para saber das necessidades da região e que o dever deles, enquanto Deputados, era ouvir atentamente e trabalhar para a realização das prioridades apontadas como urgentes. Observou que no começo das audiências do Orçamento Regionalizado as decisões pouco valiam, mas que atualmente, num trabalho conjunto entre Assembleia, comunidade e o governo do Estado, elas estavam se efetivando. Desse modo, desejou que os sonhos da comunidade e os projetos de cada região fossem reivindicados e posteriormente realizados, para que todos pudessem retornar em outra oportunidade e ver que tudo valeu a pena. Ao encerrar, rendeu homenagem aos trabalhadores pelo Dia do Trabalhador. Ato contínuo, manifestou-se a **Deputada Estadual Luciane Carminatti**, que, depois das saudações iniciais, fez observações a respeito do aeroporto de Chapecó, por achar que era um tema muito presente. Contou que no dia anterior brincou com o Presidente da Alesc, dizendo que talvez fosse o momento de descentralizarem a Assembleia para a região oeste, para que se começasse a perceber o quanto a região era discriminada na distribuição de recursos. Quanto à saúde, disse que o repasse de recursos aos hospitais do oeste era menor, mencionando que crianças pequenas tinham que ser transportadas a Florianópolis para fazer tratamento na oncologia pediátrica. Acrescentou que os problemas eram gravíssimos em relação à saúde, afirmando que os investimentos eram concentrados e que era preciso rever aquele jeito de governar. Quanto à discussão da Resolução 72, frisou que se escutava muito que a região do Vale, devido aos portos, perderia cerca de R\$ 1 bilhão, e traçando um paralelo com o oeste, disse que a região não tinha portos ou aeroportos de transportes de carga, e, por isso, não teriam a compensação prometida pelo governo federal. Desse modo, opinou que era necessário um olhar diferenciado em razão das diferenças regionais. Ressaltou que, de qualquer forma, o Orçamento participativo era fundamental, afirmando apoiar a luta dos educadores pela educação; pela manutenção dos serviços públicos de saúde de qualidade, porque, segundo ela, não adiantava criar novos hospitais se não tinha médicos o suficiente e políticas para novos profissionais em condições de fazer um trabalho decente; e pela estruturação rodoviária. A seguir, convidou os presentes para audiência pública, no dia 7 de maio, segunda-feira, às 14h no Hotel Lang, em Chapecó, com a presença da Anac para explicar toda a situação do aeroporto da cidade, lembrando que o aeroporto havia sido fechado e que poucos sabiam a razão daquilo. A respeito, mencionou ter feito, juntamente com o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, um requerimento à Comissão de Transporte da Alesc, o qual foi aprovado, para a realização da referida audiência no intuito de se buscar as respostas sobre o fechamento do aeroporto e saber quais as perspectivas para o futuro. Encerrou desejando que o Governador acatasse 100% das decisões da reunião e agradecendo pela oportunidade. A seguir, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Valmir Comin**, que, de início, saudou os presentes, dizendo estar no quarto mandato de Deputado Estadual e confessando que em vários momentos colocou em dúvida a



resolubilidade do Orçamento Regionalizado. Explicou que se criava uma expectativa forte e na prática não havia a contrapartida do governo em dar sequência àquilo que havia sido indicado como prioridade, demonstrando ser uma expectativa factível e negativa do processo. Prosseguindo, disse ser aquele momento oportuno para as comunidades e os segmentos de classe organizados estarem juntos expressando as suas reivindicações. Mencionou a captação de recursos obtida pela Alesc no valor de R\$ 611 milhões advindos do BNDES, cuja destinação era parte para infraestrutura, parte para a Defesa Civil, e parte para a implantação de fibra ótica nas comunidades interioranas do Estado. Em seguida, informou que, a partir do próximo ano, haveria uma expectativa por parte da Secretaria de Estado da Fazenda de um decréscimo na receita em consequência da Resolução votada no Senado sobre as alíquotas de importação no Estado de Santa Catarina, e que, paralelo àquilo, haveria a expectativa de recursos no valor de R\$ 3 bilhões, com 5 anos de carência e 30 anos para pagar, para investimentos na saúde, na segurança e na infraestrutura. Ressaltou a importância do debate naquelas audiências para elencar as obras de mérito, e não as obras eleitoreiras, observando que era preciso discernimento na escolha das três prioridades e esperando que efetivamente o governo respaldasse na essência o Orçamento Regionalizado, sob pena de se colocar em risco a credibilidade do processo. Agradeceu pela oportunidade e parabenizou todos que lá compareceram depois de um feriado acreditando no Orçamento Regionalizado. Na sequência, manifestou-se o **senhor Volmir José Giumbelli, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste**, que falou em nome dos Secretários Norbério Menegaso, de Dionísio Cerqueira e Rolf Harry Trebien de Itapiranga. Inicialmente cumprimentou os presentes e disse que era uma honra falar em nome dos Secretários Regionais. Observou que aquela audiência tinha uma importância muito grande, principalmente pela representação dos Deputados presentes. Desse modo, pediu ajuda a eles no sentido de viabilizar os recursos para as obras que constassem no Orçamento, lembrando que cidade tinha o Hospital Regional de São Miguel do Oeste, em parte, devido às audiências públicas regionalizadas da Assembleia. A respeito, sugeriu a ampliação do Hospital Regional e a necessidade de uma UTI pediátrica, uma vez que tiveram que deslocar uma criança de Guaraciaba para Joinville. Ressaltou a questão da policlínica mencionando que o projeto deveria constar no Orçamento. Ademais, observou que era importante adotar algumas medidas para alocar recursos no Orçamento para combater as próximas estiagens, conforme a realidade de cada Município. Por fim, agradeceu a presença de todos. A seguir, fez uso da palavra o **ex-Deputado Estadual Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual**, que cumprimentou as autoridades da mesa e os demais presentes, dizendo estar ali presente, porque eram os Deputados que melhoravam e aperfeiçoavam os projetos encaminhados pelo governo do Estado à Alesc. Falou que o projeto de R\$ 611 milhões do BNDES já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça e estava, no momento, na Comissão de Finanças e Tributação para ser votado. Nesse sentido, em nome do governo do Estado e tendo em vista a demora nas licitações, solicitou agilidade no processo, observando que nada melhor que uma audiência pública para a comunidade indicar suas prioridades. Enfim, agradeceu a oportunidade e desejou a todos uma boa reunião. A seguir, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera**, que cumprimentou os presentes e disse que aquele espaço de debate tinha uma dimensão extraordinária, porque todos eram desafiados a apresentar as principais demandas da região. Ressaltou, que a Alesc, através da Comissão de Finanças e Tributação, naquele momento, oportunizava que as lideranças regionais e a sociedade organizada apresentassem as prioridades necessárias para o desenvolvimento da região, considerando o Orçamento Regionalizado democrático e passível de trazer mais dignidade a todos. Frisou, contudo, que eram muitas as prioridades e era preciso ter os pés no chão para que as mais importantes delas fossem elencadas. Como integrante da Assembleia, demonstrou o reconhecimento dele àquele trabalho que a Comissão de Finanças e Tributação estava fazendo ao percorrer o Estado para



ouvir a sociedade e defender que 100% das reivindicações fossem implementadas pelo governo do Estado. Ao encerrar, desejou um bom trabalho a todos. Em seguida, os trabalhos da audiência pública foram suspensos para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado. *(Os grupos de trabalho reuniram-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e os suplentes, respectivamente, escolhidos pelos grupos de trabalho do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado: **de Dionísio Cerqueira**, Flávio Berté e Domingos Locatelli; **de Itapiranga**, Adélio Marx e Sadi José Reckziegel; e **de São Miguel do Oeste**, Maiane Spessatto Grassioli e Ivanor Roberto Simon. Em seguida, os relatores dos grupos fizeram a leitura das três prioridades para a LOA 2013. O senhor Flávio Berté leu as três prioridades da **Regional de Dionísio Cerqueira**: 1) 012085 - estruturação dos hospitais para atendimento na média e alta complexidade – SDR – Dionísio Cerqueira; 2) 012082 – estadualização para manutenção dos trechos São José do Cedro/Palma Sola/Princesa/Dionísio Cerqueira; e 3) 012361- construção de Ceduc – SDR- Dionísio Cerqueira. O senhor Sadi José Reckziegel leu as três prioridades da **Regional de Itapiranga**: 1) – 012199 - melhoria e ampliação das redes de água e esgoto – SDR – Itapiranga; 2) 012181- pavimentação trecho Iporã do Oeste ligando a SC-389, a linha Esperança; e 3) 012168 - instalação de equipamentos de vigilância eletrônica nos centros urbanos – SDR – Itapiranga. E o senhor Volnir Trevisan leu as três prioridades da **Regional de São Miguel do Oeste**: 1) 012262 - ampliação e adequação do aeroporto de São Miguel do Oeste; 2) 012209 - ampliação do Hospital Regional do Extremo Oeste – SDR – São Miguel do Oeste; e 3) 012313 - construção de unidade prisional – SDR – São Miguel do Oeste. Após o registro das prioridades elencadas pelos grupos de trabalho de cada Regional, o **senhor Presidente** agradeceu a participação de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Leiturista: Sibelli D'Agostini]*

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



2ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

MARAVILHA

REGIONAIS - Palmitos, São Lourenço do Oeste e
MARAVILHA

DATA: 02/05/12

Horário: 18:30h – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório do Maravilhas Park Hotel

Total de participantes: 95





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **MARAVILHA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012176	Ligação asfáltica Bom Jesus do Oeste - SC-469 - Maravilha - BR-282
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

NOVA	Construção de Subestação de energia elétrica - SDR Maravilha.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

NOVA	Revitalização recuperação e aumento da capacidade da Rodovia SC-469 - SDR Maravilha.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **GENUIR BASSANI**
Função Gerente de Desenv. Econ. Sust. Agricultura e Pesca
Cidade Maravilha

Suplente **IOLANDA DE MELLO ZANCHET**
Função Gerente de Assistência Social
Cidade Pinhalzinho

Data_Aud_Públ.: **02-mai-12**

N_Participantes: **71**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **MARAVILHA**

Municípios: Maravilha, Saudades, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Serra Alta, Sul Brasil e Tigrinhos.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	GENNIR BASSANI	
02	SANTOS DONATI	
03	Rosi Carlito Facundo	
04	Rosana M.D. Vendrame	
05	RAFAEL SENHOR	
06	Jose Rompim	
07	Musa H. Turra Damo	
08	Claudio Senhor	
09	Sidnei Carlos Beerwiler	
10	Yandira G. de D. Bastiani	
11	Alicia J. Schoenherr	
12	Madamir C. Carneiro	
13	Rubi Nyland	
14	TERCIO KASTEN	
15	Edna de Melo Zandek	
16	João Celso G. Boeira	
17	João Vitor	
18	Marys Bergel	
19	João Sim.	
20	Edson Luiz Zimmer	
21	Nino R. Schaefer	
22	LOINI L.S. RENNERT	
23	talione Albrecht	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **MARAVILHA**

24	Juana Martini	[Signature]
25	Wilson Lemos de Mattos	[Signature]
26	Walter Hoffmann	[Signature]
27	Wesley J. Bonfatti	[Signature]
28	Weli Berger	[Signature]
29	Walter Koller	[Signature]
30	Wagner Baldissara	[Signature]
31	Walter Brito	[Signature]
32	Walter Peres	[Signature]
33	Wagner Cecon	[Signature]
34	Wagner Kreuz	[Signature]
35	Wagner Leandro Cecon	[Signature]
36	Wagner Peres	[Signature]
37	Wagner Wolschick	[Signature]
38	Wagner Wolschick	[Signature]
39	Wagner A. Signor	[Signature]
40	Wagner Stienen	[Signature]
41	Wagner Trentin	[Signature]
42	Franciele C. Borges	Franciele C. Borges
43	Wagner Stella Dieckhoff	Wagner Stella
44	Thais G. J. Zanin	Thais G. J. Zanin
45	Wagner A. de Lencastre	[Signature]
46	Silvana Benguotto	[Signature]
47	Zenaida B. Kunsch	[Signature]
48	Jedro Arco Edert	[Signature]
49	Jean Lucia Neumann	[Signature]



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

50	Jaime Koch	
51	Arcelino da Costa	
52	Eliziana Simionato	
53	Amuly Da Rosa	
54	Carlos ROBERTO SCARLOT	
55	Tiago Poretti	
56	Alcides Tassinari	
57	Alzirângela Caldas	
58	Sérgio Moelzer	
59	João Brancher	
60	Marisa Mendes Melo	
61	Osvaldo José Renda	
62	Rosi-MARI Ramos de OLIVEIRA	
63	WELINGTON UBIRATAN WENDT	
64	Elizabete Cristina Barre	
65	Sítriana Bach Fudler	
66	Paulo Cesar Garçanello	
67	Marceli Agostini	
68	ALDECIB BATIS	
69	Diego Berghahn	
70	Emílio Airolo	
71	Lenoir José de Oliveira	
72		
73		
74		
75		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **PALMITOS**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012157	Pavimentação asfáltica, trecho Cunha Porã/Palmitos/Cunhataí
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012110	"Pavimentação asfáltica, trecho SCT-469, linha Bela Vista a São Carlos ao entrocam c/ mun de Saudades"
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012154	Implantação no meio urbano e rural de redes de distribuição de água - SDR - Palmitos
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular DELTON PAULO BALBINOT
Função Gerente Adm. Finanças e Contabilidade
Cidade São Carlos

Suplente ADEMAR HENCHEN
Função Diretor Geral
Cidade Palmitos

Data_Aud_Públ.: **02-mai-12**

N_Participantes: **14**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **PALMITOS**

Municípios: Palmitos, Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Riqueza e São Carlos.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Vilson P. Kemper	<i>[Handwritten Signature]</i>
02	TERCIO LARSEN	<i>[Handwritten Signature]</i>
03	RUBEN PAASS	
04	Roberto Henrich	<i>[Handwritten Signature]</i>
05	DETON PAULO BRUBINOS	<i>[Handwritten Signature]</i>
06	Cláudio R. Amargo	<i>[Handwritten Signature]</i>
07	JOSIANI FAUERO	<i>[Handwritten Signature]</i>
08	Belite B. Schmitt	<i>[Handwritten Signature]</i>
09	Talita Rubert	<i>[Handwritten Signature]</i>
10	ELIO GOYOP	
11	MIRCON FRÜHAUF	<i>[Handwritten Signature]</i>
12	Antônio J. Rod	<i>[Handwritten Signature]</i>
13	ARISTIDES PERAZZI	
14	Quisi Kemper	<i>[Handwritten Signature]</i>
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **SÃO LOURENÇO DO OESTE**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012277	Reforma e equipamentos para o hospital da Fundação - SDR - São Lourenço do Oeste
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012301	Construção de centro educacional de jovens e adultos - SDR - São Lourenço do Oeste
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012319	Construção de unidades prisionais avançadas (UPAS) - SDR - São Lourenço do Oeste
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular OSVALDINO ESTEVÃO SCAPINI
Função Secretário de Desenvolvimento Regional
Cidade São Lourenço do Oeste

Suplente RENATA CALEFFI
Função Assessora de Comunicação
Cidade São Lourenço do Oeste

Data_Aud_Públ.: **02-mai-12**

N_Participantes: **10**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **SÃO LOURENÇO DO OESTE**

Municípios: São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Orildo dos Reis Hospital	
02	Nebo Luis Monesco II	M. M.
03	Johane Freire dos Santos	
04	TERCIO KASTEN	
05	TONY LORDE L. BOMES	
06	Guilherme Pinares dos Santos	
07	Osvaldo do S. Scapim	
08	Renata Cauff	Renata Cauff
09	Thiago B. Pedersetti	
10	Maria da Graça B. Romão	
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE PALMITOS, SÃO LOURENÇO DO OESTE E MARAVILHA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARAVILHA EM 2 DE MAIO DE 2012, ÀS 18H30MIN.

Aos dois dias do mês de maio de 2012, às 18h30min, no auditório do Maravilhas Park Hotel, no Município de Maravilha, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Palmitos, São Lourenço do Oeste e Maravilha, e a sociedade civil organizada, com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual 2013 (LOA). A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a segunda audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Em seguida, passou a palavra para o **senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, para dar início aos trabalhos. O **senhor Presidente**, após cumprimentar as autoridades e demais presentes, explicou a metodologia da audiência e justificou a ausência do senhor Antônio Carlos Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Sergio Francisco Ambrosi, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que com o auxílio do PowerPoint fez uma exposição acerca das prerrogativas estabelecidas em lei que estavam sendo cumpridas pela Alesc e que culminariam com a promoção de 13 audiências públicas regionais, envolvendo as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Afirmou que aquela audiência tinha como objetivo apresentar a inclusão das prioridades elencadas nas audiências públicas de 2011 no PPA 2012-2015; apresentar a execução orçamentária até 24 de abril de 2012 das subações priorizadas nas audiências públicas de 2011 para a LOA 2012; apresentar as demais subações elencadas em 2011 já inclusas na LOA 2012; e promover o debate em grupos de trabalho visando elencar três prioridades por SDR para a LDO 2012 e a LOA 2013. Registrou que nas audiências realizadas no ano anterior havia sido definido um total de 432 prioridades para o PPA 2012-2015, abrangendo as 36 Regionais, bem como 108 para a LOA 2012, e que já tinham sido implementadas no Orçamento 179, ou seja, 71 prioridades a mais em relação às que tinham sido elencadas para 2012, numa proporção de 41,43% em relação ao que havia sido solicitado para ser implementado durante os próximos quatro anos. Fez, ainda, uma demonstração da execução orçamentária das mencionadas prioridades por Regional. Em seguida, registrou que com o intuito de melhorar o atendimento à sociedade, a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa tinha desenvolvido uma página no *site* da Assembleia, na qual constavam todas as informações relativas às audiências públicas regionais e ao processo e ao planejamento orçamentário em Santa Catarina. Afirmou que o dever do Parlamento catarinense era inserir no Orçamento as prioridades definidas pela sociedade, não tendo o poder de impor a execução da obra, e que se aquele processo ainda não era o ideal, podia ser considerado o melhor no Brasil, sendo Santa Catarina o único Estado que ouvia a sociedade, implementando prioridades no Orçamento. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir em grupos as SDRs de Palmitos, São Lourenço do Oeste e Maravilha e os Municípios integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda**, que cumprimentou os presentes e disse que estava representando a Secretaria de Estado da Fazenda, através da sua Diretoria de Planejamento Orçamentário, juntamente com a senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento, e a senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual. Falou que o intuito de estarem participando daquela audiência era auxiliar nos trabalhos em grupo, sobre dúvidas que pudessem surgir a respeito do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como da execução daqueles instrumentos constitucionais de planejamento. Observou que a grande maioria das prioridades elencadas nas audiências era da área de infraestrutura, ressaltando que essa área necessitava de um tempo de maturação, ou seja, necessitava de pré-projeto, projeto, processo licitatório, o que demandava um tempo grande para que a obra fosse executada. Afirmou que se estava com um terço do ano executado e que para



uma obra de infraestrutura aquele era um tempo muito curto, não significando que as que haviam sido elencadas anteriormente não seriam executadas, mas que apenas ainda não tiveram sua execução orçamentária realizada. Fez outra ressalva no sentido de que se as prioridades elencadas no ano anterior ainda não tivessem sido executadas e fossem realmente prioridades da região, elas deveriam ser reafirmadas naquela audiência, tendo em vista que elas perpassam vários anos do PPA, aumentando assim as possibilidades de sua execução. Finalizou dizendo que eram aquelas as considerações a serem feitas e que os três técnicos da Secretaria da Fazenda se colocavam à disposição, desejando um bom trabalho a todos. Em seguida, a **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, convidou para que tomassem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Narcizo Parisotto, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputado Estadual Plínio de Castro; Deputado Estadual Dirceu Dresch; Deputado Estadual Maurício Eskudlark; Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; senhor Orli Genir Berger, Prefeito de Maravilha e presidente da Associação dos Municípios do Entrerios (Amerios), representando os demais Prefeitos; senhor Sandro Donati, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha; Neuza Maria Turra Damo, presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, representando todos os Vereadores da região; Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual; Ruben Fritz Prass, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos; Osvaldino Scapini, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste. Logo após, registrou a presença das seguintes pessoas: Alzirangela Caldas, representando a Deputada Luciane Carminatti; Avelino da Costa, Prefeito de Iraceminha; Agostinho José Jung, Vereador de Pinhalzinho; Carlos Roberto Scariot, Comandante do Grupamento de Bombeiro Militar de Maravilha; Claudinei Senhor, Prefeito de Serra Alta; Cristiano de Campos, representando o Deputado Estadual Neodi Saretta; Cristina Rodrigues, gerente de elaboração do Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Fazenda; Eliana Maria Simionato, Vereadora de Maravilha; Elio Pedro Hoss Godoy, Prefeito de São Carlos; Elizeu Bilibio, Diretor Administrativo, representando o senhor Fabiano da Luz, Prefeito de Pinhalzinho; Imílio Avila, Prefeito de Modelo; João Branre, presidente da Associação Hospitalar de Pinhalzinho; Jorge Luiz de Gomes, Comandante da 9ª Região da Polícia Militar de São Miguel do Oeste; José Ronning, Vereador de Serra Alta; Lúrio Stieler, Presidente da Câmara Municipal de Maravilha; Marcos Antônio Borghetti, Vereador de Romelândia; Nilson Warmling, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha; Orli Genir Berger, Prefeito de Maravilha e presidente da Associação dos Municípios do Entrerios (Amerios), representando todos os Prefeitos presentes; Rafael Senhor, Vereador de Serra Alta; Reni Antônio Villa, Prefeito de Romelândia; Rose-Mari Ramos de Oliveira, gerente de acompanhamento do Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda; Sérgio Luiz Persch, Prefeito de Bom Jesus do Oeste; Silvana Maria Battisti Bugnotto, Presidente da Câmara Municipal de Pinhalzinho; Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina; Vilson Pedro Kempfer, Vice-Prefeito de Cunha Porã, representando a senhora Luiza Vacarin, prefeita do Município; Volmir Eleandro Ceccon, Vice-Prefeito de Bom Jesus do Oeste; Zenaide Borre Kunrath, Vereadora de Pinhalzinho. Após o registro, passou a palavra ao **senhor Presidente**, que, de imediato, abriu espaço para que os membros da mesa se manifestassem. O **senhor Deputado Dirceu Dresch**, após os cumprimentos de praxe, considerou a noite especial em razão da discussão e democratização do Orçamento. Informou que, desde que assumiu o mandato, participou ativamente das audiências regionalizadas anteriores, julgando importante acompanhar as escolhas das demandas das regiões e assumir o compromisso de lutar pela garantia da implementação daquelas escolhas. A respeito, destacou a necessidade da participação da sociedade no debate e de se fazer cobranças ao Executivo para que ele respeite as decisões democraticamente construídas. Como exemplo de demandas, citou obras de infraestrutura, como ligações asfálticas, além de investimentos na educação, na segurança pública, na agricultura familiar, na saúde, etc. Considerou a reunião um exercício importante de democracia, afirmando que acompanharia o processo de perto para que políticas públicas de investimentos pudessem ser realizadas. Encerrou agradecendo a oportunidade e desejando um bom debate a todos. Depois, manifestou-se o **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark** que, inicialmente, saudou os componentes da mesa e demais presentes. Em seguida, enalteceu a importância do Orçamento participativo e, também, o acompanhamento de todo o processo feito tanto por parte da Alesc, como das Secretarias, fazendo com que a sociedade volte a confiar na classe política, já que o Orçamento estava, segundo ele, novamente sendo valorizado e prestigiado. Mostrou-se feliz por estar participando daquelas reuniões, cujo roteiro iniciou no oeste. Ao final, disse esperar que as demandas se tornassem realidade e desejou um bom trabalho a todos. O **senhor Deputado Narcizo Parisotto**, depois de cumprimentar os presentes, falou que havia uma diferença entre as atuais audiências regionais do Orçamento e as realizadas anteriormente, porque atualmente viam-se as coisas acontecendo e antes quase nada acontecia. Afirmou que as prioridades eram poucas, mas não era pouco o anseio pela realização dos projetos das autoridades municipais, considerando que as pessoas que lá estavam representavam os sonhos de seus Municípios e da região. A respeito, falou que todos os Deputados estavam imbuídos em ajudá-los a realizar aqueles sonhos. Por fim, desejou uma boa reunião a todos. A seguir, falou o



senhor Deputado Estadual Plínio de Castro. De início, cumprimentou as autoridades e demais presentes. Em seguida, disse ter prestado atenção no relatório apresentado sobre as prioridades elencadas no ano anterior e percebeu que, na grande maioria, as prioridades de cada regional estavam relacionadas ao setor de infraestrutura e de saúde, como o foi também na audiência pública realizada naquela tarde na cidade de São Miguel do Oeste e como frequentemente ainda acontecia. Citou os problemas dos transportes rodoviários, do sobrecarregamento de tráfego nas rodovias estaduais e federais, da área de saneamento, e da saúde. Adiante, informou que era presidente de um hospital filantrópico em seu Município, destacando o trabalho daquele tipo de entidades e questionando o que seria do Estado sem o trabalho abnegado das pessoas daquelas unidades hospitalares. Falou sobre a responsabilidade dos Deputados, em conjunto com o governo do Estado, para garantir efetivamente a votação do Orçamento na Alesc e, conseqüentemente, das prioridades de cada Município. Desse modo, destacou a importância do papel das lideranças das comunidades, das instituições e das lideranças políticas locais, porque cabia a eles ajudar a determinar as prioridades em cada região e em cada Município. Ao final, fez um apelo para que ninguém esquecesse das associações beneficentes da área de saúde de cada cidade. O próximo a se manifestar foi o **senhor Deputado Valmir Comin.** Após saudar os presentes, disse que era preciso que todos fossem pragmáticos, explicando que quando se alimentava uma expectativa, gerava-se uma esperança que, acaso não realizada, se transformaria em frustração. A respeito, disse que até pouco tempo atrás, havia pouca resolubilidade do Orçamento na prática, uma vez que poucas obras eram executadas. No entanto, disse que via o Orçamento atual com muita expectativa, mesmo estando no quarto mandato. A seguir, informou que o Orçamento anual era em torno de R\$ 17 bilhões, salientando, contudo, a capacidade reduzida de investimentos do Estado em razão do inchaço da máquina. Falou sobre a iniciativa privada e a necessidade que deveria ter o Estado de incentivá-la. Como sugestão de prioridade, citou a pavimentação asfáltica de Bom Jesus do Oeste a Maravilha que ligava a BR-158 a SC-469, afirmando que era preciso fazer com que aquela prioridade realmente se efetivasse. Finalizou desejando um bom proveito a todos na audiência. O **senhor Orli Genir Berger, Prefeito de Maravilha e presidente da Associação dos Municípios do Entreprios (Amerios), representando todos os Prefeitos presentes.** Depois de cumprimentar os componentes da mesa e os presentes, informou que Maravilha foi oficialmente reconhecida pela Presidenta Dilma como a cidade das crianças, o que trazia mais compromisso para cuidar do pequeno maravilhense até ele se tornar um cidadão. Em seguida, observou que muitas prioridades já elencadas nos anos anteriores ainda estavam sem andamento. Como prioridades, também mencionou a necessidade de pavimentação asfáltica de Bom Jesus do Oeste a Maravilha, assim como a de Romelândia a Anchieta. Lembrou que muitos compromissos que deveriam ser do Estado e da União estavam sendo assumidos pelos Municípios, salientando que a situação estava insuportável. Encerrou sua fala desejando boas-vindas a todos. O **senhor Sandro Donati, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha** cumprimentou os presentes e, em seguida, parabenizou a atitude da Alesc por se deslocar até os Municípios e trabalhar na escolha das prioridades regionais. Informou que já estava executada a manutenção da UTI de Maravilha numa parceria com o governo do Estado e que o projeto da pavimentação asfáltica de Bom Jesus do Oeste a Maravilha estava praticamente concluído, acreditando que no ano atual aquela obra iria ter início. Quanto, à ligação asfáltica de Romelândia a Anchieta, informou que se estava aguardando apenas a assinatura de um financiamento do governo do Estado e do Bird. Mencionou que das três prioridades elencadas no ano anterior, duas eram da área da infraestrutura e uma na da saúde, afirmando que em todas as áreas o governo estadual procurava desenvolver ações que pudessem melhorar a qualidade de vida. Como urgente, pleiteou a implantação da subestação da Celesc em Maravilha para a região continuar se desenvolvendo. Ao final, agradeceu a presença de todos. A **Vereadora Neuza Maria Turra Damo, Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, representando todos os Vereadores da região,** após as saudações de praxe, enalteceu a importância daquele momento de discussão, de levantamento de prioridades e de demonstração de anseios das comunidades. Disse que os Municípios de Saudades, Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste, e Saltinho também tinham uma prioridade muito importante a indicar nos trabalhos em grupo e que esperava a respeito o apoio de todos. Encerrou dizendo que a audiência representava o exercício da democracia com a participação efetiva das comunidades na busca da concretização dos anseios de todos. Por último, manifestou-se o **senhor Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual.** Depois das saudações iniciais, enalteceu a participação de todos aqueles presentes que tentavam trazer os desejos de suas regiões no intuito de torná-los efetivos através do governo do Estado. Parabenizou os integrantes da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc assim como os Deputados pelo trabalho aplicado aos projetos tanto do governo do Estado como de origem parlamentar. Por último, afirmou que ações do governo em benefício da população eram necessárias e agradeceu pela oportunidade. Em seguida, os trabalhos da audiência pública foram suspensos para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado. (*Os grupos de trabalho reuniram-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.*). Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente** retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e os suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de Palmitos, Delton Paulo Balbinot e Ademar Henchen; de São Lourenço do Oeste, Osvaldino Estevão Scapini e Renata Caleffi; e de Maravilha, Genuir Bassani e Iolanda de Mello Zanchet. Em



seguida, os relatores dos grupos fizeram a leitura das três prioridades para a LOA 2013. O senhor Ruben Fritz Práss, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos leu as três prioridades da **Regional de Palmitos**: 1) 012157 – Pavimentação asfáltica, trecho Cunha Porã/Palmitos/Cunhataí; 2) 012110 – Pavimentação asfáltica, trecho SCT-469, linha Bela Vista a São Carlos ao entroncamento com o Município de Saudades; 3) 012154 – Implantação no meio urbano e rural de redes de distribuição de água – SDR – Palmitos. O senhor Osvaldino Estevão Scapini leu as três prioridades da **Regional de São Lourenço do Oeste**: 1) 012277 – Reforma e equipamentos para o hospital da Fundação – SDR – São Lourenço do Oeste; 2) 012301 – Construção de centro educacional de jovens e adultos - SDR – São Lourenço do Oeste; 3) 012319 – Construção de unidades prisionais avançadas (UPAs) - SDR – São Lourenço do Oeste; o senhor Vilson Warmling leu as três prioridades da **Regional de Maravilha**: 1) 012176 – Ligação asfáltica Bom Jesus do Oeste – SC-469 – Maravilha – BR-282; 2) Nova – Construção de subestação de energia elétrica – SDR Maravilha; 3) Nova – Revitalização, recuperação e aumento da capacidade da Rodovia SC-469 – SDR Maravilha. Em relação às duas novas prioridades elencadas, o **senhor Presidente**, contudo, esclareceu que elas somente serão incluídas no Orçamento se acaso o Poder Executivo encaminhasse um projeto de revisão do PPA 2012-2015 à Alesc. Após o registro das prioridades elencadas pelos grupos de trabalho de cada Regional e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] [Leiturista: Almerinda Lemos Thomé]*

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



3ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

CHAPECÓ

REGIONAIS - Seara, Quilombo, Xanxerê e
CHAPECÓ

DATA: 03/05/12

Horário: 14h – Quinta-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da Câmara Municipal

Total de participantes: 86





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **CHAPECÓ**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012350	Construção do contorno viário leste - SDR - Chapecó.
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

009327	Pavimentação da SC-469, trecho Caxambu do Sul - Guatambu.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012293	Construção de centro de inovação tecnológica - SDR - Chapecó.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs: Relatora Elaine

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular BRUNO A. VIVIAN
Função Conselheiro - Vereador
Cidade Coronel Freitas

Suplente ROSANGELA COLOMBI
Função Secr. Geral da Câmara de Vereadores de Chapecó e Cons. Da CDR
Cidade Chapecó

Data_Aud_Públ.: **03-mai-12**

N_Participantes: **50**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CHAPECÓ**

Municípios: Chapecó, Águas Frias, Caxambú do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambú, Nova Erechim, Nova Itaberaba e Planalto Alegre.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Francelise Martini	Francelise M
02	Mariso T. Pontel	mariso T. Pontel
03	Neli Rech	Neli Rech
04	Bruna A. Vivian	Bruna A. Vivian
05	FABIO CUIS MAGLO	FABIO CUIS MAGLO
06	MARCELO ROSSATO	MARCELO ROSSATO
07	Edson MAZACARNE	Edson MAZACARNE
08	Clésio Henrique FRANZoi	Clésio Henrique FRANZoi
09	Clarene Beatriz Berger	Clarene Beatriz Berger
10	Galineia Galim	Galineia Galim
11	Jillene A. Souza	Jillene A. Souza
12	ORANDINA MARIA VIEIRA	ORANDINA MARIA VIEIRA
13	Augusto Melo Brandão	Augusto Melo Brandão
14	WAGNER CLAUDIO PUTON	WAGNER CLAUDIO PUTON
15	LEIGIANO BUKIBON	LEIGIANO BUKIBON
16	ILCIO E. P. KASTEN	ILCIO E. P. KASTEN
17	ALTAIR SILVA	ALTAIR SILVA
18	A. M. do Nascimento	A. M. do Nascimento
19	Karine Dall'ora Gomes	Karine Dall'ora Gomes
20	Eri Bellan	Eri Bellan
21	Edson Jorgate	Edson Jorgate
22	MAURICIO ZOLET	MAURICIO ZOLET
23	Jubiler Dall'ora	Jubiler Dall'ora



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CHAPECÓ**

24	JUSCEMAR PAVÃO	
25	Edinildo Dellalibera	Edinildo D.
26	Clair Pedro Goutte	
27	Alexandre Bergamini	
28	Fabio Lamon Nunes	
29	Vanderlei Menezes	
30	Elton Sandro de Silva	
31	Luciana Malvesi	
32	ONEIDES TABIATI (MANTOVAL)	
33	Guilherme Burigon	
34	Lauciane Carminatto	
35	JUAREZ COLPANI	
36	Roberto Burkert	
37	Nicolau Buravaska	
38	Mario Luiz Pavesi	
39	EDUAR ANTONIO BERING - Chanceler ant. F. M. de M.	
40	Roberto Silva	
41	Amaral S. de Bairão	
42	Luiz S. Alf	
43	Rosângela Botelho	
44	Cláudio G. de M. de M.	
45	Andrey Piccini	
46	Jonas Beinhentli	
47	Wilson José Trombador	
48	SPITEC DIRCEU F. GARIBOLDI	
49	VALDENAR LORENZETTI	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CHAPECÓ**

50	Rosângela Colauti	Colauti
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **QUILOMBO**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012152	"Implantação e pavimentação asfáltica da rodovia trecho União do Oeste/Jardinópolis a Quilombo"
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012306	Construção de complexo de segurança pública - SDR - Quilombo
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012264	Conclusão da SC-459, trecho Santiago do Sul a São Domingos.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **ANDRÉIA ZUCCO**
Função Consultora Jurídica - SDR Quilombo.
Cidade União do Oeste

Suplente **DIONEI FORTTI**
Função Vereador
Cidade Quilombo

Data_Aud_Públ.: **03-mai-12**

N_Participantes: **13**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **QUILOMBO**

Municípios: Quilombo, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Santiago do Sul e União do Oeste.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	ÉDIO ROSSINI	
02	PEDRO CEZAR FELISEN	
03	Rosi. Mai R. de Oliveira	
04	Vilso Casagrande	
05	TERCIO EP KASTEN	
06	Andréio Fucos	
07	ARIANO BARRETO	
08	VILMAR ALBERTI	
09	Jean C. Guanaysi	
10	Josémin Soldado	
11	Diane Fortli	
12	Adair A. R. Lero	
13	Willians L. Abexi	
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **SEARA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012334	Contorno Viário Sul - SDR - Seara
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

002002	SC-283 - Reabilitação/Supervisão Trecho Br-153
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

001074	SC-465 - Terraplanagem, pavimentação OAE, Supervisão - trecho Ipumirim - BR-282.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular GLÁDIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS
Função Secretária Regional - Seara
Cidade Seara

Suplente VALDIR ZANELLA
Função Prefeito
Cidade Ipumirim

Data_Aud_Públ.: **03-mai-12**

N_Participantes: **14**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012
LISTA DE PRESENÇA SDR: **SEARA**

Municípios: Seara, Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial e Xavantina.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Václav Zavelle	
02	Guilherme Rivas dos Santos	
03	TERCIS EP KASTEN	
04	Rosi-mari R. de Oliveira	
05	Humberto Fabiani	
06	Fredy S. Mueller	
07	Marcos Fábio Pedoni	
08	Leandro Luizotto	
09	NEOA Sapeta	
10	Gládis R.B. dos Santos	
11	Andrei Teichio	
12	Antônio Carlos Minella	
13	Antônio Soster	
14	Jaques Bernicardi	
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **XANXERÊ**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

001074	Pavimentação da SC-465, trecho Ipumirim - BR-282
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

010211	Pavimentação do Trecho da SC-350, Abelardo Luz Passos Maia.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012223	Ampliação e equipamentos para o hospital regional São Paulo - SDR - Xanxerê.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular FLÁVIO BRUNO BOFF
Função Prefeito Faxinal dos Guedes
Cidade Faxinal dos Guedes

Suplente MAURICI CAVALHEIRO MARIANO
Função Presidente Comissão Pró-Estadualização.
Cidade Abelardo Luz

Data_Aud_Públ.: **03-mai-12**

N_Participantes: **9**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: XANXERÊ

Municípios: Xanxerê, Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuaçú, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão e Xaxim.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Rosiziani Ramos de Oliveira	
02	MERCIO EP KASTEN	
03	FABIO LUKES	
04	JURECA RODRIGUES	
05	JAAZ A. DANIELI	
06	FLAVIO BRUNO BOFF	
07	MAURICIO CAVALHEIRO	
08	LUIZ C. CHIAPINOTTO	
09	JEANIR L. BOIANO	
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE XANXERÊ, SEARA, QUILOMBO E CHAPECÓ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ EM 3 DE MAIO DE 2012, ÀS 14H.

Aos três dias do mês de maio de 2012, às 14h, no auditório da Câmara de Vereadores de Chapecó, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Xanxerê, Seara, Quilombo e Chapecó e a sociedade civil organizada com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a terceira audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Na sequência, passou a palavra ao **Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que iniciou a reunião cumprimentando as autoridades e demais presentes, desejando boas-vindas a todos, e explicou a metodologia de trabalho a ser adotada para aquela audiência, que consistia primeiramente numa apresentação da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, após falaria o representante da Secretaria de Estado da Fazenda, seguida pela manifestação dos membros da mesa, para que, na sequência, fosse realizado o trabalho em grupo, que considerava a parte mais importante daquela audiência. Disse, ainda, que após a discussão em grupo, como última atividade da audiência, seriam relatadas as prioridades elencadas por cada Regional. Em seguida, registrou que além do excelente trabalho que todos os servidores da Assembleia Legislativa estavam realizando, de suporte para que aquelas audiências pudessem acontecer, aquele dia 3 de maio era considerado o Dia do Taquígrafo, pedindo uma salva de palmas aos profissionais que ali se encontravam taquígrafando aquela audiência. Registrou, também, que aquele dia 3 de maio era o Dia do Pau-Brasil, o Dia do Solo e o Dia do Sertanejo. Isso posto, passou a palavra ao **senhor Sergio Francisco Ambrosi, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que, a seguir, com o auxílio do PowerPoint fez uma exposição acerca das prerrogativas estabelecidas em lei que estavam sendo cumpridas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina e que culminariam com a promoção de 13 audiências públicas regionais, envolvendo as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Afirmou que aquela audiência tinha como objetivo apresentar a inclusão no PPA 2012-2015 das prioridades elencadas nas audiências públicas de 2011; apresentar a execução orçamentária até 24 de abril de 2012 das subações priorizadas nas audiências públicas de 2011 para a LOA 2012; apresentar as demais subações elencadas em 2011 já incluídas na LOA 2012; e promover o debate em grupos de trabalho visando elencar três prioridades por SDR para a LDO 2012 e a LOA 2013. Registrou que nas audiências realizadas no ano anterior havia sido definido um total de 432 prioridades para o PPA 2012-2015, abrangendo as 36 Regionais, bem como 108 para a LOA 2012, e que já tinham sido implementadas no Orçamento 179, ou seja, 71 prioridades a mais em relação às que tinham sido elencadas para 2012, numa proporção de 41,43% em relação ao que havia sido solicitado para ser implementado durante os próximos quatro anos, e fez uma demonstração da execução orçamentária das mesmas por Regional. Em seguida, registrou que com o intuito de melhorar o atendimento à sociedade, a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa tinha desenvolvido uma página no *site* da Assembleia, na qual constavam todas as informações relativas às audiências públicas regionais e ao processo e ao planejamento orçamentário em Santa Catarina. Afirmou que o dever do Parlamento catarinense era inserir no Orçamento as prioridades definidas pela sociedade, não tendo o poder de impor a execução da obra, e que se aquele processo ainda não era o ideal, podia ser considerado o melhor no Brasil, sendo Santa Catarina o único Estado que ouvia a sociedade e implementava no Orçamento. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir em grupos as SDRs de Chapecó, Xanxerê, Quilombo e Seara e os Municípios integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de**



Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda, que cumprimentou os presentes e disse que estava representando a Secretaria de Estado da Fazenda, através da sua Diretoria de Planejamento Orçamentário, junto com a senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento, e a senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual, e que o intuito de estarem participando daquela audiência era auxiliar nos trabalhos em grupo a respeito de dúvidas que pudessem surgir a respeito do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como da execução daqueles instrumentos constitucionais de planejamento. Observou que a grande maioria das prioridades elencadas nas audiências era da área de infraestrutura, ressaltando que aquela área necessitava de um tempo de maturação, ou seja, necessitava de pré-projeto, projeto, processo licitatório, o que demandava um tempo grande para que a obra fosse executada. Afirmou que se estava com um terço do ano executado e que para uma obra de infraestrutura esse era um tempo muito curto, não significando que as que haviam sido elencadas anteriormente não fossem executadas, apenas ainda não tiveram sua execução orçamentária realizada. Fez outra ressalva no sentido de que se as prioridades elencadas no ano anterior ainda não tivessem sido executadas e fossem realmente as prioridades da região, que fossem reafirmadas naquela audiência, tendo em vista que ela perpassa vários anos do PPA, aumentando assim as possibilidades de sua execução. Finalizou dizendo que eram aquelas as considerações a serem feitas e que os três técnicos da Secretaria da Fazenda se colocavam à disposição, desejando um bom trabalho a todos. Feitas essas considerações, a **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, convidou para compor a mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; o Deputado Estadual Moacir Sopelsa, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Narcizo Parisotto, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; o Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; o Deputado Estadual Plínio de Castro; o Vereador Américo do Nascimento Junior, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, representando os demais Vereadores; a senhora Gládis Regina Bizolo dos Santos, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara; o senhor Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual; e o senhor Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim, representando todos os Prefeitos. Logo após, fez o registro da presença do senhor Gilberto Ari Tomasi, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó, representando o Secretário Eldimar Cláudio Jagnow; do senhor Vilson Casagrande, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Quilombo; do senhor Jader Adriel Danielli, representando o senhor Carlos Colatto, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê; do senhor Bruno Antônio Vivian, Vereador de Coronel Freitas e presidente da Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc); do Vereador Jean Carlos Zuanazzi, Presidente da Câmara de Vereadores de Jardinópolis; do senhor Leonir Dalsasso, Vereador de Quilombo; do senhor Diane Fortti, Vereador de Quilombo; do senhor Henrique Joacir Carlos Fabrin, Vice-Prefeito de Seara; do senhor Antônio Soster, Vereador de Paial, representando o Prefeito Aldair Antônio Rigo; do senhor Antônio Minella, representando o Prefeito de Itá, senhor Egídio Luiz Gritti; do senhor Luciano Buligon, Secretário Municipal de Articulação Institucional de Chapecó; do senhor Altair Silva, Secretário Municipal de Agricultura e Serviços Rurais de Chapecó; do senhor Fábio Ramos Nunes, enfermeiro, representando a *Federação dos Trabalhadores* em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de *Santa Catarina*; do senhor *Fredy Müller*, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Seara; do senhor Américo Nascimento, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina/ Região Oeste; da senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Fazenda; da senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Tércio Egon Paulo Kasten, presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina; e do Coronel Edivar Bedin, comandante da 4ª Região de Polícia Militar. Após o registro, para que desse continuidade à condução dos trabalhos da audiência pública, passou a palavra ao **Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que deu conhecimento ao plenário do recebimento de dois ofícios, o primeiro encaminhado pelo senhor Aldair Antônio Rigo, Prefeito de Paial, através do qual solicitava a inclusão no PPA, na LDO e na LOA de três ações, e o segundo encaminhado pelo senhor Maurício Zolet, diretor-presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, através do qual também elencava várias ações a serem inseridas no PPA, na LOA e na LDO. Informou que iria encaminhar aqueles documentos aos técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa para que fossem examinados pelos grupos respectivos, quando da reunião dos grupos de trabalho, para sua posterior deliberação. Ato contínuo, o senhor Presidente passou a palavra aos membros da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que saudou todas as autoridades e demais presentes e disse que era uma satisfação poder



participar daquela terceira audiência do Orçamento Regionalizado, lamentando ter que se ausentar em seguida pelo fato de na manhã do dia seguinte participar do encontro da Fecam que trataria da Marcha a Brasília, no intuito de um dia alcançar o pacto federativo no Brasil. Confessou que nos seus quatro mandatos como Parlamentar se sentia um pouco descrente em relação ao Orçamento Regionalizado, porque não havia a compreensão por parte dos governos para com a Assembleia Legislativa em priorizar o que o Orçamento Regionalizado, através da ouvida das comunidades, elencava de necessidade. Referindo-se à questão de recursos, afirmou que o cobertor era curto, pois apesar de ser um Orçamento de R\$ 1,7 bilhão, a capacidade de investimento e de endividamento do Estado era reduzida, razão pela qual era preciso ter prudência e responsabilidade para elencar obras que efetivamente pudessem resultar em benefício da população. Destacou que havia dado entrada na Assembleia Legislativa um projeto de financiamento no BNDES de R\$ 611 milhões direcionado à infraestrutura, à fibra ótica, na linha da inclusão digital, com o intuito de levar a Internet às comunidades mais interioranas, e à defesa civil; bem como esclareceu que em função da redução da Receita que ocorreria a partir de 1º de janeiro de 2013, o Estado deveria ter uma compensação com outro financiamento, num montante de R\$ 3 bilhões, contabilizando praticamente duas Receitas Líquidas do Estado, mas evidentemente que dentro de um cronograma de execução de médio e longo prazos. Salientou a importância daquelas audiências regionalizadas e afirmou que Santa Catarina deveria servir de exemplo para outros Estados da Federação, pois que era um trabalho realizado com a participação efetiva da sociedade, e concluiu sua fala parabenizando os presentes que ali se encontravam em grande número, o que demonstrava a credibilidade do povo para com o Parlamento e o governo, e desejou uma tarde proveitosa a todos. Dando seguimento, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Flávio Bruno Boff, Prefeito de Faxinal dos Guedes, e do senhor Ivaldo Pizzinatto, Vereador de Chapecó. Feito o registro, passou a palavra ao **Deputado Estadual Narcizo Parisotto, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que saudou os presentes, especialmente as servidoras taquígrafas da Assembleia Legislativa pelo Dia do Taquígrafo, que transformam os discursos em ata, e desejou boas-vindas a todos. Afirmou que não era conveniente ele mesmo levantar o problema daquelas comunidades, porque melhor do que ninguém eles sabiam os problemas que afligiam o seu Município, e estavam ali para pedir que as prioridades que seriam elencadas não ficassem no papel, vislumbrando a realização do sonho do seu Município. Lembrou que as audiências do Orçamento Regionalizado começaram há uns dez anos, das quais havia participado de quase todas, e que ao voltar para Florianópolis se levava muitos pedidos das comunidades, mas que pouco era realizado, e acreditava que em conjunto poderia ajudá-los a realizar o seu projeto para a sua cidade. Finalizou desejando a todos um bom retorno e que encontrem a família em paz, com saúde e alegria. Em seguida, fez uso da palavra a **Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que cumprimentou as autoridades e os demais presentes, especialmente as taquígrafas pelo Dia do Taquígrafo, e disse que havia sido Vereadora por dois mandatos e por isso se sentia muito bem naquela Casa, que já havia produzido muitas coisas boas e continuava com tantas lideranças construindo ações interessantes. Reportando-se especificamente àquela audiência, afirmou que o desafio era grande em função da discussão que fariam sobre a peça orçamentária, porque havia a vertente em que o governo simplesmente planejava e executava o Orçamento, sendo de fato o jeito de governar e pensar o Orçamento; e a vertente que vinha sendo desenvolvida há doze anos em Santa Catarina e que precisava ser aperfeiçoada, acreditando que aquele aperfeiçoamento passava em primeiro lugar pelo caráter impositivo do Orçamento, pois se de fato as prioridades elencadas forem executadas pelo Governador, cada vez mais a população estaria participando daquelas audiências e a credibilidade estaria garantida. Registrou que era necessário iniciarem uma discussão a respeito das várias obras elencadas nas audiências do Orçamento Regionalizado no ano anterior que ainda não haviam tido sua execução iniciada, porque embora poucos meses do ano tivessem se passado, nada garantia que aquelas obras seriam feitas, e citou como exemplo de obra não executada a pavimentação da SC-469, trecho Guatambu a Caxambu do Sul, e a construção do contorno viário leste de Chapecó. Disse, também, que era necessário fazerem uma reflexão a respeito do que significava custeio, manutenção e investimento novo, tendo em vista que havia uma dificuldade de entendimento sobre aqueles três itens, e afirmou que, na sua concepção, obras de manutenção e reforma não eram investimentos novos e não deveriam ser listados, explicando que quando se construía uma escola, tinha que ser prevista a sua manutenção; quando se viabilizava uma nova rodovia, não deveriam aparecer recursos para a sua manutenção, mas para revitalizá-la, ampliá-la, enfim, para investimento novo. Nesse sentido, manifestou sua preocupação em relação à manutenção dos serviços públicos, citando os casos da Segurança Pública e da Saúde, que tinham programas e políticas, mas faltava investir no que já existia, que era pessoal e equipamento, que na sua visão também significava manutenção dos serviços. Portanto, afirmou serem questões complexas sobre as quais precisariam também ter um olhar mais preciso, a fim de que permanecesse como prioridade só o que era investimento novo a ser executado. Reproduzindo as palavras do Deputado Narcizo Parisotto, disse que não cabia aos Deputados decidir pelas regiões, mas, sim, cobrar a execução do Orçamento, e que por várias vezes já tinha cobrado do Secretário da Infraestrutura a questão do contorno viário, tendo sido identificado que como o projeto era velho, o primeiro passo seria readequá-lo; cobrado também que os hospitais da região recebessem o mesmo tratamento dado aos hospitais do litoral em relação aos recursos repassados. Concluiu sua manifestação



afirmando que era preciso discutir uma fatia justa para o povo do oeste e que desejava que o governo implementasse a decisão coletiva tirada naquela audiência. Na sequência, manifestou-se o **Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que saudou os presentes, especialmente as profissionais da taquigrafia pelo Dia do Taquígrafo, lembrando que também era o Dia do Pau-Brasil, uma madeira em extinção, assim como as taquígrafas da Alesc, que se não fossem cuidadas na Assembleia Legislativa também seriam “extintas”, daí por que era necessária a realização de concurso naquela Casa. Com o intuito de reforçar aquele mecanismo utilizado do Orçamento Regionalizado, concordava que ele ainda não era o ideal, bem como também concordava que nem todas as obras eram executadas, mas que apesar daquilo o Orçamento Regionalizado talvez fosse um dos únicos ou o maior instrumento que a sociedade catarinense tinha de participação direta no governo, razão pela qual aquele instrumento deveria ser fortalecido, pois que era a forma mais direta das regiões do Estado, especialmente as mais distantes, como o oeste catarinense, indicarem suas obras prioritárias. Falou que faziam o acompanhamento da execução das obras priorizadas através da Comissão de Finanças e Tributação, com a assessoria da Comissão, e informou que recentemente havia estado na Assembleia Legislativa o Secretário da Fazenda, que a cada quatro meses tinha que apresentar os relatórios quadrimestrais, oportunidade em que também o questionariam sobre as prioridades elencadas. Finalizando, disse que se não se conseguisse a execução de 100% das obras priorizadas, pelo menos teriam força para fazer com que a cada ano aumentasse o percentual de execução, até chegar ao ideal de 100%, para isso sendo necessário definir qual o valor total que poderia ser executado, uma vez que o Orçamento também tinha seus limites. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença de membros da Comissão Pró-Estadualização e Pavimentação da SC-350, que liga Abelardo Luz, Ouro Verde, Faxinal dos Guedes, Vargeão e Passos Maia, o senhor Maurici Cavalheiro, presidente; o agrônomo Chapinotto, vice-presidente; e o senhor Leonir Bolsonello. Logo após, passou a palavra ao **Deputado Estadual Plínio de Castro**, que saudou todas as autoridades e os demais presentes e disse que analisando as prioridades elencadas nas audiências públicas anteriores se percebia o quanto aquela região era carente, sobretudo de infraestrutura, e afirmou que praticamente 90% das ações elencadas referiam-se a obras de infraestrutura rodoviária. Registrou que todos aqueles que transitavam pelas estradas sabiam das dificuldades existentes, como falta de duplicação, tráfego pesado de carretas, salientando que a situação era dramática tanto para as rodovias estaduais quanto para as federais, que representavam fator de desenvolvimento da região. Fez referência também à questão dos hospitais da região oeste, e relembrou a fala da Deputada Luciane Carminatti sobre o Hospital Regional de Chapecó, que precisava receber um pouco mais de atenção e que a distribuição tinha que ser de forma proporcional com os hospitais da Capital, e perguntou como ficavam os hospitais dos Municípios pequenos, as sociedades filantrópicas, que sempre estavam necessitando de ajuda. Outro item levantado dizia respeito à agricultura, que naquele momento estava vivendo o drama da estiagem, assim como tinham a séria questão do fechamento do aeroporto de Chapecó, afirmando que por aquelas razões expostas considerava a audiência pública do Orçamento Regionalizado muito importante, porque era o momento no qual a sociedade se manifestava, elencando o que era mais urgente para a sua região. Disse que o Deputado Federal tinha o instrumento da emenda parlamentar para atender os Municípios e a sua base eleitoral, e que o Deputado Estadual tinha o poder político do voto na Assembleia Legislativa para, em conjunto com o governo, fazer acontecer o que a comunidade solicitava, e que mais do que nunca deveriam fortalecer aquele instrumento democrático. Em seguida, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Moacir Sopelsa, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que cumprimentou os membros da mesa e demais presentes, especialmente os profissionais da taquigrafia pelo Dia do Taquígrafo. Registrou que quando chegou àquele local, algumas pessoas o questionaram se adiantava realizar mais uma audiência do Orçamento, e disse que se não fosse o Legislativo, ficava-se ainda mais longe do Executivo, e como Vereador e Prefeito que já tinha sido sabia o quanto os Vereadores cobravam do seu Prefeito e o quanto as Câmaras de Vereadores podiam ajudar o Prefeito, afirmando que assim eram as audiências do Orçamento Regionalizado, ou seja, apesar de não atender a totalidade das expectativas elencadas, se as audiências não existissem o atendimento das regiões seria bem menor. Concordava que o oeste realmente se ressentia de infraestrutura, como gás natural, ferrovias, aeroportos, que ainda eram precários, rodovias, que também eram difíceis de trafegar, mas que apesar das dificuldades encontradas, todos juntos poderiam ajudar no sentido de que as obras necessárias pudessem acontecer rapidamente para o desenvolvimento do oeste catarinense. Disse que aos hospitais do interior do Estado o governo começava a dar melhores investimentos, a dar uma estrutura melhor, e afirmou acreditar que o Hospital Regional de Chapecó havia melhorado, apesar de ainda faltar muita coisa. Ressaltou que algumas coisas eram muito importantes por afetar diretamente o ser humano, como saúde, educação, alimento, e que o Orçamento Regionalizado auxiliava no alcance desses objetivos, informando que a Assembleia Legislativa brigava para que existisse um valor carimbado para o Orçamento Regionalizado, o que ainda não tinha acontecido, mas que os governos começavam a entender e a investir, como o fato de a Secretaria da Fazenda colocar seus técnicos para ajudar. Reafirmou que ainda existiam muitas carências, mas que se as audiências do Orçamento Regionalizado não acontecessem a realidade seria pior, e que todos os Deputados, quando se falava em descentralizar os recursos, tinham a mesma posição, ou seja, que os investimentos precisavam acontecer nos Municípios.



Finalizou dizendo ao senhor Zanella que colocassem novamente como prioridade a estrada de Ipumirim a Vargeão, a revitalização da estrada de Concórdia a Chapecó, embora já estivesse no BID VI, e outras, já relacionadas pelo Deputado Marcos Vieira, com a finalidade de buscar uma melhor infraestrutura para o oeste catarinense. Mais uma vez cumprimentou os membros da Comissão de Finanças e Tributação pelo trabalho realizado e desejou um bom trabalho a todos. A seguir, fez uso da palavra o **Vereador Américo do Nascimento Junior, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó**, que cumprimentou os membros da mesa, disse que era uma honra para a Casa do Povo de Chapecó abrir suas portas para receber a Casa do Povo de Santa Catarina, e registrou que tinham dois Deputados saídos daquela Casa, a Deputada Luciane e o Deputado Parisotto, o que os orgulhava. Afirmou que era importante ser Executivo após ser Deputado ou Vereador e vice-versa, caso da maioria dos que ali estavam, porque colocar no papel era muito fácil, e afirmou que o Brasil tinha uma Constituição com 192 artigos que não servia e a fiscalização da lei, o cumprimento da lei não acontecia, ressaltando que o País era omissivo nisso. Concordando com o que havia dito a Deputada Luciane Carminatti, afirmou que tinham que colocar no Orçamento o que o Executivo deveria fazer prioritariamente para a região, mas também era necessário entender que muitas vezes o Executivo era obrigado a mudar sua linha de atuação em função da falta de recursos, como a provocada pela renúncia obrigatória de Receita de mais de R\$ 1 bilhão por ano e pela criação e implementação da Defensoria Pública, a quarta instituição no Estado, uma estrutura cara e desnecessária que, infelizmente, trabalhava mais vagarosamente que a privada, para a qual o Governador teria que tirar dinheiro de algum lugar, que seria do Orçamento do povo catarinense, concluindo seu pensamento de que muitas vezes não era má vontade do Poder Executivo não realizar as ações, mas questões do dia a dia que fugiam ao seu controle. Disse que estava feliz por discutir que Chapecó precisava de infraestrutura, que era necessário aumentar o teto do Hospital Regional, comparando-o com hospitais do mesmo nível, assim como aumentar o efetivo da área da segurança pública, e informou que o Prefeito Caramori havia gasto R\$ 2 milhões em viaturas, que legalmente não precisaria fazer, mas não havia quem as dirigisse, quem lutasse pela segurança pública. Ressaltou que através daquelas ferramentas de participação popular, como as audiências do Orçamento Regionalizado, era preciso deixar consignada a insatisfação da sociedade, não com os governos e as pessoas, mas pela falta de mais ferramentas e equipamentos públicos competentes e eficientes para o oeste. Disse que o povo oestino era trabalhador, gerava emprego e renda e tudo faria para manter Chapecó e região andando bem, só que precisava da força do Estado e da representação de muitos Deputados, da força política para que as leis tivessem efetividade e se tornassem ações práticas. Finalizando, registrou que algumas audiências tinham pouca participação em função da falta de divulgação, que precisava ser feita com dias de antecedência para que a população pudesse se organizar, razão pela qual parabenizava a assessoria da Assembleia Legislativa pela ampla divulgação feita para aquela audiência, fazendo com que nela estivesse um grande número de participantes. Logo após, fez uso da palavra o **senhor Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual**, que cumprimentou todos os presentes e registrou a importância de o governo do Estado, através da sua presença e da do Fernando Driessen, estar todos os dias na Assembleia Legislativa mantendo contato com os Deputados Estaduais com o intuito de acompanhar os projetos encaminhados pelo governo do Estado e fazer os acertos necessários para melhorá-los a fim de que pudessem beneficiar as cidades do Estado, como o projeto de R\$ 611 milhões que estava tramitando na Assembleia e sendo melhorado, destinado também à infraestrutura, à recuperação de rodovias e à implantação de novas rodovias. Concluiu sua manifestação afirmando que as portas do governo estavam sempre abertas aos Deputados, a fim de agilizar os projetos que beneficiavam a população, e desejou uma boa reunião a todos. Em seguida, fez uso da palavra a **senhora Gládis Regina Bizolo dos Santos, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara**, que saudou os presentes e disse que o desejo era ver todas as metas elencadas sendo executadas, mas sabia que o Orçamento precisava ter prioridades e que nem todas as ações propostas conseguiriam ser realizadas, porque nem sempre o Governador conseguia os recursos necessários para executá-las. Reforçou a importância da aproximação entre a Assembleia Legislativa e o Executivo estadual, bem como a participação da sociedade naquelas audiências, e fez questão de registrar que há quatro anos participou de uma audiência na qual foi solicitada uma obra que há pouco tempo tinha sido inaugurada, que era o acesso asfáltico ao museu de Nova Teotônia, no Município de Seara. Disse que por muito tempo as falas eram direcionadas no sentido de que somente os grandes centros recebiam recursos, e ressaltou que na última década o oeste foi mais lembrado, acreditando que aquele fato também era mérito das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e do apoio dos Prefeitos, pois que era preciso juntar forças para que o cidadão da menor localidade fosse respeitado. Reforçou a importância de não se pensar somente em infraestrutura, mas também na saúde, na educação, na habitação e na ação social, porque a comunidade precisava se desenvolver na sua totalidade, e finalizou agradecendo a oportunidade e colocando-se à disposição de todos, ao mesmo tempo em que parabenizou a Assembleia Legislativa pela aproximação com a comunidade. Dando seguimento, a palavra foi passada ao **senhor Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim**, que cumprimentou os presentes e salientou a necessidade cada vez maior de que as audiências públicas tivessem o respaldo do governo do Estado, para que o trabalho desenvolvido voltasse a ter credibilidade. Disse que a aproximação do Deputado com o cidadão tem que ser valorizada, porque era a oportunidade de se tomar conhecimento das reivindicações da sociedade, e sugeriu que a Assembleia Legislativa fizesse uma moção dirigida ao governo do Estado no



sentido de que respaldasse a decisão tomada naquelas audiências do Orçamento Regionalizado, que representam o desejo da sociedade. Concluiu sua manifestação parabenizando a Assembleia Legislativa pelo trabalho realizado e desejando êxito ao Orçamento Regionalizado para que as necessidades da população fossem atendidas. Em seguida, o **senhor Presidente** suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. (*Os grupos de trabalho reúnem-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente** retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e os suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de Xanxerê, Flávio Bruno Boff e Maurici Cavalheiro Mariano; de Seara, Gládis Regina Bizolo dos Santos e Valdir Zanella; de Quilombo, Andréia Zucco e Dianeí Fortti; e de Chapecó, Bruno Antônio Vivian e Rosângela Colombi. Em seguida foi feita a leitura, pelos relatores de cada Regional, das três prioridades elencadas para a LOA 2013. Da **Regional de Xanxerê**, foi relator o senhor Flávio Bruno Boff: 1) 001074 - pavimentação da SC-465, trecho Ipumirim/BR-282; 2) 010211 - pavimentação do trecho da SC-350, Abelardo Luz/Passos Maia; e 3) 012223 - ampliação e equipamentos para o Hospital Regional São Paulo – SDR de Xanxerê. Da **Regional de Seara**, foi relatora a senhora Gládis Regina Bizolo dos Santos: 1) 012334 - contorno viário sul – SDR de Seara; 2) 002002 - SC-283 – reabilitação e supervisão do trecho BR-153- Concórdia/Seara/Chapecó/ São Carlos; e 3) 001074 - SC-465 – pavimentação, OAE e supervisão do trecho Ipumirim/BR-282. Da **Regional de Quilombo**, foi relator o senhor Vilson Casagrande: 1) 012152 - implantação e pavimentação asfáltica da rodovia, trecho União do Oeste/Jardinópolis/Quilombo; 2) 012306 - construção de complexo de segurança pública – SDR de Quilombo; e 3) 012264 - conclusão da SC-459, trecho Santiago do Sul a São Domingos. Da **Regional de Chapecó**, foi relatora a senhora Elaine Beatriz Berger: 1) 012350 - construção do contorno viário leste – SDR de Chapecó; 2) 009327 - pavimentação da SC-469, trecho Caxambu do Sul/Guatambu; e 3) 012293 - construção de centro de inovação tecnológica – SDR de Chapecó. Após o registro das prioridades elencadas pelos grupos de trabalho de cada Regional e nada mais havendo a tratar, o **senhor Presidente** agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*] [*Leiturista: Almerinda Lemos Thomé*]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



4ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

JOAÇABA

REGIONAIS - Campos Novos, Concórdia e
JOAÇABA

DATA: 04/05/12

Horário: 09h – Sexta-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório Afonso Dresch - UNOESC

Total de participantes: 77





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **JOAÇABA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012084	Construção de anel viário ligando os municípios de Luzerna/Joaçaba/Herval do Oeste a BR-282.
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012123	Implantação de policlínica regional - SDR Joaçaba.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012286	Regionalização e obras de melhoria do aeroporto de Joaçaba
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular NORIVAL FIORIN
Função Prefeito Municipal
Cidade Luzerna

Suplente EUCLIDES CELITO RIQUETTI
Função Secretário Municipal Adm Fazenda
Cidade Ouro

Data_Aud_Públ.: **04-mai-12**

N_Participantes: **48**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **JOAÇABA**

Municípios: Joaçaba, Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tilias e Vargem Bonita.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Norma Soudo	
02	Nelzi Junior	
03	Sergio Fuen	
04	RICARDO MIRANDA	
05	Francisco N. Lopes	
06	Jane Verona Saz	
07	Ana Claudia Quarogni	
08	Euclides C. Riquelli	
09	Waldemar Rorsem Junior	
10	BEIGITE REYENBURGER	
11	ADGAR BITTENKURT	
12	Anderson Lionezzi	
13	Sergio Fuen	
14	Adair Cruz	
15	Guilherme Kraus dos Santos	
16	Eli Martin	
17	JOSE DE ABREU	
18	Valdair Andres	
19	Terezinha Socol Ruvo	
20	Fátima Terezinha Leite	
21	ma Roselva M. B. Benzi	
22	Luiz Carlos da Silva	
23	Edson Antonio Cassiano	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **JOAÇABA**

24	TERCEIRO EPKASTEN	
25	Sargento Amanni Soares	
26	Alexandre S. Brandão	
27	Julius Augustus Kottjes	
28	Peribius Migueloto	
29	Alex Sandro Silva	
30	MARIE SOFELSI	
31	MAICON E. PIOUESAN	
32	Mônica E.	
33	Delany W. Nassima Pater	
34	Luiz Ferronato	
35	SOO WESSEN	
36	Maria Helena Leicetti	
37	faedeleona	
38	Rafael Castro	
39	Francisco Leuen	
40	ORANDINA M. VIGIRA	
41	Osio Henrique Franco	
42	Ademir Zauchelt	
43	Camila M. Luques	
44	Radio Tropical FM	
45	Luiz ROBERT	
46	Francisco Luiz Soares	
47	Jamice Baldissere	
48	BRUNO PELLEGRINI EMPREJARI	
49		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **CAMPOS NOVOS**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

002160	Reabilitação da SC-455, trecho Tangará - Campos Novos
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012236	Ampliação, manutenção e aquisição equipamentos para hospital Dr José Athanásio -SDR - Campos Novos
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012137	Implantação do contorno viário de Campos Novos
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular LÉIA CRISTINA AGOSTINI PONZONI
Função Gerente de Planejamento e Avaliação
Cidade Campos Novos

Suplente DIOGENES ZALDAN
Função Gerente Administração.
Cidade Campos Novos

Data_Aud_Públ.: **04-mai-12**

N_Participantes: **16**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAMPOS NOVOS

Municípios: Campos Novos, Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem e Zortéa.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Diogenes Toloso	[Assinatura]
02	Neste Souza	[Assinatura]
03	Alcos Joff	[Assinatura]
04	Camila Bisher Gomes	[Assinatura]
05	Leia Cristina Paptini Perzoni	[Assinatura]
06	Valdeuce Lorenzetti	[Assinatura]
07	Algodão & Welpro	[Assinatura]
08	Juzitania da Santa	[Assinatura]
09	Maria Cecília Pinho	[Assinatura]
10	JOAO RIBARO	[Assinatura]
11	Leandro Kasper	[Assinatura]
12	Rezanjela Rezatto	[Assinatura]
13	Adriana Schous	[Assinatura]
14	Quelli Simonato	[Assinatura]
15	Antoninho Tibirco Gonçalves	[Assinatura]
16	Edinae Cordeneo	
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **CONCÓRDIA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

002002	Reabilitação da SC-283, trecho BR-153 - Concórdia - Seara - Chapecó - São Carlos.
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

002201	Reabilitação da SC-135/284, trecho Capinzal - Piratuba e acesso a Barro Preto.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs: Obs.: Emenda Redacional, suprimindo o acesso a Barro Preto e incluindo até a divisa com o RS, inclusive até a Usina de Machadinho.

012189	Recuperação acesso da SC-283 ao dist Engenho Velho e asfaltamento acesso ao dist Presidente Kenedy
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **JOÃO GIRARDI**
Função Prefeito Municipal de Concórdia
Cidade Concórdia

Suplente **MARCIANO CORADI**
Função Gerente Planejamento - SDR - Concórdia
Cidade Concórdia

Data_Aud_Públ.: **04-mai-12**

N_Participantes: **13**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CONCÓRDIA**

Municípios: Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	NEORA SARETTA	
02	ROSIMARI R. de OLIVEIRA	
03	Cristina S. Gomes	
04	Flávio de MIB	
05	LOAO GIPARDI	
06	JUCEMAR da LUZ	
07	MARIKW MATIELLO	
08	TERCIO ED KASTEN	
09	Sina Pont	
10	ORLANDO WANDERSON POYER	
11	CLAUDIRLEI JORINI	
12	ALIN BENFAMMI	
13	MARCIAVO COMATI	
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE CAMPOS NOVOS, CONCÓRDIA E JOAÇABA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA EM 4 DE MAIO DE 2012, ÀS 9H.

Aos quatro dias do mês de maio de 2012, às 9h, no Auditório Afonso Dresch, da Unoesc, *campus* de Joaçaba, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba, e a sociedade civil organizada, com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual 2013 (LOA). A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a quarta audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que iniciou os trabalhos desejando boas-vindas a todos e explicou que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizava todos os anos o ciclo de audiências públicas do Orçamento Regionalizado para que a sociedade civil organizada e os Poderes Públicos constituídos debatessem, por região, as suas demandas e os seus problemas para, ao final, escolherem quais as ações que deveriam ser inseridas no Orçamento do Estado, sendo que ao final daquele ciclo era feito um relatório que posteriormente seria enviado à Secretaria de Estado da Fazenda a fim de que os técnicos daquele órgão estudassem a viabilidade de inclusão no PPA, na LDO e na LOA. Acrescentou que era prática da Assembleia Legislativa, quando a Secretaria da Fazenda não incluía por vontade própria as prioridades, a Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, através de emenda, fazer aquela inclusão com a finalidade de dar guarida às decisões tomadas pelas regiões. Na sequência, explicando qual seria a metodologia de trabalho, disse que a Coordenadoria do Orçamento Regionalizado e a Secretaria de Estado da Fazenda fariam primeiramente uma rápida exposição, em seguida fariam uso da palavra os membros da mesa, depois a reunião dos grupos, expondo que considerava a parte mais importante daquela audiência, e para finalizar seriam colocadas ao grande grupo as prioridades elencadas por cada Regional. Isso posto, passou a palavra para o **senhor Sergio Francisco Ambrosi, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e justificou a ausência do Coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual, o ex-Deputado Antônio Carlos Vieira. Prosseguindo, com o auxílio do PowerPoint, fez uma exposição acerca das prerrogativas estabelecidas em lei que estavam sendo cumpridas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina e que culminariam com a promoção de 13 audiências públicas regionais, envolvendo as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Afirmou que aquela audiência tinha como objetivo apresentar a inclusão no PPA 2012-2015 das prioridades elencadas nas audiências públicas de 2011; apresentar a execução orçamentária até 24 de abril de 2012 das subações priorizadas nas audiências públicas de 2011 para a LOA 2012; apresentar as demais subações elencadas em 2011 já incluídas na LOA 2012; e promover o debate em grupos de trabalho visando elencar três prioridades por SDR para a LDO 2012 e a LOA 2013. Registrou que nas audiências realizadas no ano anterior havia sido definido um total de 432 prioridades para o PPA 2012-2015, abrangendo as 36 Regionais, bem como 108 para a LOA 2012, e que já tinham sido implementadas no Orçamento 179, ou seja, 71 prioridades a mais em relação às que tinham sido elencadas para 2012, numa proporção de 41,43% em relação ao que havia sido solicitado para ser implementado durante os próximos quatro anos, e fez uma demonstração da execução orçamentária das mesmas por Regional. Em seguida, registrou que com o intuito de melhorar o atendimento à sociedade, a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa tinha desenvolvido uma página no *site* da Assembleia, na qual constavam todas as informações relativas às audiências públicas regionais, ao processo orçamentário e ao planejamento orçamentário em Santa Catarina. Afirmou que o dever do Parlamento catarinense era inserir no Orçamento as prioridades definidas pela sociedade, não tendo o poder de impor a execução da obra, e que se aquele processo ainda não era o ideal, podia ser considerado o melhor no Brasil, sendo Santa Catarina o único Estado que ouvia a sociedade e implementava no Orçamento. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir em grupos as SDRs de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba e os Municípios integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elegessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda**, que cumprimentou os presentes e disse que estava representando a Secretaria de Estado da Fazenda, através da sua Diretoria de



Planejamento Orçamentário, junto com a senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento, e a senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual, e que o intuito de estarem participando daquela audiência era auxiliar, nos trabalhos em grupo, a respeito de dúvidas que pudessem surgir sobre o Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como da execução daqueles instrumentos constitucionais de planejamento. Observou que a grande maioria das prioridades elencadas nas audiências era da área de infraestrutura, ressaltando que essa área necessitava de um tempo de maturação, ou seja, necessitava de pré-projeto, projeto, processo licitatório, o que demandava um tempo grande para que a obra fosse executada. Afirmou que se estava com um terço do ano executado e que para uma obra de infraestrutura esse era um tempo muito curto, não significando que as que haviam sido elencadas anteriormente não seriam executadas, apenas ainda não tiveram sua execução orçamentária realizada. Fez outra ressalva no sentido de que se as prioridades elencadas no ano anterior ainda não tivessem sido executadas e fossem realmente prioridades da região, que fossem reafirmadas naquela audiência, tendo em vista que elas perpassam vários anos do PPA, aumentando assim as possibilidades de sua execução. Finalizou dizendo que eram aquelas as considerações a serem feitas e que os três técnicos da Secretaria da Fazenda se colocavam à disposição, desejando um bom trabalho a todos. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, em seguida, compôs a mesa convidando as seguintes autoridades: Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputado Estadual Moacir Sopelsa, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Deputado Romildo Titon, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputado Estadual Plínio de Castro; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e membro da Comissão de Finanças e Tributação; senhor Rafael Laske, Prefeito de Joaçaba; senhor Alaor Gotz, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos; e senhor Fernando Driessen, consultor-geral da Secretaria Executiva de Articulação Estadual. Logo após, registrou a presença do senhor Antoninho Tibúrcio Gonçalves, Prefeito de Monte Carlo; do senhor Norival Fiorin, Prefeito de Luzerna; do senhor Neri Luiz Miquelotto, Prefeito de Ouro; do senhor Alex Sandro da Silva, Secretário Municipal de Habitação do Município de Ouro; do senhor Adair José Ceron, Vice-Prefeito de Herval D'Oeste, representando o Prefeito Nelson Guindani; do senhor José Sérgio Rosseti, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional do Município de Joaçaba, representando o Secretário Jair Antônio Lorensetti; do senhor Valdemar Ronssen Junior, representando o Deputado Federal Jorginho Mello; do senhor Euclides Riquetti, Secretário Municipal de Administração e Fazenda do Município de Ouro; do senhor Adgar Bittencourt, diretor do Hospital Universitário Santa Terezinha, de Joaçaba; do senhor Tércio Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina; do senhor Orlando Waldemar Poyer, Secretário Municipal de Gestão e Finanças do Município de Jaborá, representando a Prefeita Maria Eli; do senhor Francisco Moreira Lopes, Vereador de Joaçaba; da senhora Sueli Teresinha de Campos Ferronato, Vereadora de Jaborá; do senhor João Girardi, Prefeito de Concórdia; do senhor Claudirlei Dorini, Vice-Prefeito de Piratuba; do senhor Joventino de Marco, Vice-Prefeito de Joaçaba; do senhor Acir Antônio Benjamini, Vereador de Piratuba; do senhor Laerte Verona, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Urbanismo, representando a Prefeita Nelci Fátima Trento Bortolini, de Água Doce; e do senhor Ademir Zanchetta, Vereador de Joaçaba. Após o registro, passou a palavra ao **Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que dando continuidade à audiência passou à manifestação dos membros da mesa. Primeiramente fez uso da palavra o **Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que cumprimentou os presentes e disse que o Orçamento Regionalizado era um instrumento importante da comunidade catarinense. Falou que o questionamento das pessoas em relação ao assunto era sobre a não execução total das obras; que aquele era um mecanismo que estava em andamento, sendo gestado há algum tempo e que ainda não havia uma imposição sobre o que fosse decidido. Acrescentou que havia um percentual razoável de execução na faixa de 40% a 50% e afirmou que se não houvesse o Orçamento Regionalizado não haveria nenhum percentual de execução. Disse que aquele era um dos poucos ou o único meio de participação direta da sociedade catarinense na elaboração do Orçamento do Estado e na própria ação do governo. Declarou que aquele era um instrumento importante e que quem estivesse apostando nele teria na sua região, ao longo do tempo, as obras que eram contempladas no Orçamento Regionalizado. Constatou que a sociedade deveria criar a cultura da participação e que os governos deveriam ser convencidos de que tal participação popular seria sempre importante, reforçando a participação direta feita pelos Deputados e pelos representantes do governo. Colocando-se à disposição para colaborar no que pudesse, desejou um bom trabalho a todos. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Plínio de Castro**, que saudou os presentes e disse que era um privilegiado, pois que logo ao assumir teve a oportunidade de participar daquelas audiências públicas que tratavam sobre o Orçamento Regionalizado. Lembrou que as três prioridades elencadas para a Regional de Concórdia eram obras



rodoviárias e que as prioridades das demais microrregiões duas eram obras rodoviárias, analisando que aquele tipo de obra significa fator de desenvolvimento para a sociedade. Constatou, ainda, por aquele motivo, que o Estado estava deficiente naquela área e que precisava de investimentos rodoviários naquela região, observando que o Estado só tinha um acesso de corredor rodoviário pelo centro do litoral ao extremo oeste e que do seu Município estava a 750 quilômetros da Capital, classificando como um calvário uma viagem daquela região até Florianópolis em função do estado das estradas. Disse que a sociedade deveria começar a debater a Ferrovia do Frango, sendo necessário falar mais fortemente sobre aquele assunto, inclusive com o governo federal. Afirmou que uma das prioridades importantes para a região era a questão do saneamento que havia ficado prejudicada com a última estiagem e que a outra igualmente importante era a questão da saúde, acrescentando que toda a sociedade catarinense deveria conhecer os dados dos hospitais filantrópicos do Estado catarinense, anunciando que era presidente de um hospital filantrópico em seu Município há mais de dez anos. Indo além, disse que o compromisso dos Deputados deveria ser o de garantir e de fazer valer o que fosse estabelecido naquela audiência como prioridade, acrescentando que aquela era a força que tinha um mandato e que era aquilo que o eleitor depositava no seu candidato na hora da eleição. Disse ainda que o compromisso do governo era tentar, dentro das condições orçamentárias do Estado, fazer valer o que seria decidido e também de ouvir a sociedade nas suas reivindicações. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que saudou todos os membros da mesa e os demais presentes e disse que a tarefa da Assembleia Legislativa era a de se colocar à disposição da sociedade para ajudá-la a participar do processo de elaboração das leis orçamentárias, trazendo de volta a possibilidade de participação social, afirmando que o ideal era que a cada ano mais pessoas participassem daquelas audiências. Disse que a questão sempre levantada referia-se às estradas, mas que os serviços essenciais também precisavam ser discutidos, como saúde, educação e segurança pública, sendo necessário colocá-los na pauta do Governador com mais ênfase, porque todas as regiões necessitavam daqueles serviços essenciais. Acrescentou que a construção de novas rodovias e a recuperação das existentes eram necessárias para a segurança. Colocou-se à disposição de todos e desejou um bom trabalho. Seguindo, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que cumprimentou os presentes e disse que aquelas reuniões eram importantes e obrigatórias constitucionalmente, e que a cada ano se reuniam para fazer uma análise das audiências realizadas no ano anterior, sendo que algumas prioridades elencadas aconteciam, e outras não. Citou como exemplo a estrada de Jaborá a Ouro, com contorno a Capinzal, que havia sido apontada como prioridade em outras vezes, teria licitado aquele trecho, bem como o contorno de Capinzal, numa segunda etapa, incluído no BID 6, afirmando ser aquela uma obra totalmente garantida. Contou que também a reivindicação para o Distrito da Barra do Leão, na Regional de Campos Novos, também havia sido licitada, e já estava projetada. Disse que algumas coisas estavam acontecendo, principalmente as prioridades regionais, e que se não fossem aquelas audiências, talvez o desejo regional não fosse contemplado. Disse que as pessoas que estavam lá representando a sua região estavam também auxiliando a Assembleia Legislativa a atuar nas pontas de maior prioridade. Lembrou que lá estavam presente Prefeitos, Vereadores e Secretários de Estado envolvidos na área pública e que sabiam que nem sempre as coisas aconteciam com a velocidade que todos queriam. Desejou sucesso a todos. Em seguida, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Moacir Sopelsa, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que cumprimentou todos, especialmente o Deputado Marcos Vieira pelo trabalho realizado com as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, e citou que as questões levantadas naquelas audiências eram importantes e que tinha certeza que algum dia alcançariam 100% da realização das obras solicitadas. Falou que estava no seu quarto mandato e que desde o início lutava pela obra de Jaborá, citada anteriormente pelo Deputado Romildo Titon, acrescentando que por estar contemplada achava que não haveria necessidade de deixá-la como uma das prioridades para o próximo ano. Disse que a revitalização da estrada que vai de Jaborá até a 153, em Linha Cachimbo, no Município de Concórdia, também estava assegurada e que nos próximos dias a licitação deveria sair, bem como iriam incrementar e colocar nas prioridades outras obras. Afirmou que a maioria das prioridades era sobre obras de infraestrutura e que o oeste de Santa Catarina se ressentia de rodovias para que se pudesse fazer o escoamento dos produtos produzidos na região, como milho, soja, frango, suíno e leite. Assegurou que mais tarde teriam que levar a prioridade para a ferrovia, mesmo que ela fosse da iniciativa privada, pois se não resolvessem o problema de abastecimento para a produção de pequenos animais, as indústrias daquela região poderiam não ficar muito tempo lá. Disse, também, que mais tarde teriam que priorizar o gás natural que havia chegado aos grandes Municípios, nas margens da BR-101, que era onde estava o desenvolvimento, afirmando que aquelas questões teriam que ser resolvidas para o bom desenvolvimento de todo o extremo oeste de Santa Catarina, lembrando que era a sobrevivência do agronegócio, responsável por mais de 30% da economia do Estado catarinense. Lembrou também a importância de maior estrutura para os hospitais das regiões, para as ambulâncias, do convênio para a Secretaria Municipal de Saúde, do convênio para o asfaltamento de ruas, e da educação. Disse que era da organização das pessoas que saíam as ações e que era importante que os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais e as lideranças dos Municípios apontassem o que era preciso para o desenvolvimento da sua região. Concluiu sua manifestação



desejando um bom trabalho a todos. O **senhor Presidente** esclareceu, a respeito da fala do Deputado Moacir Sopelsa, que a estrada Jaborá a Ouro precisava ainda constar das doze prioridades do PPA, assim como a expansão da Udesc, na Regional de Joaçaba, e a pavimentação de Capinzal até Barra do Leão, em Campos Novos, não precisavam estar entre as três prioridades, mas entre as doze do PPA. Logo após, passou a palavra ao **senhor Rafael Laske, Prefeito de Joaçaba**, que cumprimentou os membros da mesa e demais presentes e afirmou que uma das necessidades da região era o aeroporto, que atendia não somente Joaçaba como outros Municípios, e contou que todas as despesas, como água, luz, funcionários, investimentos feitos em quase R\$ 1 milhão para a recuperação da pista e da construção do Corpo de Bombeiros, eram pagas somente por Joaçaba. Sugeriu que aquele aeroporto se transformasse em um aeroporto regional, tendo em vista o seu alto custo. Disse, ainda, que estavam tratando de algumas ações pontuais com o Reitor da Udesc a fim de que ela se tornasse realmente pública para aqueles necessitados. Desejando boas-vindas a todos, agradeceu a presença dos que lá estavam. Seguindo, fez uso da palavra o **senhor Alaor Gotz, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos**, que cumprimentou os presentes e disse que era importante aquela região estar reunida para discutir as suas prioridades. Desejou que aquela manhã fosse proveitosa em favor das necessidades daquela sociedade. Parabenizou todos por lá estarem. Por último, fez uso da palavra o **senhor Fernando Driessen, consultor-geral da Secretaria Executiva de Articulação Estadual**, que saudou os presentes e narrou que as pessoas os procuravam com a preocupação de que os trâmites tivessem realmente acontecido entre a Assembleia Legislativa e o governo do Estado depois daquelas reuniões regionais. Falou sobre a importância dos Prefeitos e Vereadores mobilizarem as lideranças municipais para participem de fato daquelas audiências a fim de discutirem as prioridades regionais. Lembrou que cabia à sociedade levantar as prioridades e que cabia aos Deputados incluí-las no PPA. Acrescentou que após aquilo existia o trabalho da liberação de recursos, que também era uma função dos Deputados Estaduais que, com certeza, garantiriam os recursos para a execução daquelas obras elencadas pelas comunidades. Comunicou que o Governador Raimundo Colombo e o Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira estavam dando atenção especial àquele acontecimento e que haviam pedido que ele e o Secretário Gelson Sorgato acompanhassem todas as reuniões. Agradeceu a todos pela oportunidade da fala. O **senhor José Sérgio Rosseti, diretor-geral da SDR de Joaçaba**, manifestando-se fora do microfone, justificou a ausência do Secretário, senhor Jair Antônio Lorensetti, e esclareceu que o senhor Edson Antônio Cassiano, Secretário Municipal de Administração e Finanças de Capinzal, estava representando o Prefeito Leonir Boaretto. Em seguida, o **senhor Presidente** suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. *(Os grupos de trabalho reuniram-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente** retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de Campos Novos, Léia Cristina Agostini Consoni e Diogenes Zaldan; de Concórdia, João Girardi e Marciano Coradi; e de Joaçaba, Norival Fiorin e Euclides Celito Riquetti. Em seguida, foi feita a leitura pelos relatores de cada Regional das prioridades elencadas para a LOA 2013. Da **Regional de Campos Novos, foi relatora a senhora Léia Cristina Agostini Consoni**: 1) 002160 – reabilitação da SC-455, trecho Tangará/Campos Novos; 2) 012236 – ampliação, manutenção e aquisição de equipamentos para o Hospital Dr. José Athanasio, na SDR de Campos Novos; 3) 012137 – implantação do contorno viário em Campos Novos. Da **Regional de Concórdia, foi relator o Prefeito João Girardi**: 1) 002002 - reabilitação da SC-283, trecho que compreende BR-153/Concórdia/Seara/Chapecó/São Carlos; 2) 002201 - reabilitação da SC-135/284, trecho Capinzal/Piratuba, acesso a Barro Preto; 3) 012189 - recuperação do acesso da SC-283, Distrito Engenho Velho e asfaltamento do acesso ao Distrito Presidente Kenedy, com a seguinte observação: emenda redacional à prioridade número 2: suprime-se acesso a Barro Branco e inclui-se até a divisa com o Rio Grande do Sul/Usina de Machadinho. Da **Regional de Joaçaba, foi relator o Prefeito Norival Fiorin**: 1) 012084 - construção de anel viário ligando os Municípios de Luzerna/Joaçaba/Herval d'Oeste a BR-282; 2) 012123 – implantação da policlínica regional no Município de Joaçaba; 3) 012286 - regionalização e obras de melhoria do aeroporto de Joaçaba. Após, fez uso da palavra o Deputado Estadual Neodi Saretta, que parabenizou os presentes e disse, pelo resultado apresentado, o quanto era importante aquela audiência, desejando boa sorte a todos. Na sequência, após o Deputado Romildo Titon abrir mão da palavra e nada mais havendo a tratar, O **senhor Presidente** agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Iwana Lúcia Lentz] [Leiturista: Siomara G. Videira]*

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



5ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

CAÇADOR

REGIONAIS - Curitibanos, Videira e CAÇADOR

DATA: 04/05/12

Horário: 16 h – Sexta-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da Câmara Municipal

Total de participantes: 43





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **CAÇADOR**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012164	Pavimentação da SC-303, trecho - Timbó Grande a SC-302
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012354	Construção do hospital regional de Caçador.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

007826	Construção Ampliação e Reforma de Escola SDR-Caçador.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **ROVÍLIO FICAGNA**
Função Gerente de Planejamento e Avaliação
Cidade Caçador

Suplente **ARI JOSÉ GALESKI**
Função Vereador
Cidade Timbó Grande

Data_Aud_Públ.: **04-mai-12**

N_Participantes: **22**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CAÇADOR**

Municípios: Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	FRANCISCO STEFANES	
02	Renildo Ficagra	
03	Abelino dos Anjos	
04	ORANDINA M ^o VICIARA	
05	Aldemir Zanella	
06	José Guedes Martini	
07	Patrícia Cruz de Lacerda Cruz	
08	Ruth Inês Latta Goulart	
09	Guilherme Moura dos Santos	
10	ALVARO A. R. DOURADO	
11	Shirley Caralhino	
12	Adair N. Caralheira	
13	ALFIERI FREIBERGER	
14	ANDERSON CAETANO DE SOUZA	
15	Kauna Souza de Matos	
16	GABRIEL R. LEITE	
17	CLARI BOSSO	
18	Elaine Karck Almeida	
19	Ari José Galecki	
20	Beatriz Ribeiro dos Santos	
21	Milene O. Costa	
22	Alencar Mendes	
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **CURITIBANOS**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012198	Terrapl/pavim/OEA/supervisão perimetral no oeste de Curitiba.
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012089	Pavimentação asfáltica da sede do município de Frei Rogério passando pelo Distrito núcleo, tritícula até Salto Correntes.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012310	Construção de unidade prisional avançada - SDR - Curitiba.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **FLÁVIO LUIZ ZILIO**
Função Contador
Cidade Curitiba

Suplente **HIDEKI IWASAKI**
Função Vereador
Cidade Frei Rogério

Data_Aud_Públ.: **04-mai-12**

N_Participantes: **8**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: CURITIBANOS

Municípios: Curitibanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Hideki Wasaki	
02	JOÃO C. CORDEIRO	
03	Nilto L. Pontes	
04	Svo J. Maggino	
05	Roni- Maria R. de Oliveira	
06	Flávio Luiz Zilio	
07	Luís Carlos Franca	
08	Manoel Sarter	
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **VIDEIRA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

002221	Reabilitação da SC-453, trecho Lebon Regis - Fraiburgo - Videira - Arroio Trinta - Salto Veloso.
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

012227	Reabilitação da SC-303, trecho Luzerna - Videira - Caçador (2)
N Ordem: 02	
Prior.PPA 02	

Obs:

012208	Ampliação de leitos na UTI, manutenção e reforma do Hospital Divino Salvador SDR - Videira.
N Ordem: 03	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular ELISANDRA B. GIURIATTI
Função Analista
Cidade Videira

Suplente LUCIANA VIECELI SIMON
Função Secr. Administração e Finanças
Cidade Tangará

Data_Aud_Públ.: **04-mai-12**

N_Participantes: **13**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012
LISTA DE PRESENÇA SDR: **VIDEIRA**

Municípios: Videira, Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	EDUARDO GRILLON	
02	Josiane Ugolini	
03	Luciana Viceli Simon	
04	Leiziane Buckens Stuy	
05	Ros. Mari R. de Oliveira	
06	ERANDRO COLLE	
07	Angelita Colle	
08	Elsondo B. Guinatti	
09	R. Leite Demardi	
10	Abemio Fernandes de Silva	
11	NEOMAR PIRES	
12	Raquel Travessini	
13	Silvia Pajliari	
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE VIDEIRA, CURITIBANOS E CAÇADOR, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR EM 4 DE MAIO DE 2012, ÀS 16H.

Aos quatro dias do mês de maio de 2012, às 16h, no auditório da Câmara de Vereadores de Caçador, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Videira, Curitibanos e Caçador, e a sociedade civil organizada, com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual 2013 (LOA). A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a quarta audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, abriu os trabalhos cumprimentando os presentes e, seguindo orientação do suporte legislativo, passou a palavra ao senhor Sergio Francisco Ambrosi para a sua apresentação. O **senhor Sergio Francisco Ambrosi, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, inicialmente justificou a ausência do coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual, o ex-Deputado Antônio Carlos Vieira, e, com o auxílio do PowerPoint, fez uma exposição acerca das prerrogativas estabelecidas em lei que estavam sendo cumpridas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina e que culminariam com a promoção de 13 audiências públicas regionais, envolvendo as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Afirmou que aquela audiência tinha como objetivo apresentar a inclusão no PPA 2012-2015 das prioridades elencadas nas audiências públicas de 2011; apresentar a execução orçamentária até 24 de abril de 2012 das subações priorizadas nas audiências públicas de 2011 para a LOA 2012; apresentar as demais subações elencadas em 2011 já inclusas na LOA 2012; e promover o debate em grupos de trabalho visando elencar três prioridades por SDR para a LDO 2012 e a LOA 2013. Registrou que nas audiências realizadas no ano anterior havia sido definido um total de 432 prioridades para o PPA 2012-2015, abrangendo as 36 Regionais, bem como 108 para a LOA 2012, e que já tinham sido implementadas no Orçamento 179, ou seja, 71 prioridades a mais em relação às que tinham sido elencadas para 2012, numa proporção de 41,43% em relação ao que havia sido solicitado para ser implementado durante os próximos quatro anos, e fez uma demonstração da execução orçamentária das mesmas por Regional. Em seguida, registrou que com o intuito de melhorar o atendimento à sociedade, a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa tinha desenvolvido uma página no *site* da Assembleia, na qual constavam todas as informações relativas às audiências públicas regionais e ao processo e ao planejamento orçamentário em Santa Catarina. Afirmou que o dever do Parlamento catarinense era inserir no Orçamento as prioridades definidas pela sociedade, não tendo o poder de impor a execução da obra, e que se aquele processo ainda não era o ideal, podia ser considerado o melhor no Brasil, sendo Santa Catarina o único Estado que ouvia a sociedade e implementava no Orçamento. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir em grupos as SDRs de Chapecó, Xanxerê, Quilombo e Seara e os Municípios integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda**, que cumprimentou os presentes e disse que estava representando a Secretaria de Estado da Fazenda, através da sua Diretoria de Planejamento Orçamentário, junto com a senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento, e a senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual, e que o intuito de estarem participando daquela audiência era auxiliar nos trabalhos em grupo a respeito de dúvidas que pudessem surgir a respeito do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como da execução daqueles instrumentos constitucionais de planejamento. Observou que a grande maioria das prioridades elencadas nas audiências era da área de infraestrutura, ressaltando que aquela área necessitava de um tempo de maturação, ou seja, necessitava de pré-projeto, projeto, processo licitatório, o que demandava um tempo grande para que a obra fosse executada. Afirmou que se estava com um terço do ano executado e que para uma obra de infraestrutura esse era um tempo muito curto, não significando que as que haviam sido elencadas anteriormente não fossem executadas, apenas



ainda não tiveram sua execução orçamentária realizada. Fez outra ressalva no sentido de que se as prioridades elencadas no ano anterior ainda não tivessem sido executadas e fossem realmente prioridades da região, que fossem reafirmadas naquela audiência, tendo em vista que ela perpassava vários anos do PPA, aumentando assim as possibilidades de sua execução. Finalizou dizendo que eram aquelas as considerações a serem feitas e que os três técnicos da Secretaria da Fazenda se colocavam à disposição, desejando um bom trabalho a todos. Feitas essas considerações, a **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, convidou para que tomassem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputado Estadual Reno Caramori, 2º Secretário da Assembleia Legislativa; Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; senhor Alcedin Ferlin, Vereador de Caçador, representando o senhor Imar Rocha, Prefeito de Caçador; Vereadora Sirley de Fátima Tibes Ceccatto, Presidente da Câmara de Vereadores de Caçador; senhor Nelmar Pinz, Prefeito de Fraiburgo; senhor Luiz Fernando França, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba; senhor Evandro Luiz Colle, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira; e senhor Fernando Driessen, consultor-geral da Secretaria Executiva de Articulação Estadual. Em seguida, registrou a presença da senhora Patrícia Cruz, da Fundação de Cultura do Município de Caçador; da senhora Noemia Sisnandes da Silva, Secretária Municipal de Educação de Tangará; da senhora Zildete Denardi, Secretária Municipal de Saúde de Tangará; da senhora Luciana Simon, Secretária Municipal de Administração e Finanças de Tangará; do senhor Ivo José Mazzucco, Vereador de Frei Rogério; do senhor Anderson Caetano, do Grupamento de Bombeiros Voluntários de Caçador; do Vereador João Carlos Cordeiro, de Frei Rogério; do Vereador Nilto Agostinho Antunes, Presidente da Câmara de Vereadores de Frei Rogério; da senhora Liziane Leidens Strey, Secretária Municipal de Turismo e Eventos de Tangará; do senhor Francisco Stefanos, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador, representando o Secretário Gilberto Amaro Comazzetto; do senhor Sidnei Rodrigues de Souza, gerente de Planejamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba; do senhor Tércio Egon Paulo Kaster, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimento de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina; do senhor Hideki Iwasaki, Vereador de Frei Rogério; e do senhor Gabriel Leite, gerente da Estação Experimental da Epagri de Caçador. Após o registro, passou a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, que após os cumprimentos de praxe fez uma saudação especial à Vereadora Sirley de Fátima Tibes Ceccatto, Presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, que gentilmente os recebia naquela tarde, e também ao Deputado Estadual Reno Caramori, que era daquela região. A seguir disse que estavam realizando mais uma audiência pública do Orçamento Regionalizado, praticando a essência do Parlamento Estadual que era a interação com a comunidade. Observou que eles tinham a missão de fiscalizar o Poder Executivo e de legislar, e que iriam legislar no que dizia respeito ao PPA e ao Orçamento, e que assim queriam fazer com a participação da comunidade. Lembrou que o Parlamento catarinense era a única Assembleia Legislativa do Brasil que discutia o Orçamento com a comunidade, com as lideranças, com as entidades, com as forças vivas do Estado, observando que todos os anos o Relator contemplava no Orçamento, através de emendas, as ações que eram elencadas como prioridades, fruto das audiências públicas, e que cabia à comunidade e ao Parlamento cobrar do governo a realização das obras. Isso posto, disse que o ano corrente era um ano atípico e que o ano posterior significaria muito, diante da aprovação da Resolução nº 72 pelo Congresso Nacional, pois que o Estado perderia mais de R\$ 1,5 bilhão num Orçamento de R\$ 17 bilhões. Disse, também, que era possível que o governo mandasse um contingenciamento no Orçamento para a Assembleia a fim de readequar o Orçamento do Estado à nova realidade a partir do ano de 2013, e afirmou que Santa Catarina, com criatividade e apoio do Parlamento e da comunidade, haveria de manter os serviços essenciais e os trabalhos públicos que eram oferecidos à comunidade. A seguir, convidou para fazer parte da mesa o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, dizendo que aquele Parlamentar estava sempre presente e era atuante nas audiências públicas em defesa do povo de Santa Catarina. Prosseguindo, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Reno Caramori**, que disse que seria rápido em suas palavras porque estavam ali para uma reunião de trabalho. Assim sendo, cumprimentou nominalmente os componentes da mesa e demais presentes e explicou que era uma lei federal e uma lei estadual que determinavam que fossem consultadas as regiões, os Municípios através das suas lideranças, a fim de que fossem elencadas as prioridades para cada Município. Dirigindo-se ao senhor Francisco Stefanos, diretor-geral da 10ª SDR de Caçador, disse que acreditava que as prioridades já haviam sido elencadas pelas SDRs, pois era uma de suas tarefas, e que era preciso fazer com que um dia aquilo se tornasse impositivo. Disse que se as prioridades elencadas em Caçador, em Videira, em Curitiba fossem atendidas, facilitaria o trabalho do governo, porque seria mais prático trabalhar atendendo as prioridades elencadas. Lembrou que há alguns anos disse em Caçador que às vezes se sentia envergonhado de participar daquelas audiências públicas porque mais tarde o governo não realizava as obras, e que seria temeroso ir nas reuniões estando todos os presentes ansiosos em receber as obras que foram indicadas por todos os Municípios. Disse que estavam ali cumprindo uma determinação legal, e que a Assembleia Legislativa a respeitava religiosamente, razão pela qual os Deputados estavam percorrendo o Estado inteiro. Asseverou que algumas obras já haviam sido atendidas e que muitas ainda deveriam ser concluídas, pois



que o governo as fazia de acordo com capacidade de investimento e a financeira do Estado. Afirmou que esperava que aquela reunião realmente surtisse efeito e que tivesse objetividade, pois que os presentes eram responsáveis e aconselhou que tivessem determinação ao apresentar as reivindicações de cada Município através da microrregião. Encerrou desejando um bom trabalho a todos. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que cumprimentou os presentes e reforçou a importância da participação da comunidade catarinense no Orçamento do Estado. Disse que o Orçamento Regionalizado era uma oportunidade importante para destacarem as suas prioridades e, pelo fato de estarem longe da Capital, fazerem a sua reivindicação, ressaltando que aquela audiência pública era uma maneira de levarem ao governo os desejos de todos. Destacou que o Orçamento Regionalizado era um instrumento importante e parabenizou os presentes que acreditavam e que lá estavam. Colocou-se à disposição no que pudesse auxiliar. Na sequência, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que cumprimentou todos os presentes e lembrou que estavam lá para cumprir um dispositivo constitucional e também para tomarem conhecimento das demandas de cada região. Relatou que o trabalho era feito a cada ano e que exigia um esforço bastante grande por parte de um conjunto de servidores da Assembleia Legislativa que sistematizavam e organizavam o material daquelas audiências e relacionavam o seu resultado com aquilo que o governo tinha executado e se propunha a executar. Continuando, disse que era um trabalho que merecia mais atenção, mais estudo por parte do conjunto dos gestores, da sociedade e das lideranças comunitárias para que avançassem no processo de democratização dos gastos dos recursos públicos. Disse que estavam ali fazendo a obrigação deles, à disposição de todos para acatar aquilo que fosse deliberado e também para que, na Assembleia Legislativa, pudessem defender aquilo que havia sido deliberado, a fim de trabalharem com os órgãos do Poder Executivo no cumprimento do que fosse definido. Comunicou que era grande a sua satisfação em estar ali e colocou-se à disposição naquilo que pudesse ajudar, dizendo ser um braço e uma voz a mais na defesa e na realização das demandas daquelas regiões do Estado. Dando continuidade, a palavra foi concedida à **Vereadora Sirley de Fátima Tibes Ceccatto, Presidente da Câmara de Vereadores de Caçador**, que após os cumprimentos de praxe disse que era uma honra para a Câmara de Vereadores abrir suas portas mais uma vez para receber pessoas que estavam diretamente vinculadas ao desenvolvimento, à saúde e à educação dos munícipes. Aproveitou o momento para parabenizar o gerente Rufino Ficanha, que no dia em curso estava à frente da 10ª Regional, na coordenação dos trabalhos, lembrando que no dia anterior haviam se reunido para anteciparem a discussão sobre suas prioridades, sendo a saúde a mais importante para eles. Dirigindo-se aos Deputados, disse que era um absurdo o paciente ficar agendado no TFD por quase um ano, e que também era um transtorno uma viagem longa a Florianópolis, exemplificando que um paciente oncológico precisaria de agilidade para seus exames e que mesmo assim teria que aguardar na fila de oito meses a um ano. Relatou que elencaram como segunda prioridade a educação, pois que tinham o sistema integral em duas escolas do Município e precisavam urgentemente de ampliação também naquela área; que buscavam o apoio das equipes técnicas, afirmando que a figura política às vezes fazia barulho mas não tinha conhecimento de causa. Parabenizou todos que estiveram inseridos na citada reunião, nominando Beatriz, Viviane, Gabriel e Chico, que estavam presente também naquele momento. Contou que eram técnicos com conhecimento e que eles também esperavam que as coisas não ficassem só no campo político, e que com a sua presença pudessem ajudar para que as prioridades elencadas naquela audiência pública se realizassem o mais rápido possível, visto as necessidades prementes. Sendo assim, solicitou ajuda dos Deputados Estaduais. Encerrando, agradeceu a presença de todos, bem como do Estado, na pessoa do Presidente, Deputado Darci de Matos, por escolherem o Município de Caçador e a Câmara de Vereadores caçadorenses para a realização daquela audiência pública. A seguir, a palavra foi concedida ao **senhor Fernando Driessen, consultor-geral da Secretaria Executiva de Articulação Estadual**, que cumprimentou os presentes e falou do prazer de estar representando o Secretário Gelson Sorgato e, conseqüentemente, o governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira numa reunião de interação entre os Poderes Legislativo e Executivo na condução daquele processo. Disse que sua opinião era a mesma que o Deputado Reno Caramori tinha antigamente, mas que depois de acompanhar as reuniões em São Miguel do Oeste, Maravilha, Chapecó e Joaçaba, tinha mudado a sua visão, visto a importância das prioridades para cada Regional. Citou Caçador como um exemplo típico, já que tiveram no ano anterior três prioridades elencadas que haviam sido total ou parcialmente atendidas, e que aquilo fazia parte de uma nova visão. Informou que o Governador Raimundo Colombo sempre falava sobre a sua preocupação com a aplicação do dinheiro público através da falsa prioridade, observando que as falsas prioridades às vezes eram levadas ao governo através de lideranças, que eram atendidas, no entendimento de que eram prioridades regionais, mas que na realidade não eram aquelas que os segmentos sociais daquela região realmente queriam. Afirmou que tinha começado a mudar aquela sua visão e que tinha notado que devagar e lentamente a comunidade estava participando, discutindo e elencando as suas prioridades, bem como vinha votando ferrenhamente aquelas prioridades que realmente representavam a necessidade da região. Isso posto, disse que o governo do Estado tinha recomendado às Secretarias de Estado e às Secretarias Regionais que sempre focassem as decisões e a aplicação do dinheiro naquilo que a comunidade e a região realmente necessitavam. Observou que apesar de ser uma tarde de sexta-



feira, as lideranças se faziam presentes e que era motivo de orgulho participar daquela reunião. Finalizou agradecendo a presença de todos. Retomando a palavra o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, registrou a presença do Vereador Ari José Galeski, de Timbó Grande, representando o senhor Valdir Cardoso dos Santos, Prefeito de Timbó Grande. A seguir, informou que os Secretários Regionais de Curitibanos e de Videira, respectivamente os senhores Luiz Fernando França e Evandro Luiz Colle, abriram mão dos seus pronunciamentos e, assim sendo, passou a palavra ao **senhor Alcedin Ferlin, Vereador de Caçador, representando o senhor Imar Rocha, Prefeito de Caçador**, que após cumprimentar os presentes, justificou a ausência do Prefeito, pois o mesmo havia marcado uma reunião com a Reitoria da Udesc a fim de tratar sobre a implantação daquela universidade no Município, que inclusive era uma das prioridades elencadas na discussão do Orçamento Regionalizado. Disse que se permitia discordar do Deputado Reno Caramori, no sentido de que não era um dever, mas uma obrigação do Legislativo e do Executivo discutirem o Orçamento, observando que havia se tornado uma linguagem simples, fazendo com que o cidadão tivesse condições de conhecê-lo. Afirmou que estavam dando uma demonstração de interesse naquela tarde, visto que a representatividade das Regionais estava presente e confirmou ser aquele o momento oportuno de colocar as prioridades da região. Recordou que o Deputado Saretta, no ano anterior, havia apresentado uma emenda no valor de R\$ 100 mil destinada à implantação da Udesc, bem como o Deputado Reno Caramori apresentou emendas que beneficiaram os Municípios da região. Reafirmou que aquele era um momento importante, pois que a sociedade tinha condições de discutir com os Deputados, com o representante do governo do Estado de Santa Catarina, com os membros da Assembleia Legislativa o que queriam para o Município de Caçador. Salientou que sabiam que o Orçamento não era uma lei formal, não era fixa, tanto que existia uma PEC no Congresso Nacional tornando o Orçamento uma peça impositiva, explicando que aquilo significaria que teriam que cumprir com o que lá estivesse colocado, lembrando que aquela seria uma longa discussão, mas que um dia chegariam naquele ponto. Agradeceu a oportunidade da fala e pediu desculpas pela ausência do Prefeito Municipal, desejando boas-vindas a todos. Dando continuidade à audiência pública, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, desfez a mesa dos trabalhos para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. *(Os grupos de trabalho reuniram-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, assumiu a presidência da audiência o **senhor Deputado Estadual Neodi Saretta**, que anunciou os conselheiros titulares e suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de Videira, Elisandra B. Giuriatti e Luciana Vieceli Simon; de Curitibanos, Flavio Luiz Zilio e Hideki Iwasaki; e de Caçador, Rovílio Ficagna e Ari José Galeski. Em seguida, foi feita a leitura pelos relatores de cada Regional das prioridades elencadas para a LOA 2013. Da **Regional de Videira, foi relatora a senhora Josiane Ugolini: 1) 002221 - reabilitação da SC-453, trecho Lebon Régis, Fraiburgo, Videira, Arroio Trinta e Salto Veloso; 2) 012227 - reabilitação da SC-303, trecho Luzerna, Videira e Caçador; 3) 012208 - ampliação dos leitos na UTI, manutenção e reforma do Hospital Divino Salvador – SDR - Videira. Da Regional de Curitibanos, foi relator o senhor Luiz Fernando França: 1) 012198 – terraplanagem, pavimentação, OEA, supervisão perimetral no oeste de Curitibanos; 2) 012089 - pavimentação asfáltica de Frei Rogério passando pelo distrito núcleo, Tritícola até Salto Corrente; 3) 012310 - construção de unidade prisional avançada – SDR - Curitibanos. Da Regional de Caçador, foi relator o senhor Rovílio Ficagna: 1) 012164 - pavimentação da SC-303, no trecho Timbó Grande a SC-302; 2) 012354 - construção do Hospital Regional de Caçador; 3) 007826 - construção, ampliação e reforma de escola –SDR- Caçador. Após o registro das prioridades elencadas pelos grupos de trabalho de cada Regional, e nada mais havendo a tratar, o **senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta**, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafas-Revisoras: Almerinda Lemos Thomé e Iwana L. Lentz] [Leiturista: Siomara G. Videira]***

DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE

DEPUTADO ESTADUAL NEODI SARETTA
PRESIDENTE



6ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

CANOINHAS

REGIONAIS - Mafra e CANOINHAS

DATA: 04/06/12

Horário: 09h – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da Câmara Municipal

Total de participantes: 58





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **CANOINHAS**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012278	Regionalização e manutenção do Hospital Santa Cruz de Canoinhas
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012315	Construção de gasoduto ligando os Municípios de Rio Negrinho / Porto União - SDR - Canoinhas.
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012163	Incentivo à implantação de áreas industriais - SDR - Canoinhas.
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Função Vice-Prefeito
Cidade Canoinhas

Suplente IVO DOLONSKI
Função Coordenador da Fátma
Cidade Canoinhas

Data_Aud_Públ.: **04-jun-12**

N_Participantes: **33**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CANOINHAS**

Municípios: Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	PAULO H. B. GIMSKI	
02	Jatúcia Beilmann	
03	NEOA. SAREHA - Jop Cat.	
04	DRECI FORTUNA DA COSTA FLEHO	
05	Olga K. mielke	
06	Eva Blofors.	
07	TERCIO KASTEN	
08	Adriano Ruben	
09	Ricardo Souza de Oliveira	
10	ROBERTO BONFLEUM	
11	RICARDO DRAGOMI	
12	Diágora Leij Guimaraes	
13	RAMIRKA	
14	Mayara Padilha de Siqueira	
15	Ricardo Girelli	
16	NAURO RICARDO MÜCK	
17	Felipe Sabta Davut	
18	Elite Carvalho	
19	Inelen Jaure Wogringki	
20	Elsoni Zegones	
21	Danielle Barros Buiy	
22	NILSON KIEM	
23	GUSTAVO C. de CARVALHO	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: CANOINHAS

24	MARCOS E. Cardoso	
25	EDISON LUIS RIBEIRO	
26	BETO FARIA	
27	ZUO POLINSKI	
28	MARCOS EUCLEDES VIEIRA	
29	Maria Emilia D. Silveira	
30	Ardelema / Affleuty	
31	HERBERT PROSKOPF / R	
32	DELOY FONTANA NETO	
33	Suellen P. Pangratz	
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **MAFRA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012182	Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade - SDR - Mafra (1)
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

001617	Reabilitação da SC-420, trecho São Bento do Sul - Fragosos - Divisa SC/PR
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012314	Construção de unidade prisional avançada - SDR - Mafra
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular CLESIOMAR WITT
Função Vereador
Cidade Mafra

Suplente EGON ROBERTO TAVARES
Função Diretor Ind e Comércio
Cidade São Bento do Sul

Data_Aud_Públ.: **04-jun-12**

N_Participantes: **25**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **MAFRA**

Municípios: Mafra, Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Zetuo F. Zeitauer	
02	NOELHO BONETTI	
03	ALAOR HANSEN	
04	Leini Zanini	
05	Silvius Nobrega	
06	Waldo da Costa Starzuk	
07	NILJA LARSEN HOLY	
08	MAGNO BULLMANN	
09	Taisa von Rimsingen Tavares	
10	Enzita F. dos Santos	
11	TERCIO KASTEN	
12	Altivir Luiz DOMINIAK	
13	Fabiano D. Perfetto	
14	Adriana Kestner	
15	EGON R. TAVARES	
16	Ruth Keinschmidt	
17	Rozilane E. dos Santos	
18	Chania Len	
19	Argemir Gower	
20	Waldo Luiz Modesto	
21	JUNIOR YEVAUSKI	
22	Felipe F. de S.	
23	Presioner Witt	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **MAFRA**

24	Raquel S. Ramiro	
25	V. Atudsmir	
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE MAFRA E CANOINHAS, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS EM 4 DE JUNHO DE 2012, ÀS 9H.

Aos quatro dias do mês de junho de 2012, às 9h, no Auditório da Câmara Municipal de Canoinhas, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Canoinhas e Mafra, e a sociedade civil organizada com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013. A **senhora Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a sexta audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que abriu a reunião desejando boas-vindas a todos e manifestou satisfação por estar ali fazendo abertura da sexta audiência do Orçamento Regionalizado. Disse que certamente debateriam e elencariam as prioridades para Canoinhas e Mafra, e concedeu a palavra ao **senhor Antônio Carlo Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que, após os cumprimentos de praxe, informou, primeiramente, que estavam ali para prestar contas e que as doze demandas elencadas no ano anterior constavam no PPA 2012-2015, avaliando que a vontade popular foi acatada pelo Orçamento, e que as três demandas escolhidas por cada Regional constavam no Orçamento de 2012. Observou que as demandas ainda não foram totalmente executadas porque o governo do Estado teve uma sacudida financeira face à conjuntura que se espalhou em Santa Catarina após a Resolução nº 72, do Senado Federal, com relação ao ICMS de importação, mas afirmou que alguma coisa já foi executada. Prosseguindo, comunicou que estavam ali para colher as nove demandas, das doze escolhidas no ano anterior, que deveriam constar no Orçamento de 2013. Salientou, segundo seu ponto de vista, que não poderia haver substituição de demanda porque as ações já constavam no PPA do ano anterior, mas haveria sim condições de cobrança e verificação da situação. Após, passou a palavra ao **senhor Sergio Francisco Ambrosi, assessor da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que com o auxílio do PowerPoint historicizou o planejamento orçamentário no Brasil, desde 1946 até os dias atuais, salientando que a Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA), determinando sua implementação pelas três esferas de governo. A seguir, fez uma exposição acerca das prerrogativas estabelecidas em lei que estavam sendo cumpridas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina e que culminariam com a promoção de 13 audiências públicas regionais, envolvendo as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Afirmou que aquela audiência tinha como objetivo apresentar a inclusão no PPA 2012-2015 das prioridades elencadas nas audiências públicas de 2011; apresentar a execução orçamentária até 21 de junho de 2012 das subações priorizadas nas audiências públicas de 2011 para a LOA 2012; apresentar as demais subações elencadas em 2011 já inclusas na LOA 2012; e promover o debate em grupos de trabalho visando elencar três prioridades por SDR para a LDO 2012 e a LOA 2013. Registrou que nas audiências realizadas no ano anterior havia sido definido um total de 432 prioridades para o PPA 2012-2015, abrangendo as 36 Regionais, bem como 108 para a LOA 2012, e que já tinham sido implementadas no Orçamento 179, ou seja, 71 prioridades a mais em relação às que tinham sido elencadas para 2012, numa proporção de 41,43% em relação ao que havia sido solicitado para ser implementado durante os próximos quatro anos, e fez uma demonstração da execução orçamentária das mesmas por Regional. Em seguida, registrou que com o intuito de melhorar o atendimento à sociedade, a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa tinha desenvolvido uma página no *site* da Assembleia, na qual constavam todas as informações relativas às audiências públicas regionais e ao processo e ao planejamento orçamentário em Santa Catarina. Afirmou que o dever do Parlamento catarinense era inserir no Orçamento as prioridades definidas pela sociedade, não tendo o poder de impor a execução da obra, e que se aquele processo ainda não era o ideal, podia ser considerado o melhor no Brasil, sendo Santa Catarina o único Estado que ouvia a sociedade e implementava no Orçamento. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir em grupos as SDRs de Mafra e Canoinhas e os Municípios



integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elegessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Usando novamente a palavra o **senhor Antônio Carlos Vieira** observou que a prioridade que constava no Orçamento de 2012 tinha que permanecer até que fosse concluída, destacando que se o governo não executou integralmente as três prioridades, ou elas não foram a contento, poderiam ser inseridas no Orçamento de 2013. Por outro lado, disse que tudo aquilo que constaria no PPA 2012-2015 deveria continuar no PPA para, segundo sua opinião, não correr o risco de se jogar fora tudo o que foi realizado até o presente momento. Ante o exposto, manifestou a necessidade de informar à comunidade o que já foi feito o ano passado e ela escolher as prioridades para 2013, reiterando que aquilo que foi escolhido para 2012 e não foi realizado totalmente tinha que continuar no Orçamento de 2013. Em seguida, a **senhora Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, convidou as seguintes autoridades para fazerem comporem a mesa: Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputado Estadual Antonio Aguiar, 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Deputado Estadual Dado Cherem; Luiz Alberto Rincoski Farias, Vice-Prefeito de Canoinhas, representando o Prefeito de Canoinhas, senhor Leoberto Leal Weinert; Magno Bollmann, Prefeito do Município de São Bento do Sul, representando os demais Municípios da região; Vereador Paulo Henrique Brolini Glinski, Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas; Ricardo Souza de Oliveira, gerente administrativo da SDR de Canoinhas, representando o senhor Argos José Burgardt, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas; e Tércio Egon Paulo Kasten presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Vereadora Nilva Marli Larsen Holz, Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul; Vereador Pedro Luiz Machado, de Mafra, representando o Prefeito de Mafra, senhor Paulo Sérgio Dutra; Vereador Altamir Glonek, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Papanduva; Dário Clair Staczuk, presidente da Associação de Hospitais de Santa Catarina; Darci Ferreira Costa Filho, administrador do Hospital de Caridade São Braz e presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Saúde do Norte e Nordeste do Estado de Santa Catarina (Sindospe); Taisa Von Linsingen Tavares, gerente de Planejamento e Articulação da SDR de Mafra, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, senhor Enalto de Oliveira Gondrige; Maria Emília Schiessl Alberti, diretora-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Canoinhas; Vereador Arlindo André da Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Rio Negrinho; Marcos Eugênio Cardoso, presidente da Associação Comercial e CDL de Itaiópolis; Adelmo Alberti, Prefeito de Bela Vista de Toldo; e Vereador Clesiomar Witt, representando o Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Osni Martins. Após o registro, passou a palavra ao **Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que saudou todos, de forma especial o Deputado Estadual Antonio Aguiar, que era o anfitrião e estava representando de maneira legítima Canoinhas e o Planalto, e manifestou ser um prazer estar ali na região. Disse que as reuniões do Orçamento Regionalizado eram de fundamental importância porque iriam definir e estabelecer prioridades absolutas para as regiões de Canoinhas e Mafra, mas também porque estavam exercendo a essência do Parlamento, que era a interação com a comunidade e, sobretudo, com as lideranças. Contou que por consequência da aprovação da Resolução nº 72, teriam uma queda para o Orçamento do próximo ano e dos anos subsequentes. Porém, salientou que não poderiam esquecer de que já estava encaminhado um financiamento de R\$ 611 milhões para a contenção de enchentes, para a prevenção e combate às secas, para fibra ótica e recuperação das rodovias no Estado de Santa Catarina, e informou que ainda havia a perspectiva de um empréstimo de R\$ 3 bilhões do BNDES para Santa Catarina. Isso posto, avaliou que havia condições de executar com tranquilidade as prioridades elencadas na audiência por consequência dos financiamentos que estavam sendo encaminhados para o Estado de Santa Catarina pelo BNDES. Prosseguindo, afirmou que a audiência seria de fundamental importância para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de Canoinhas e Mafra. A seguir, passou à manifestação aos membros da mesa. Usando a palavra o **Deputado Estadual Antonio Aguiar, 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, após saudar os componentes da mesa e todos os presentes, disse que aquela era uma reunião importante porque estavam cumprindo o que a lei determinava. Destacou que as reivindicações sobre o crescimento do Planalto Norte, da SDR de Mafra e de Canoinhas, dependiam das decisões que seriam tomadas naquela reunião. Declarou que todos estavam ali para fazer com que o futuro do Planalto Norte fosse decidido por eles e referendado pelo Governador do Estado e Vice-Governador, Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, respectivamente. Reiterou sobre a importância do momento, destacando que estavam presentes os senhores Tércio e Dário, ambos representantes da área da saúde. Ressaltou que a saúde continuava sendo a prioridade e que ele, como médico, não poderia deixar de referendar a prioridade na área da saúde, assim como as prioridades nas áreas de obras, agricultura, educação, e assim por diante. Informou que na área de saúde muito foi feito pelo Planalto Norte, principalmente com relação aos equipamentos nos hospitais. Citou que atualmente a SDR de Mafra e a SDR de



Canoinhas já contavam com o exame de ressonância magnética e de tomografia computadorizada. Prosseguindo, declarou que o hospital de Canoinhas tinha a excelência em UTI, que era composta de dez leitos com respiradores, que também havia arco cirúrgico e equipe de sobreaviso – que fazia com que os Prefeitos da região assumissem a responsabilidade da saúde de maneira diferenciada, o que acabava por refletir no atendimento à população de cada um dos Municípios. Reportando-se ao Deputado Dado Cherem, disse que Canoinhas possuía o sobreaviso regional, o que era uma novidade no Estado de Santa Catarina - o que demonstrava a preocupação dos Municípios do Planalto Norte com a área da saúde -, que abrangia todas as especialidades e tinha até anestesista 24h de plantão para atender as emergências. Dito isso, avaliou que aquilo representava crescimento em saúde. Expôs querer que o governo do Estado desse apoio para a área de saúde de maneira que o orçamento do SUS, que atualmente era em torno de R\$ 400 milhões anuais, fosse referendado pelo governo estadual. Nesse sentido, contou que os Deputados fizeram uma lei na Assembleia Legislativa de forma que o governo do Estado pudesse complementar 10% da Tabela do SUS. Avaliou que aquela seria uma grande decisão na área da saúde tomada pelas SDRs de Mafra e Canoinhas. Com relação às estradas, mencionou que na BR/SC-280, que ligava Canoinhas a Porto União, os Deputados já fizeram a sua parte fazendo com que a BR passasse a ser responsabilidade do governo federal. Ressaltou que o Secretário Regional, senhor Argos José, estava fazendo reparo na BR/SC-280 porque havia risco de acidente para as pessoas que transitavam entre Canoinhas e Porto União. No tocante à educação, disse que ela se fazia presente não só no Município de Canoinhas, mas em toda região. Ressaltou que o Município de Canoinhas tinha uma particularidade no sentido de fazer com que todos os alunos das escolas municipais tivessem um tablet com acesso à internet nas salas de aula, e avaliou que aquilo que era um diferencial na educação e que todos deveriam tomar como exemplo. Finalizando, frisou que o futuro dependia do que seria decidido ali e desejou uma reunião feliz. Ato contínuo, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que cumprimentou todos os presentes e frisou da importância daquela reunião porque fortalecia o mecanismo de participação da comunidade na elaboração do Orçamento do Estado. Destacou que o Orçamento Regionalizado era a oportunidade que a comunidade tinha de apresentar as suas principais prioridades. Lembrou que em 2011 levantaram as prioridades para o ano de 2012 e também para os quatro anos seguintes. Salientou que em 2012 já havia as prioridades para o Plano Plurianual e, dentre elas, iriam escolher as prioridades para 2013. Reconheceu que existia um longo caminho até a efetivação da obra, mas disse que aquele era o primeiro passo, observando que era fundamental o que seria encaminhado naquela reunião. Terminando sua manifestação, desejou um bom trabalho a todos e colocou-se à disposição no que pudesse ajudar a comunidade catarinense. Retomando a palavra, o senhor **Presidente** registrou a presença do Presidente da Câmara Municipal de Rio Negrinho, Vereador Arlindo André da Cruz, e concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Dado Cherem**, que inicialmente saudou todas as autoridades e agradeceu ao senhor Antônio Carlos Vieira por ter exposto com clareza e simplicidade o que representava o trabalho deles na região, já que muitas vezes, até pela dificuldade de compreensão da matéria, as pessoas achavam que o Orçamento Regionalizado não servia para nada. Frisou que de 2011 para 2012 foi dado um grande passo no Orçamento. Disse que era Deputado há catorze anos e que pela primeira vez começou a materializar a importância e o resultado das visitas às regiões participando efetivamente com a comunidade. Sendo assim, avaliou que os passos no Legislativo estavam sendo dados, e que os passos que cabiam aos Deputados Estaduais, juntamente com a comunidade, para fazer valer dentro do PPA o novo orçamento, estavam fazendo, e que o prosseguimento era fazer com que as obras fossem executadas. Em seguida, disse que o sistema que existia no Brasil era perverso e que Santa Catarina não fugia daquela realidade, que os problemas estavam nas cidades e os recursos estavam em Brasília, ponderando que talvez futuramente o tema fosse a grande discussão no Congresso e nas Assembleias Legislativas, no sentido de que se pudesse reverter a realidade. Deu conhecimento que Santa Catarina era o Estado-modelo em muitas ações nas áreas econômica e social, e disse que, se o Governador, Raimundo Colombo, não conseguisse empréstimos financeiros na ordem de R\$ 3 bilhões no BNDES, não faria obra nenhuma. Comparou que aquilo não era muito diferente da realidade dos Prefeitos, que se não conseguissem recursos do Estado ou da União para fazer grandes investimentos nos Municípios, ficariam pagando a conta no dia a dia e não poderiam fazer o investimento. Finalizando, disse que aquele trabalho de escolha das prioridades era de extrema importância para o futuro dos Municípios e de toda a região. Em seguida, fez uso da palavra o **Vereador Paulo Henrique Brolini Gliniski, Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas**, que após a saudação inicial expôs que o anseio de todos ali era debater as prioridades. Contou que na semana anterior participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional, da SDR de Canoinhas, e lá viu que as prioridades eram fundamentais para o desenvolvimento da região. Ressaltou que nada do que foi discutido e pleiteado era algo buscando o desenvolvimento de um determinado Município ou o engrandecimento de um ente da Federação, mas que eram prioridades que proporcionariam em longo e médio prazos, quando concretizadas, o desenvolvimento e a busca de um caminho de se agregarem ao Estado de Santa Catarina de uma maneira real, para terem condições de competir com relação à estrutura e ao desenvolvimento com outras regiões do Estado. Destacou que infelizmente aquilo ainda não era possível, porém estavam caminhando a passos largos. Manifestou acreditar que agora com a colocação de prioridades e passada toda a questão burocrática e toda a



dificuldade colocada em prática poderiam comemorar um grande desenvolvimento. Por fim, como Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas, agradeceu a presença de todos e também a oportunidade de a Assembleia Legislativa fazer a audiência ali pelo segundo ano consecutivo e desejou um feliz trabalho. Fazendo uso da palavra o **senhor Luiz Alberto Rinconki Farias, representando o Prefeito de Canoinhas, senhor Leoberto Leal Weinert**, após saudar todos os presentes justificou a ausência do senhor Argos José Burgardt, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas, o qual estava num encontro de colegiado com o Governador do Estado em Lages, e também do Prefeito de Canoinhas, o senhor Leoberto Leal Weinert, o qual tinha uma audiência no Tribunal de Justiça, juntamente com o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre a definição do Lar de Jesus que seria absorvida pela Prefeitura de Canoinhas no que diz respeito ao acolhimento de menores. Reportando-se ao Deputado Antonio Aguiar, avaliou que das doze ações que foram elencadas o ano passado, dentro do Plano Plurianual, e das três para o Orçamento 2012, estavam acontecendo na região graças a dedicação da Assembleia Legislativa de abrir a possibilidade de participação da comunidade e também do governo do Estado reconhecer que as ações estavam acontecendo na região. Citou que as ações do Estado diziam respeito à saúde, ao equipamento médico hospitalar, e disse que estava previsto R\$ 100 mil para o Orçamento 2012 o que suplantou, e muito, os investimentos que aconteceram em Canoinhas e nas unidades básicas dos demais Municípios. Ressaltou que houve um reconhecimento por parte da Secretaria Estadual da Saúde, do doutor Dalmo, e que com o apoio do Deputado Aguiar as ações que foram conseguidas. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário de Canoinhas que estava previsto um investimento na Casan de R\$ 5 milhões, informou que ele estava em andamento, haja vista que o contrato foi assinado há vinte dias permitindo que o investimento viesse a ocorrer no Município. No tocante as duas ações referentes à revitalização da SC-477 e ao projeto técnico, comunicou que, segundo o Secretário Cobalchini, já estavam em andamento, assim como a proposta da Assembleia Legislativa referente à federalização da SC-280 e disse que as ações que iriam acontecer através da SDR com vistas à manutenção daquela estrada. Reiterou o seu reconhecimento à Assembleia Legislativa e ao governo do Estado pelas ações que estavam acontecendo. Terminando, agradeceu a oportunidade de falar e desejou uma boa reunião de trabalho a todos e que fossem elencadas propostas que viessem a melhorar a condição de toda a população da região. Por sua vez, após cumprimentar todos os presentes, o **senhor Magno Bollmann, Prefeito do Município de São Bento do Sul**, disse que para ele, como Executivo, a iniciativa da audiência pública por parte do Legislativo catarinense prestava a eles muitos serviços. Expôs acreditar que as principais ações em investimentos, principalmente na área de infraestrutura, saneamento e saúde, tinham que ser nos Municípios que possuíam mais condições de atendimento, visando a não dispensar os recursos. Dito isso, lembrou que a Organização Mundial da Saúde ensinava que cada real investido em saneamento economizava R\$ 4,00 em saúde. Nesse sentido, avaliou que os Municípios tinham que se unir para tratar com mais cuidado e brevidade os seus resíduos. Concluindo, comentou de nada adiantar o Município à jusante investir na melhoria da qualidade de água, se o Município à montante não fizer a sua parte e agradeceu por estar ali. Em seguida, o **senhor Presidente** suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. (*Os grupos de trabalho reúnem-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente** retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e os suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de Canoinhas, o senhor Luiz Alberto Rincoski Faria e senhor Ivo Dolinski; e de Mafra, o senhor Clesiomar Witt e o senhor Egon Roberto Tavares. Em seguida, o **senhor Antônio Carlos Vieira** fez as leituras de cada Regional das prioridades elencadas para a LOA 2013. **Da Regional de Canoinhas:** 1) 012278 – Regionalização e manutenção do Hospital Santa Cruz de Canoinhas; 2) 012315 – Construção de gasoduto ligando os Municípios de Rio Negrinho/Porto União – SDR - Canoinhas; 3) 012163- Incentivo à implantação de áreas industriais – SDR – Canoinhas. Nesse momento, o **senhor Presidente** interveio pedindo que fosse acrescentada a manutenção de convênio para a alta e média complexidade para Canoinhas, no que o **senhor Antônio Carlos Vieira** respondeu que embora pudessem escolher apenas três prioridades aquela proposta poderia constar como emenda parlamentar, de autoria do Deputado Darci de Matos, para o Orçamento de 2013. Em seguida, leu as prioridades da **Regional de Mafra:** 1) 012182 - Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade – SDR – Mafra; 2) 001617 - Reabilitação da SC-420, trecho São Bento do Sul – Fragosos – Divisa SC/PR; 3) 012314 - Construção da unidade prisional avançada – SDR – Mafra. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** corrigiu um lapso registrando que não chamaram para fazer parte da mesa a **senhora** Taisa Von Linsingen Tavares, gerente de Planejamento e Articulação da SDR de Mafra, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, senhor Enalto de



Oliveira Gondrige. Após, como não havia mais nada a tratar, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública, momento em que a senhora Taisa pediu para registrar que, simultaneamente à audiência do Orçamento Estadual Regionalizado ocorreria, no mesmo espaço, a reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento Regional de Mafra. *[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita Moriconi de Souza] [Eduardo Delvalhas dos Santos]*

DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE



7ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

JOINVILLE

REGIONAIS - Jaraguá do Sul e JOINVILLE

DATA: 04/06/12

Horário: 16h – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da Câmara Municipal

Total de participantes: 30





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **JOINVILLE**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012080	Construção de unidades escolares para o ensino básico - SDR - Joinville
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012383	Construção do terceiro anel da arena de Joinville
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012373	Construção de centro de convivência para terceira idade - SDR - Joinville
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **ZILNEY NUNES**
Função Vereador - Camara de Vereadores de Joinville
Cidade Joinville

Suplente **FABIANE SPINELLO**
Função T.A.A. Contadora
Cidade Joinville

Data_Aud_Públ.: **04-jun-12**

N_Participantes: **22**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOINVILLE

Municípios: Joinville, Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	AFONSO JOÃO RAMOS	
02	Lucio Josik	
03	ONÉSIMO JOSÉ SEHL	
04	Harold Tschelb	
05	Fabiane Spinillo	
06	Bentinho Amoin Alex	
07	TERCIO KASTEN	
08	CEZAR R. M. DOCHOSTO	
09	OSÓRIO SCHMITZ	
10	Ryo Haeger	
11	Fabiano Dalmon	
12	MARCIANA KUMINEK	
13	Angelica Bonuono	Angelica
14	MESA: SARETA - Dep Est	
15	Vierlei Edison da Costa	
16	Milene Heleodoro do Coque	
17	Gerardo Perreira	
18	Vilson Rossetti	
19	SERAFIM VERZON	
20	Zelma V. Nunes	
21	Liziane G. Rodriguez	
22	NORBERTO SCANZERLA	
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **JARAGUÁ DO SUL**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012075	Duplicação e Construção de Ponte / Elevados / Passarela, na BR-280, ligando Jaraguá do Sul / Guaramirim, Rodovia do Arroz.
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012155	Pavimentação Asfaltamento da SC-413, trecho Massaranduba / Luís Alves / Blumenau.
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012246	Apoio financeiro aos Hospitais dos Municípios de abrangência da SDR de Jaraguá do Sul.
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular ISAURA MARIA DA LUZ SILVEIRA
Função Gerente de Planejamento e Avaliação
Cidade Jaraguá do Sul

Suplente BELQUIS ADRIANI BUZZI
Função Orientadora Educacional
Cidade Massaranduba

Data_Aud_Públ.: **04-jun-12**

N_Participantes: **8**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **JARAGUÁ DO SUL**

Municípios: Jaraguá do Sul, Corupá, Guarimir, Massaranduba e Schroeder.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Ricardo Pontelita	
02	ADMIR EM DAHL COAT	
03	Adriano C. Ribeiro	
04	TERCIO KASTEN	
05	Priscilla Maria da Cruz Oliveira	
06	Belquis Adriano Puzzi	
07	Marcelina King de Souza	
08	MARIO CEZAR KEMMANN	
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL E JOINVILLE, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE EM 4 DE JUNHO DE 2012, ÀS 16H, ATRAVÉS DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Aos quatro dias do mês de junho de 2012, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal de Joinville, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Jaraguá do Sul e Joinville, e a sociedade civil organizada, com o objetivo de prestar contas da audiência pública realizada no ano de 2011 e definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual 2013 (LOA). A **senhora Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a sétima audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Em seguida, compôs a mesa convidando as seguintes autoridades: Deputado Estadual Darci de Matos, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Carlos Chiodini; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Nilson Gonçalves, 2º Vice-Presidente da Alesc; Deputado Estadual Serafim Venzon; Vereador Odir Nunes da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Joinville; e Afonso João Ramos, representando o senhor Bráulio César da Rocha Barbosa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville; Vereadora Zilnete Nunes, de Joinville. Logo após, registrou a presença do senhor Hilário Dalmann, presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina; do senhor Tenente Coronel da PM César Roberto Nedochetto, representando o Coronel da PM Cantalício de Oliveira, Comandante da 5ª Região de Polícia Militar de Joinville; do senhor Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado de Santa Catarina; do senhor Ciro Harger, gerente de Desenvolvimento, Econômico, Sustentável e Agricultura da SDR de Joinville; do senhor Osório Schmitz, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; do senhor Guilherme Kraus, gerente de avaliação do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; e da senhora Cristina Rodrigues, gerente de elaboração do PPA da Secretaria de Estado; do senhor Norberto Sganzerla, Secretário de Infraestrutura, Urbanismo e Integração da Prefeitura de São Francisco do Sul; da senhora Izaura da Luz, gerente de planejamento da SDR de Jaraguá do Sul; e do Vereador Juarez Pereira, de Joinville. Após o registro, passou a palavra, para condução dos trabalhos, ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, que deu início aos trabalhos desejando boas-vindas a todos, saudando-os nominalmente. Em seguida, explicou a metodologia do trabalho e falou da importância e do objetivo da audiência pública, de possibilitar a definição das prioridades de cada região e de praticar a essência do Parlamento ao interagir com as lideranças, sobretudo com as comunidades e com o governo do Estado. Fazendo justiça, informou que as audiências do Orçamento entraram em vigor graças a lei de autoria do ex-Deputado Carlito Merss, destacando que o Orçamento possibilitava a definição democrática entre comunidade e parlamentares de parte dos recursos estaduais. Após, desejou sucesso à reunião e passou a palavra aos membros da mesa para as considerações iniciais. Primeiramente, o **Deputado Estadual Neodi Saretta** desejou boa-tarde aos presentes e, disse que a Alesc tinha como missão realizar, através da Comissão de Finanças e Tributação, aquelas reuniões do Orçamento Regionalizado para que a população catarinense pudesse ter oportunidade de sugerir obras e serviços para o governo executar através da reserva de recursos no Orçamento. Mencionou a reunião realizada no ano anterior, que definiu as prioridades para o PPA do ano corrente, e que aquele era o momento de definir as prioridades para o próximo ano, pontuando a importância da reunião e da participação da comunidade, avisou do longo caminho existente entre a definição das prioridades e a efetiva execução das obras. Encerrando, desejou uma boa reunião a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, informou que a reunião estava sendo transmitida ao vivo para Joinville e região. A seguir, justificou a ausência do Deputado Estadual Kennedy Nunes, que estava em compromisso anteriormente assumido, e concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Carlos Chiodini**, que saudou todos e falou da



importância do debate nas audiências públicas que percorriam o Estado no intuito de ouvir a comunidade e apresentar ao governo do Estado as demandas de cada região para posterior execução das obras, observando que o Orçamento dava um norte aos Deputados porque levantava as reais necessidades de Santa Catarina. Comentou as prioridades elencadas para as regionais de Joinville e de Jaraguá do Sul no ano passado, citando a duplicação do trecho urbano da BR-280; a pavimentação asfáltica da SC-413; e maiores investimentos para os hospitais daquelas regionais. Destacou duas obras importantes para a região norte, a finalização da Rodovia do Arroz até o Município de Guarapiranga e um novo acesso ao Município Balneário Barra do Sul. Concluindo, salientou a importância do momento para o desenvolvimento das duas regionais. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Nilson Gonçalves**, que após cumprimentar todos, concordou com o pronunciamento dos que o antecederam, e complementou falando da importância da finalização da estrada do Rio do Morro, que dava acesso à Araquari pela zona sul, e a estrada que dava acesso à Barra do Sul por Itapocu, citada pelo Deputado Carlos Chiodini. Alertou que sem aquelas estradas a região teria sérios problemas com o início da duplicação da BR-280. Ainda falou da importância da duplicação da Avenida Santos Dumont, que dava acesso ao aeroporto, e mencionou as prioridades elencadas no PPA do ano passado. Diante dos comentários de que não adiantava fazer as reuniões do Orçamento porque não acontecia nada, pontuou que deveriam ser otimistas e cumprir com as suas obrigações, colocando no papel o que entendiam como prioridades para a região, cabendo ao Governador executá-las. Encerrando, desejou bom trabalho a todos. Seguindo, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que saudou todos e agradeceu pelo fato da discussão ser sobre o Orçamento Regionalizado, explicando que se a pauta fosse PEC 001, que tratava da concessão de poder de polícia administrativa aos Bombeiros Voluntários, o debate tomaria proporções nada amigáveis. Após, parabenizou o trabalho realizado por Joinville e região ao virar a discussão sobre a PEC 001. Sobre o Orçamento, pontuou que era obrigação dos Deputados discutir o tema nas diversas regiões do Estado. Então, colocou-se à disposição de Joinville na defesa das suas demandas, a exceção da PEC 001, e encerrou agradecendo a oportunidade de se manifestar. A seguir a palavra foi concedida ao **Vereador Odir, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville**, que cumprimentou todos e disse que a Câmara representava a grandeza do seu povo, e que a de Joinville foi idealizada e construída pelo eminente Deputado Darci de Matos, quando ocupou por duas vezes a presidência da Câmara de Joinville. Agradeceu o Deputado Joares Ponticelli pela parceria de implantar a Escola do Legislativo na Câmara, atendendo a necessidade das Prefeituras de Joinville e dos Municípios vizinhos. Após, agradeceu em nome da família joinvilense o depoimento daqueles que o antecederam na questão da PEC 001, respeitando o posicionamento do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares. Parabenizou os Deputados por se deslocarem até Joinville para discutir com a comunidade as prioridades a serem elencadas no PPA; pontuou os gargalos que dificultavam o desenvolvimento da cidade, como a Santos Dumont, a Dona Francisca e a estrada do Rio do Morro, sinalizando que desafogaria parte da BR-280, além do anel viário na região leste de Joinville. Disse ter certeza que os entraves da região seriam resolvidos, e pediu que o Governador olhasse atentamente para a região, devido ao grande crescimento que vinha ocorrendo, principalmente na zona sul que sofria com a mobilidade urbana. Parabenizou a iniciativa da audiência e colocou a Câmara à disposição de todos. Ainda destacou a presença do Vereador Juarez Pereira, líder da bancada do PPS na Câmara e presidente da Comissão que estava estudando a integração do transporte coletivo entre Araquari e Joinville. Encerrando, desejou uma boa audiência pública e deixou um abraço a todos. Após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Serafim Venzon**, que saudou aos presentes e afirmou que foi à audiência especialmente para testemunhar, juntamente com os Deputados Sargento Amauri Soares, Carlos Chiodini e Neodi Saretta, a eficiência e o empenho com que os Deputados Darci de Matos, Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes trabalhavam pelo Estado de Santa Catarina. Ressaltou a importância daquela audiência em relação às anteriores, devido à recessão que estava acontecendo no País, quanto à Resolução 72, que diminuiria a arrecadação do ICMS em todos os Estados; e pelos ajustes salariais por conta da lei da transparência, o que levava a uma equiparação salarial. Pontuou que tudo aquilo gerava dificuldades ao governo, mas, ao mesmo tempo, oportunizava soluções, como a busca por empréstimos junto ao BNDES para fazer chegar os recursos ao Estado a fim de promover o desenvolvimento desejado; e a renegociação da dívida estadual, junto à Presidenta Dilma, diminuindo o índice de correção e, consequentemente, obtendo mais recursos para os investimentos no Estado, investimentos que seriam escolhidos nas audiências do Orçamento. Ainda disse que SC e o Brasil perdiam a oportunidade de arrecadar no fundo estadual e no fundo municipal mais de R\$ 80 milhões, e que não o faziam porque a população não se fazia ouvir, comentando sobre a arrecadação de R\$194 mil que Joinville havia feito no ano passado para o Fundo da Infância e do Adolescente. Registrou que estava presente para ouvir as demandas e levar a mobilização democrática do Estado ao governo estadual, no intuito de que os recursos fossem adequadamente utilizados para oferecer o desenvolvimento que o Estado merecia. Dando continuidade aos trabalhos, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, reforçou o que foi dito pelo Deputado Nilson Gonçalves e pelo Presidente da Câmara, o Vereador Odir Nunes, quanto às doze prioridades definidas no ano passado, dizendo que algumas eram absolutas, tais como, as das estradas Santos Dumont, da Dona Francisca, do Rio do Morro e das melhorias no Hospital Regional e na Maternidade Darci Vargas. Em seguida, passou a palavra, para fazer a exposição a respeito do detalhamento do Orçamento Regionalizado, ao **senhor Antônio Carlos Vieira, Coordenador da**



Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado, que desejou boa-tarde a todos e lembrou que no ano passado foram elencadas as doze prioridades para a Regional de Joinville e as doze prioridades para a Regional de Jaraguá do Sul. Informou que o Governador Raimundo Colombo, em 2011, trabalhava com o PPA do governo passado, preparando o PPA para 2012 – 2015, garantindo assim a continuidade da administração do governo anterior. Colocou que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição de 1988 foram muito inteligentes ao estabelecer regras e prazos. Reiterou que no ano passado foram elencadas as doze prioridades para as regionais de Joinville e de Jaraguá do Sul para constar no PPA e informou que as três principais demandas para 2012 de Jaraguá do Sul foram lançadas no Orçamento de 2012, e as doze demandas para 2012 – 2015 foram colocadas no PPA 2012 – 2015, num total de R\$ 4,8 milhões, avaliando que era muito pouco para o real valor das demandas e avisando que o objetivo era registrar em documento próprio a atividade que o governo se predisponha a fazer em atendimento à comunidade. Afirmou que os Deputados cumpriram sua obrigação ao colocar no Orçamento para 2012 e no PPA 2012 – 2015 tudo o que fora colocado em 2011 como prioridade. Quanto às doze demandas de Joinville, que totalizavam R\$ 6 milhões, disse que lá tiveram quatro ações para Orçamento de 2012, comprovando que os Deputados inseriram o que era desejado pela comunidade. Comunicou que, até meados de maio, nada tinha sido empenhado para essas demandas, avisando que se houver recurso poderiam ser atendidas. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir em grupos as SDRs de Jaraguá do Sul e Joinville e os Municípios integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Em seguida, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado. *(Os grupos de trabalho reúnem-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o senhor Presidente retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e os suplentes de Jaraguá do Sul e de Joinville, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: Isaura Maria da Luz Silveira e Belquis Adriani Buzzi; e Zilney Nunes e Fabiane Spinello. Em seguida, foi feita a leitura pelos relatores de cada Regional das prioridades elencadas para a LOA 2013. Da **Regional de Jaraguá do Sul**, a **relatora Isaura Maria da Luz Silveira** leu as seguintes prioridades: 1) 012075 - duplicação e construção de ponte/ elevados/ passarelas, na BR-280, ligando Jaraguá do Sul/ Guaramirim, Rodovia do Arroz; 2) 012155 - pavimentação asfaltamento da SC-413, trecho Massaranduba/ Luís Alves/ Blumenau; 3) 012246 - apoio financeiro aos hospitais dos Municípios de abrangência da SDR de Jaraguá do Sul. Da **Regional de Joinville**, a **relatora Zilney Nunes** leu as seguintes prioridades: 1) 012080 - construção de unidades escolares para o ensino básico – SDR – Joinville; 2) 012383 - construção do terceiro anel da arena de Joinville; e 3) 012373 - construção de centro de convivência para terceira idade – SDR – Joinville. Após, nada mais havendo a tratar, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] [Leiturista: Ione Terezinha Reis Melo]*

DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE



8ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

BLUMENAU

REGIONAIS - Brusque, Timbó, Itajaí e
BLUMENAU

DATA: 05/06/12

Horário: 14h – Terça-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da FURB – Campus 1, BI J

Total de participantes: 82





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **BLUMENAU**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012121	Implantação de obras contra cheias nos municípios de abrangência da SDR - Blumenau
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012136	Implantação do contorno Oeste de Pomerode
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012284	Construção da ponte do Vale em Gaspar
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular PAULO MAURÍCIO PIZZOLATTI
Função Prefeito
Cidade Pomerode

Suplente JOSÉ RAFAEL CORRÊA
Função Secretário Executivo / AMMVI
Cidade Blumenau

Data_Aud_Públ.: **05-jun-12**

N_Participantes: **47**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **BLUMENAU**

Municípios: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Pomerode.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	NEORA SARETTA - Dep. Estadual	
02	Albino Antonio da Silva	
03	Ricardo Gollysni	
04	Joni Machado	
05	FERNANDO DEIJSSEN	
06	Vera Lucia Corbellini	
07	Rubem O. Saad	
08	Mª Esmerita Schmidt	
09	Rosalice B. Mattos	
10	Ademir L. Machado	
11	Cleores Hostins	
12	GÉRATO FLOKA	
13	JULIANO FRANCISCO BOHN	
14	Ronaldo Caspary	
15	ANA PAULA LIMA	
16	Linete Martins	
17	GUIOMAR EHLERT	
18	Valdete K. Marques	
19	LIVISIO DOS SANTOS	
20	José Rafael Correa	
21	TERCEN KASTEN	
22	Roxana Jehmuisler	
23	Janilda Bortolotto	
24	GERARDO RIEMER	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **BLUMENAU**

25	ARON SCHUBERT	
26	Ursula Banzastis	
27	Roberto Benvenuti	
28	Zeliana Nunes	
29	Joa D. Rogério	
30	Cardine de Sá	
31	LUIZ CARLOS RAUSCH	
32	Giulietta Sgl. Paupoli	
33	Roseane Rausch	
34	Humberto R. Almeida	
35	Ana Carolina da Silva	
36	CEVERSON J. BATISTA	
37	Aline Soares	
38	Andrey Rausch	
39	EDUARDO LUIZ	
40	TARCISIO WEFEN	
41	BRUNO GOTTWARD	
42	Paul M. Trosch	
43	Dyanca Leticia P. Metz	
44	Fluora Detzel	
45	DADO CHEREM	
46	Lotica Hanschneider	
47	Joel Carlos Vitor	
48		
49		
50		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **BRUSQUE**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012332	Vocacionar em psiquiatria, traumatologia e obstetrícia hospitais do Vale do Tijucas - SDR - Brusque
N Ordem:	
Prior.PPA	01

Obs:

012298	Reestruturação dos pontos críticos e revitalização do trecho da SC-411 entre Tijucas a Brusque SDR-Brusque
N Ordem:	
Prior.PPA	02

Obs:

012203	Terrapl/pavim/OEA/supervisão, trecho Brusque / Camboriú / Vila Limeira
N Ordem:	
Prior.PPA	03

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular MÁRCIO SOARES DA COSTA
Função Gerente Planejamento
Cidade Brusque

Suplente ADALTO GOMES
Função Vereador
Cidade Tijucas

Data_Aud_Públ.: **05-jun-12**

N_Participantes: **15**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **BRUSQUE**

Municípios: Brusque, Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Antonio Carlos M... ..	
02	Flavio dos Santos Cunha	
03	Comando Polanco	
04	Adalberto Z...	
05	Luciano Zanetti ...	
06	Dolores Gattis de Nello	
07	Marcus Meijer	
08	VALDIR WILKE	
09	ALTIMO GILMAR BARTH	
10	Sônia Helena Berlucchi	
11	Francisco C. Flores	
12	MARCIO SOARES DA COSTA	
13		
14	JONES BOSIO	
15	ADALTO GOMES	
16	DAVID JOSE DOS SANTOS	
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **ITAJAÍ**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012295	Construção de centro de internação provisória - CIP - SDR - Itajaí
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012112	Implantação de acesso entre Itajaí e Balneário Camboriú
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012093	Pavimentação asfáltica da rodovia ligando Itapema/Brusque - via Camboriú
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular SUSI BELLINI
Função Vereadora
Cidade Itajaí

Suplente RAQUEL FABIANE MAFRA ORSI
Função Professora
Cidade Itajaí

Data_Aud_Públ.: **05-jun-12**

N_Participantes: **13**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **ITAJAÍ**

Municípios: Itajaí, Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras e Porto Belo.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	LUCIANO SENS	LS
02	Cristiane Reis	CR
03	Raquel Tatiane Mafra Ori	Tatiane
04	GUSTAVO A. MACHADO	GUSTAVO
05	Eliane Rebelo	Eliane
06	Elvira S. da Silva	ES
07	Susi Deleliti	Susi
08	Elizângela Cardoso	EC
09	Adriane de Oliveira	Adriane
10	Sônia Selange de Souza e Silva	Sônia
11	Gracieli R. Kusner	Gracieli
12	Edis Russi	Edis
13	ARNANDO DA SILVA	ARNANDO
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **TIMBÓ**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012368	Assistência médica hospitalar de média e alta complexidade - SDR - Timbó
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012241	Aquisição de equip e mobiliários atendimento de urgência e emergência e outras espec - SDR - Timbó
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012231	Apoio técnico e financeiro na estruturação das Defesas Civas nos municípios - SDR - Timbó
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs: SDR - Timbó.

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **ROGÉRIO RAUL THEISS**
Função Secretário Regional
Cidade Indaial

Suplente **MIGUEL ANGELO SOAR**
Função Diretor Geral - SDR - Timbó
Cidade Indaial

Data_Aud_Públ.: **05-jun-12**

N_Participantes: **7**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **TIMBÓ**

Municípios: Timbó, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	LAURINO DALKE	
02	Adriano Chisen	
03	Sineide R. Berni Fouz	
04	Deonilda Giarchi	
05	DITMAR KRAMBECK	
06	Sara Regina Ledera	
07	Rogério Raul Meiss	
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE BLUMENAU, TIMBÓ, ITAJAÍ E BRUSQUE, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU EM 5 DE JUNHO DE 2012, ÀS 14H.

Aos cinco dias do mês de junho de 2012, às 14h, no Auditório da Furb, no Município de Blumenau, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Blumenau, Timbó, Itajaí e Brusque, e a sociedade civil organizada, com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013). A **senhorita Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a oitava audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Convidou as seguintes autoridades para compor a mesa: Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; Deputada Estadual Ana Paula Lima, 4ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Deputado Estadual Aldo Schneider, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Ismael dos Santos; Cleverton João Batista, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau; Jones Bosio, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque; Carlos Alberto Pegoretti, Prefeito do Município de Rodeio e presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, Ammvi, representando os Prefeitos da região; Eliane Neves Rebelo, diretora-geral da SDR de Itajaí, representando o senhor Fábio Augusto Hackmann, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí; Úrsula Lanznaster, representando o professor João Natel Pollonio Machado, Reitor da Universidade Regional de Blumenau; Suzete Inês Bellini de Andrade, Vereadora de Itajaí; Fernando Driessen, consultor-geral representando o senhor Gelson Sorgato, Secretário de Estado de Articulação Estadual de Santa Catarina; Tenente-Coronel Aldo Antonio dos Santos Junior, chefe de Estado Maior da 3ª RPM, representando o Coronel José Lúcio Pires, comandante da 3ª Região de Polícia Militar de Balneário Camboriú; Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde de Santa Catarina; Vera Lúcia Castellan, assessora parlamentar, representando o Deputado Federal Décio Lima; Paulo Maurício Pizolati, Prefeito de Pomerode; Rogério Raul Theiss, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó; Fernando Dichen, ex-prefeito de Caçador, representante da Casa Civil; Cristina Rodrigues, gerente de Planejamento do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; Arnaldo Francisco da Silva, chefe de gabinete, representando o Deputado Estadual Volnei Morastoni. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que convidou, para que fizesse parte da mesa, o Deputado Estadual Dado Cherem. Após saudar os presentes, justificou a ausência do Deputado Estadual Jean Kuhlmann, o qual não pode comparecer à audiência por estar em reunião com o Governador do Estado naquele momento. Concluindo, comentou que aquela era uma oportunidade ímpar para se debater e elencar as prioridades absolutas de Santa Catarina, prometendo que aquelas prioridades seriam contempladas no Orçamento do Estado. Na sequência, passou a palavra ao **Deputado Estadual Neodi Saretta**, que cumprimentou os presentes e frisou a importância daquela reunião porque fortalecia o mecanismo de participação da comunidade na elaboração do Orçamento do Estado. Destacou que o Orçamento Regionalizado era a oportunidade que a comunidade tinha de apresentar as suas principais prioridades. Lembrou que em 2011 levantaram as prioridades para o ano de 2012 e também para os quatro anos seguintes. Salientou que para 2012 já estavam escolhidas as prioridades para o Plano Plurianual e que agora iriam escolher as prioridades para 2013. Reconheceu que existia um longo caminho até a efetivação da obra e disse que aquele era o primeiro passo, observando que era fundamental o que seria encaminhado naquela reunião. Terminando sua manifestação, desejou um bom trabalho a todos e colocou-se à disposição no que pudesse para ajudar a comunidade catarinense. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que saudou os membros da mesa e os demais presentes e disse que a tarefa da Assembleia



Legislativa era se colocar à disposição da sociedade para ajudá-la no processo de elaboração das leis orçamentárias, possibilitando a participação social, e afirmou que o ideal seria que a cada ano mais pessoas participassem daquelas audiências. Após, observou que sempre levantavam nas audiências do Orçamento a questão das estradas e enfatizou que os serviços essenciais também precisavam ser discutidos, como saúde, educação e segurança pública, destacando a necessidade de se colocar com mais ênfase aqueles itens na pauta do Governador, porque todas as regiões necessitavam daqueles serviços essenciais. Acrescentou que a construção de novas rodovias, bem como a recuperação das existentes, também se fazia necessário para a segurança. Concluindo, colocou-se à disposição de todos e desejou um bom trabalho. A seguir fez uso da palavra ao **Deputado Estadual Dado Cherem**, que frisou que de 2011 para 2012 fora dado um grande passo no Orçamento. Relatou que era Deputado há quatorze anos e que pela primeira vez começara a materializar a importância daquele processo democrático, dizendo que ficara feliz ao saber que 40% das demandas do OER de 2011 estavam incluídas no orçamento de 2012. Sendo assim, avaliou que os passos no Legislativo e os passos que cabiam aos Deputados Estaduais, juntamente com a comunidade, para fazer valer dentro do PPA o novo orçamento, estavam sendo dados, e pontuou que o prosseguimento era fazer com que as obras fossem executadas. Ato contínuo, o **Deputado Estadual Aldo Schneider** disse que a palavra orçamento público soava um tanto quanto distante da prática da sociedade, mas que a Alesc estava realizando, através das audiências do OER, aquele processo de escolhas das prioridades em conjunto com a população. Comentou que há anos acompanhava o OER, antes como prefeito e como secretário regional, e que fora descrente naquele processo até então; porém, notara que avanços vinham sendo feitos, e quando 40% das demandas levantadas no ano anterior foram concretizadas passara a acreditar novamente naquele processo orçamentário regional. Falou que a Comissão de Finanças da Alesc aprovara recentemente um projeto de lei que solicitava a autorização do Parlamento a contrair um empréstimo de R\$ 611 milhões junto ao BNDES, e que fora inserido na destinação daqueles recursos praticamente tudo o que fora levantado pelo Estado, principalmente relacionado às rodovias do Estado, alocando praticamente R\$ 400 milhões daquele montante. A seguir, o **Deputado Estadual Ismael dos Santos, Presidente do Fórum Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas**, afirmou que quando entrara na Alesc, há quatro anos, havia o debate sobre a legitimidade do orçamento participativo, pois muitos diziam que aquele processo servia apenas para a oratória dos Deputados. Porém, registrou que o OER havia se tornado uma peça republicana muito importante, além de representar uma ferramenta fiscalizatória. E citou que acreditava naquele processo, que buscava um orçamento mais justo e digno ao Estado. Ato contínuo, usou a palavra a **Deputada Estadual Ana Paula Lima**, que falou que o Governador estava rindo à-toa, tamanho eram os investimentos do governo federal destinados ao Estado, sinalizando que o assunto primordial daquela audiência seria a Saúde. Disse que na política havia um distanciamento muito grande entre governante e governado, e que somente a democracia – manifestada ali no OER – era o elo entre as partes. Comentou que também era descrente no OER, pois as prioridades eram elencadas e o governo não as executava, porém aquela escolha das prioridades continuava a ser a oportunidade de a comunidade escolher as obras que necessitava. Comentou que, como profissional da área da Saúde, estava feliz por saber que quase todas as prioridades elencadas anteriormente tinham sido sanadas, lembrando que muito ainda havia por ser feito. A seguir, fez uso da palavra o representante dos Secretários Regionais, **senhor Cleverton João Batista, Secretário da SDR de Blumenau**, que, após os cumprimentos, disse que àquela audiência representava a participação popular nas decisões do governo, dentro de um planejamento estratégico de suma importância para Santa Catarina. Afirmou que a SDR de Blumenau buscava diagnosticar as necessidades da região e saná-las da melhor forma possível – e que ali seria exposta a vontade da maioria. Ato contínuo, o senhor **Carlos Alberto Pegoretti, Prefeito do Município de Rodeio e presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, Ammvi**, representando os demais Prefeitos presentes à reunião, comentou que a grande preocupação dos Prefeitos daquela região era a saúde, o que não era novidade para nenhum gestor público. Comentou que os prontos-socorros da região, como o de Timbó e o de Indaial, estavam superlotados, o que causava muita preocupação aos Prefeitos da região. Disse que era muito cobrado em relação aos recursos emergenciais na questão das cheias, citando que a imprensa anunciava que os recursos iam para as Prefeituras; porém, denunciou que os recursos não chegavam aos Municípios. Finalizando, pediu um repasse maior de recursos à saúde daqueles Municípios, os quais, representava. Retomando a palavra, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, frisou que, na audiência pública do OER realizada na cidade de Joinville, as prioridades elencadas não foram necessariamente voltadas à área da Saúde, tendo em vista que as referentes à Saúde já estavam contempladas no Orçamento, e observou que naquelas reuniões deveriam ser priorizados os itens que ainda não haviam sido incluídos no orçamento. Após, passou a palavra ao **senhor Antônio Carlos Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e falou que no ano de 2011 haviam sido escolhidas as 12 principais demandas que seriam colocadas no PPA para 2012 - 2015 e quais as três que iriam ser inseridas no Orçamento para 2012. Afirmou que o PPA era uma peça obrigatória pela Constituição Federal, como a LDO e o Orçamento. Explicou que o PPA era válido por quatro anos, sendo os três anos de um governo e um ano o primeiro ano do próximo governo, e que ele dava as diretrizes para o Orçamento, enquanto a LDO valia somente para um ano. Após, explicou a metodologia dos trabalhos para a escolha das três demandas



para cada regional a serem inseridas no Orçamento de 2013. Em seguida, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. (*Os grupos de trabalho reúnem-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, anunciou os conselheiros titulares e os suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de Blumenau, o senhor Paulo Maurício Pizzolatti e o senhor José Rafael Corrêa; de Timbó, o senhor Rogério Raul Theiss e o senhor Miguel Angelo Soar; de Itajaí, a senhora Susi Bellini e a senhora Raquel Fabiane Mafra Orsi; e de Brusque, o senhor Márcio Soares da Costa e o senhor Adalto Gomes. Em seguida, o **senhor Antônio Carlos Vieira** pediu que os relatores das respectivas Regionais (Blumenau, Timbó, Itajaí e Brusque) que fizessem a leitura das prioridades elencadas para a LOA 2013 de cada Regional. **Da Regional de Blumenau**, o senhor Paulo Maurício Pizzolatti: 1) 012121 – implantação de obras contra cheias nos Municípios de abrangência da SDR – Blumenau; 2) 012136 – implantação do contorno oeste de Pomedore; 3) 012284 – construção da ponte do Vale em Gaspar. **Da Regional de Timbó**, o senhor Rogério Raul Theiss: 1) 012368 – assistência médica hospitalar de média e alta complexidade – SDR Timbó; 2) 012241 – aquisição de equipamentos e mobiliários para o atendimento de urgência, de emergência e de outras especialidades – SDR Timbó; 3) 012231 – apoio técnico e financeiro na estruturação das Defesas Cíveis nos Municípios – SDR – Timbó. **Da Regional de Itajaí**, a senhora Susi Bellini: 1) – 012295 – construção de centro de internação provisória – CIP – SDR Itajaí; 2) 012112 – implantação de acesso entre Itajaí e Balneário Camboriú; 3) 012093 – Pavimentação asfáltica da rodovia ligando Itapema a Brusque via Camboriú. E **da Regional de Brusque**, o senhor Valdir Wilke: 1) 012332 – vocacionar em psiquiatria, traumatologia e obstetrícia hospitais do Vale do Tijucas – SDR - Brusque; 2) 012298 – reestruturação dos pontos críticos e revitalização do trecho da SC-411 entre Tijucas e Brusque – SDR Brusque; 3) 012203 – terraplenagem, pavimentação, OEA e supervisão do trecho Brusque/ Camboriú/ Vila Limeira. **Nada mais havendo a ser discutido, O senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*] [*Leiturista: Sabrina Roberta Schmitz*]

**DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE**



9ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

RIO DO SUL

REGIONAIS - Ibirama, Ituporanga, Taió e
RIO DO SUL

DATA: 06/06/12

Horário: 09h – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: Salão Nobre Bertholdo Eger
UNIDAVI

Total de participantes: 88





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **RIO DO SUL**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012193	SC-352 terrapl/pavim/OEA/supervisão, trecho Taió / Rio do Oeste
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012195	Terrapl/pavim/OEA/superv estrada da Madeira, trecho Agrônômica / Trombudo Central
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012132	Implantação sistema de atend público consultas e exames de média e alta complexid - SDR Rio do Sul
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **JORGE ADRIANO**
Função Diretor Geral - SDR - Rio do Sul
Cidade Agrolândia

Suplente **DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA**
Função Vereador - Rio do Sul
Cidade Rio do Sul

Data_Aud_Públ.: **06-jun-12**

N_Participantes: **17**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **RIO DO SUL**

Municípios: Rio do Sul, Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste e Trombudo Central.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	JORGE ADRIANO	
02	FERNANDO DRICSSON	
03	Siegfried Haldbrand	
04	CARLOS ROBERTO FOGAN BUENO	
05	JOSÉ EDUARDO THOMÉ	
06	Vanderlei Bimma	
07	SAMUEL ANTONIO AYRES	
08	SINDAURI YADIER	
09	Franz Spahr	
10	Acélia Delam	
11	DIOGENES DELLA GIUSTINA	
12	VANDERLEI JANIS	
13	ALMIR KROGER	
14	Bertrando Amorim Alencar	
15	OSÓRIO SIKMICK	
16	Paulinho F. Júnior	
17	Paulo Ricardo Lima Jerônimo	
18		
19		
20		
21		
22		
23		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **IBIRAMA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012375	Políticas de redução de dependência econômica da agricultura da atividade fumageira - SDR - Ibirama
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012352	Apoio a agricultura e a produção orgânica - SDR - Ibirama
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012150	Pavimentação asfáltica ligando Presidente Nereu a Vidal Ramos
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **LEONIR LUNELLI**
Função Secretário Executivo do Conselho
Cidade Ibirama

Suplente **EUDEGAR JOSÉ BACK**
Função Prefeito Municipal
Cidade Presidente Nereu

Data_Aud_Públ.: **06-jun-12**

N_Participantes: **26**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **IBIRAMA**

Municípios: Ibirama, Apiúna, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles e Witmarsum.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Joel Rodrigo Ferrerê	
02	Rosângela Justus	
03	LEONIZ LUNECH	
04	Sigmar MANNICH	
05	Isabelina Maria Kull	
06	Roberto Jonari	
07	Vitor B. TORRES	
08	ALEXANDRE CATAPREGIER	
09	DEVALDO JOSÉ MOSER	
10	Marcelo Luiz Bistoli	
11	Abelton Carlos Coelho	
12	Evandro Fior de Cruz	
13	Alair Pereira	
14	SANDRO M. ZWILAW	
15	Seraio E. Dell'Agnolo	
16	Emerson G. Dell'Agnolo	
17	Beto Jo. Suly	
18	José Carlos dos	
19	Endeigor José Beck	
20	Mari M. Macido de Jesus	
21	José Volstein	
22	Wilmor Krüger	
23	Vildo dos Santos	

4

1



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **IBIRAMA**

24	Adalberto Possamai	
25	Altina R. F. Gull	
26	CICERSON ARAÚJO	
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **ITUPORANGA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012201	Terrapl/pavim/OEA/supervisão do trecho Ituporanga - Atalanta (1)
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

008734	Pavimentação da SC-341, trecho Petrolândia - BR-282 (2)
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012224	Apoio finan manutenção e estruturação UTI do hospital Bom Jesus e aos hospitais da SDR - Ituporanga (3)
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **EDELIR STUPP**
Função Diretor Geral
Cidade Ituporanga

Suplente **MAX FRANKLIN SCHELTER**
Função Diretor Geral - SDR Ituporanga
Cidade Atalanta

Data_Aud_Públ.: **06-jun-12**

N_Participantes: **28**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Municípios: Ituporanga, Alfredo Wagner, Aurora, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	FABRÍCIO BECHINOCK	
02	Arcione Riesen	
03	Elisângela Scheidt Roncalio	
04	In. Edeli Stupp	
05	Adelmo César Santos	
06	NERI FERMINO	
07	ANTÔNIO OSCAR LAURINDO	
08	Rita Martini Proiet	
09	Zenilda Marchetti Xavier	
10	MAX FRANKLIN SCHEFFER?	
11	Manuela Q. Kretzer Muniz	
12	Cássio Welles Bisatto	
13	Janderleia F. Fermino	
14	Ana Paula Pereira	
15	Ivo Schmitz Filho	
16	Denise Steur	
17	Clara Maria Trisen	
18	Yara Hilleshim Mees	
19	Ruth S. Klamburg	
20	Selmo Klamburg	
21	Relágia Kuhn	
22	Ziviane de O. Lopes	
23	Maria Estelma Z. Sant'Ana	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

24	Rosildo J. Pereira	Rosildo
25	Art. Carlos Paul	Art. Carlos Paul
26	Jose Brankis Sincis	B
27	Marcelo Rosel	S
28	Luiz Carlos	S
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **TAIÓ**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012133	Implantação de um CEDUP - Centro de Ensino Profissionalizante no município de Taió
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012124	Implantação do sistema de esgoto sanitário - SDR - Taió
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012142	Implantação de polo de atendimento de média complexidade no hospital Dona Lizete de Taió
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **KLAUS DIETER DIEL**
Função Vereador
Cidade Taió

Suplente **ALZEVINO VOLINGER DOS SANTOS**
Função Secretario de Saúde
Cidade Santa Terezinha

Data_Aud_Públ.: **06-jun-12**

N_Participantes: **17**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA ^{2.e}
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **TAIÓ**

Municípios: Taió, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	TERCILIO BOVESSI	
02	Massimina Zanella	
03	LOTHAR LIBSCH	
04	OSNILDO DALMARCO	
05	TERCIO KACTEN	
06	LUCIO HILLESHEIM	
07	MOACIR DENNITZ	
08	Pedro O. Munk	
09	LENOIR MARGA ZH	
10	ADENIR DALFAO	
11	maria blarice G. matlucci	
12	KLAUS DIETZ DIETZ	
13	José Luiz de Jesus	
14	MARINA Z. STRENGER	
15	Alzerino Volinher dos Santos	
16	Dama de Rosa	
17	Giovani Galvan	
18		
19		
20		
21		
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO AS REGIONAIS DE IBIRAMA, ITUPORANGA, TAIÓ E RIO DO SUL, REALIZADA
NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL EM 6 DE JUNHO DE 2012, ÀS 9H**

Aos seis dias do mês de junho de 2012, às 9h, na Sala Nobre Bertholdo Eger, na Unidavi, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Ibirama, Ituporanga, Taió e Rio do Sul e a sociedade civil organizada com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013. A **senhora Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a nona audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Compôs a mesa convidando as seguintes autoridades: Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual; Deputado Estadual Aldo Schneider, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; Deputado Estadual Jorge Teixeira; Vereador José Eduardo Thomé, Presidente da Câmara do Município de Rio do Sul, representando os demais Vereadores da região; Roberto Ferrari, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama, representando os demais Secretários Regionais; Alcino Pereira, Prefeito de José Boiteux, representando os demais Prefeitos e o professor Célio Simão Martignago, Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí de Rio do Sul. Ato contínuo, registrou a presença das seguintes autoridades: Gilberto Souza dos Santos, representando o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Cristina Rodrigues, gerente de Planejamento do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; Guilherme Kraus, gerente de Avaliação do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina; Fernando Driessen, consultor da Secretaria Executiva de Articulação Estadual, representando o senhor Secretário Gelson Sorgato; Vereador Klaus Dieter Diel, do Município de Taió; Vanderlei Zimmermann, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Jailson Lima, 1º Secretário da Alesc; Vereador Diógenes Della Giustina Formiga de Moura, do Município de Rio do Sul; Vereador Amarildo José Moser, Presidente da Câmara de Vereadores de Apiúna; Alexandre Campregher, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama; Osório Schmitz, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Jorge Adriano, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul; Prefeito Ademar Dalfovo, de Taió; Prefeito Antônio Oscar Laurindo, de Imbuia; Vereadora Maria Zenaide Stringari, de Taió; Vereadora Iara Mariza Bonin, de Taió; Vereadora Maria Clarice Gomes Matteucci, de Taió; Prefeito Eudegar José Back, de Presidente Nereu; Vereador Vildo dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux; Moacir Oenning, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Taió; Paulo Ricardo Lima Ignácio, representando a Delegada Regional da Polícia da 7ª DRP de Rio do Sul; Orli Carlos Paul, representando o Vereador Arlindo Stein, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado; Prefeito José Bráulio Inácio, de Chapadão do Lageado; Vice-Prefeito Garibaldi Ayroso, de Rio do Sul. Após o registro, passou a palavra ao **Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que dando início à reunião, saudou as autoridades e demais presentes. A seguir, comentou que estavam ali dando oportunidade para a comunidade debater o Orçamento do Estado de Santa Catarina, destacando Santa Catarina como um dos poucos Estados do Brasil que dava condições de discutir e incluir as prioridades absolutas para o Estado. Frisou que estava sendo praticada a essência do Parlamento que era a interação com a comunidade catarinense, e que através do debate as opiniões poderiam convergir ou divergir, porém definiriam as prioridades que pudessem melhorar a qualidade de vida das pessoas que viviam em Rio do Sul e região. Informou que em Joinville foram definidas como prioridade as unidades escolares, o Centro de Convivência dos Idosos e o terceiro anel da arena, que era o estádio, e ressaltou que a área da saúde não foi esquecida. Explicou que iriam distribuir as doze prioridades elencadas no ano passado para cada Regional e frisou que iriam tratar daquelas prioridades que não estavam ainda contempladas no Orçamento. Exemplificou que nas prioridades de Rio do Sul havia a implantação do sistema de esgoto sanitário do Município que já estava no Orçamento com o valor de R\$ 5,7 milhões, portanto não havia necessidade de incluí-la nas três prioridades que deveriam ser definidas. Comentou que o Estado de Santa Catarina sofreu um revés com a aprovação da Resolução nº 72 e perderia mais de R\$ 1 bilhão no



Orçamento a partir do próximo ano, enfatizando que, em compensação, foi aprovado há poucos dias um financiamento para o Estado de R\$ 611 milhões do BNDES que seriam aplicados em fibra ótica, em contenção das cheias, em prevenção das secas e em recuperação das estradas. Informou que o Governador de Santa Catarina, em forma de compensação do governo federal, encaminhou um pedido de autorização, para a Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, de um financiamento de R\$ 3 bilhões para o Estado, e clareou que teriam recursos para atender as prioridades do Estado. Dessa forma, avaliou que as perspectivas não eram tão ruins como foi dito por muita gente na imprensa do Estado. Desejou uma excepcional audiência pública a todos e passou a palavra ao **Deputado Estadual Aldo Schneider, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc**, que após os cumprimentos de praxe, disse que ele e o Deputado Jorge Teixeira enfrentaram as urnas em 2010 pela primeira vez e tiveram o privilégio de buscar uma cadeira no Parlamento catarinense para que, através do trabalho, atenção e percepção, pudessem estar acima dos partidos políticos na defesa da região. Registrou que ele, o Deputado Jorge e o Deputado Jailson, que eram da região, tinham a responsabilidade de buscar o desenvolvimento nos investimentos dos recursos públicos de Santa Catarina para o crescimento dos Municípios que compunham a Regional. Cumprimentou os Vereadores que eram o primeiro ente na política brasileira, porque eram procurados para resolver qualquer problema que acontecesse no Município. Quanto aos Prefeitos da região, disse que eles tinham um trabalho forte conectado entre o Legislativo estadual, as Regionais e as Prefeituras. Lembrou que a missão dos Vices-Prefeitos era árdua e as comunidades tinham que sentir os investimentos próximos às suas necessidades, através de obras e serviços. Contou que passou por todas as fases do Orçamento Regionalizado, na condição de Prefeito, de Secretário Regional e que naquele momento estava na condição de Deputado Estadual. Lembrou que quando houve a implantação do Orçamento pelo Carlito Merss, os Deputados entendiam que a sociedade, a partir daquele momento, teria a oportunidade de expressar o que mais necessitava. Colocou que a ideia do Orçamento participativo era extraordinária, e que infelizmente não era impositivo, pois era uma sugestão de orçamento aos responsáveis pela execução orçamentária que eram os Prefeitos, o Governador e a Presidenta da República. Frisou que no Orçamento muitas coisas poderiam ser atendidas ou não, e contou que no início eram mobilizadas verdadeiras multidões para o discutirem, mas que devido à frustração das prioridades não serem atendidas, ao longo dos anos, foi criada uma desesperança. Desse modo, nos últimos três anos o governo do Estado estava investindo nas prioridades levantadas pelas audiências públicas regionais, e citou que quase 40% do Orçamento do ano passado estava sendo cumprido com a ajuda dos Deputados na Alesc. Explicou que como Deputado fazia tudo e nada, nada porque não tinha poder de decisão, e tudo porque o Governador nada poderia fazer sem a aprovação do Orçamento pelos Deputados. Reiterou a fala do Deputado Darci com relação ao trabalho exaustivo dos Deputados e da Comissão de Finanças e Tributação, durante 60 dias, quanto ao pedido do Executivo para contrair empréstimo de R\$ 611 milhões para investimentos diversos em Santa Catarina. Contou que foram discutidas as prioridades de Santa Catarina e destacou que na área de infraestrutura as Regionais de Rio do Sul e as Regionais de Blumenau levantaram como primeira prioridade a ampliação e a reconstituição da malha viária catarinense viária existente. Prosseguindo, informou que os Deputados conseguiram carimbar, dentro dos R\$ 611 milhões, quase R\$ 390 milhões para recuperação de rodovias em Santa Catarina. Observou que se os Deputados tivessem aprovado o projeto de lei como veio do Executivo, dando liberdade para o Executivo investir onde ele entendesse, com certeza estariam dando um cheque em branco para o governo, e disse que depois a comunidade não poderia reclamar que a sua região não foi atendida ou que não foram revitalizadas as rodovias estaduais. Deixou claro que o Parlamento deveria participar exatamente naquelas horas de discussões nas Comissões, porque eram os Deputados que definiriam o que o Estado faria com R\$ 3 bilhões que estavam sendo anunciados pela Presidência da República. Disse, ainda, que o Deputado era a voz da sociedade e que ela era exercida nas Comissões e no Plenário. Afirmou que a outra prioridade para os R\$ 611 milhões que foi debatida em todas as audiências públicas era a questão de contenção de cheias, informando que a Comissão negociou com o Governador e com os Secretários das áreas que pertenciam às questões e foram disponibilizados R\$ 190 milhões, sendo que R\$ 140 milhões para contenção das cheias no Vale e R\$ 60 milhões para a estiagem no oeste, que era um desastre natural. Comentou que às vezes os Deputados ficavam incrédulos com as ações dos políticos ou do Executivo e do Legislativo, mas ressaltou que eles só poderiam ficar incrédulos quando participavam, sugeriam e as coisas não aconteciam, e colocou que quando as coisas começavam a acontecer eles não tinham o direito de reclamar se não participavam. Afirmou que o momento de participar era exatamente o da discussão do Orçamento Regionalizado do Estado. Por fim, de forma especial, agradeceu todos que estavam ali cumprindo com o papel de servidor público, de Legislador, de Prefeitos, para discutir a condição de investimento do Orçamento de 2013 em Santa Catarina. Em seguida, o **senhor Presidente** informou que a Comissão de Finanças da Alesc carimbou R\$ 200 milhões do projeto Revigorar para a saúde e que retiraram R\$ 100 milhões do projeto de fibra ótica, estradas virtuais colocando-os na recuperação das estradas de Santa Catarina. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Jorge Teixeira**, que cumprimentou os participantes e todas as autoridades da mesa, em especial o Deputado Aldo, uma vez que ele e o Deputado tinham uma parceria suprapartidária, beneficiando todo o Alto Vale do Itajaí. Disse que atualmente o Orçamento estava tendo credibilidade, já que antigamente as ações eram discutidas pouco realizadas, salientando que desde o ano passado os Deputados começaram a cobrar as ações discutidas em prol



da comunidade. Falou que pleitearam a melhoria da malha viária e tinham que se preocupar com a saúde no Alto Vale do Itajaí, citando cerca de dezoito hospitais e um hospital regional que atendia as demandas secundárias e terciárias, cirurgia cardíaca, neurocirurgia e também as cirurgias cardíacas das Regionais de Joaçaba e Lages. Chamou a atenção das quatro Regionais no sentido de que elas se preocupassem em pulverizar em todo o Estado de Santa Catarina a demanda interiorizada de médicos, porque não adiantava terem posto de saúde e hospitais se não tinham os profissionais para dar assistência médica. Disse que todo o Estado clamava pela interiorização daqueles profissionais e que tinham que achar uma maneira de colocar as verbas do Orçamento do Estado nas Regionais para atrair o profissional de saúde, salientando que aquele era um clamor do Alto Vale e de todo o Estado de Santa Catarina e que aquilo tinha que ser visto pelas Regionais e pelos Prefeitos da região. Reiterou para que houvesse um plano de interiorização do profissional médico para todos os Municípios do Estado de Santa Catarina, argumentando que não adiantava apenas equipamentos, que eles precisavam também do profissional. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Roberto Ferrari, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama, representando os demais Secretários Regionais**, que cumprimentou os presentes e disse que as reuniões poderiam até trazer algumas desconfiças pelo que aconteceu nos anos anteriores, mas a comunidade tinha que refletir sobre as prioridades da região, desejando que aqueles anseios se tornassem realidade na peça que seria consignada naquele dia. Por sua vez, o **Vereador José Eduardo Thomé, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, representando os demais Vereadores da região**, cumprimentou todos e disse que aquele era um momento importante para o Alto Vale do Itajaí, porque estava sendo discutida a distribuição dos recursos, dos investimentos que seriam feitos nas quatro Regionais que anteriormente já haviam discutido em audiências locais e que estavam ali falando em LOA e PPA. Considerou importante o debate, porque estavam discutindo dentro do atual governo e mais um ano do próximo governo os investimentos em áreas do Alto Vale do Itajaí. Referiu-se ao senhor Siegfried Hildebrand, diretor do Hospital Regional Alto Vale do Itajaí, dizendo que ele era um importante promovedor de saúde e de atenção à saúde ao povo do Alto Vale. Avaliou que os Vereadores eram como um paracheque, já que eram a eles que a comunidade acabava recorrendo e era naquele momento que eles tinham a oportunidade de conversar com três Deputados, os quais tinham força política e eram as bases do governo do Estado. Assegurou que era necessário discutir fortemente a questão da saúde na região, porque só era possível ter médicos em todos os cantos da região, ampliar as estruturas e inovar na área tecnológica se houvesse investimentos. Pediu para que os Deputados fossem porta-voz junto ao governo do Estado para que houvesse o cumprimento no repasse de recursos para o Hospital Regional do Alto Vale, tendo em vista a importância para a manutenção das atividades daquela instituição. Contou que desde agosto do ano passado alguns recursos não foram mais repassados àquela instituição, considerando importante o repasse para que a instituição pudesse desenvolver com qualidade os atendimentos. Desejou uma ampla reunião e que pudessem discutir os interesses e investimentos nas quatro Regionais. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Alcino Pereira, Prefeito de José Boiteux, representando os demais Prefeitos**, que inicialmente manifestou preocupação com relação aos pequenos hospitais. Disse que estavam caminhando longe das necessidades de saúde e que nos Municípios pequenos havia dificuldade em manter e em dar condições de vida e saúde para a população. Falou que os programas elaborados eram colocados para as Prefeituras e as condições de atendimento eram muito difíceis pela demora nos repasses, e, dito isso, pediu agilidade nos repasses. Comentou que tinham dificuldade de aquisição e contratação de médicos para atender os pequenos Municípios, porque os valores eram inferiores aos que eram requisitados. Colocou sua preocupação com relação às enchentes, e lembrou tudo o que estava ocorrendo no Município, no Estado e no País, quanto à demora do repasse dos recursos pelos governos estadual e federal. Finalizando, desejou que realmente fossem atendidas as necessidades de saúde e as das enchentes que estava ocorrendo na Regional. Fazendo uso da palavra, o **senhor Antônio Carlos Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, falou que no ano passado foram escolhidas as 12 principais demandas que seriam colocadas no PPA que prevalecerá de 2012 a 2015 e quais as três que iriam ser inseridas no Orçamento para 2012. Afirmou que o PPA era uma peça obrigatória pela Constituição Federal, como a LDO e o Orçamento. Explicou que o PPA era válido por quatro anos, sendo os três primeiros anos de um governo e o primeiro ano do próximo governo, e que ele dava as diretrizes para o Orçamento, enquanto a LDO valia somente para um ano. A seguir, informou quais foram as demandas elencadas para cada Regional no ano passado. Registrou que em Ibirama, no ano passado, foram inseridas no Orçamento das doze demandas elencadas, oito demandas; em Ituporanga foram cinco; em Rio do Sul foram cinco; e em Taió foram quatro, o que significou um número maior do que as três demandas prometidas. Após, explicou a metodologia dos trabalhos para a escolha das três demandas para cada regional a serem inseridas no Orçamento de 2013. Em seguida, o **senhor Presidente** suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. *(Os grupos de trabalho reúnem-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente** retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e os suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: Regional de Ituporanga foi escolhido o senhor Edelir Stupp, o senhor Max Franklin Schelter, e como relator o senhor Adelmo César Santana; em Ibirama foi escolhido o



senhor Leonir Lunelli e o senhor Eudegar José Back; em Taió foi escolhido o senhor Klaus Dieter Diel e o senhor Alzevino Volinger dos Santos; e em Rio do Sul foi escolhido o senhor Jorge Adriano, o senhor Diogenes Della Giustina Formiga de Moura, e como relator o senhor Osnilo Dell Marco. Em seguida, os relatores dos grupos fizeram a leitura das três prioridades para a LOA 2013: o senhor Leonir Lunelli leu as prioridades da **Regional de Ibirama**: 1) 012375 – políticas de redução de dependência econômica da agricultura da atividade fumageira – SDR – Ibirama; 2) 012352 – apoio à agricultura e à produção orgânica – SDR – Ibirama; 3) 012150 – pavimentação asfáltica ligando Presidente Nereu a Vidal Ramos. O senhor Adelmo César Santana leu as prioridades da **Regional de Ituporanga**: 1) 012201 – terraplanagem/pavimentação/OEA/supervisão do trecho Ituporanga – Atalanta; 2) 008734 – pavimentação da SC-341, trecho Petrolândia – BR-282; 3) 012224 – apoio financiamento manutenção e estruturação UTI do Hospital Bom Jesus e aos hospitais da SDR – Ituporanga. O senhor Alzevino Volinger dos Santos leu as prioridades da **Regional de Taió**: 1) 012133 – implantação de um Cedup, Centro de Ensino Profissionalizante, no Município de Taió; 2) 012124 – implantação de polo de atendimento de média complexidade no hospital Dona Lizete de Taió; 3) 012142 – implantação do sistema de esgoto sanitário - SDR - Taió. O senhor **Jorge Adriano** leu as prioridades da **Regional de Rio do Sul**: 1) 012193 - SC-352 terraplanagem/pavimentação/OEA/ supervisão, trecho Taió/Rio do Oeste; 2) 012195 terraplanagem/pavimentação/OEA/supervisão estrada da Madeira, trecho Agrônômica/Trombudo Central; 3) 012132 – implantação do sistema de atendimento público consultas e exames de média e alta complexidade – SDR Rio do Sul. Retomando a palavra, o senhor Presidente agradeceu a participação de todos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo] [Leiturista: Ana Rita Moriconi de Souza]*

DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE



10^a - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

LAGES

REGIONAIS - São Joaquim e LAGES

DATA: 06/06/12

Horário: 18:30h – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da Câmara Municipal

Total de participantes: 58





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **LAGES**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

009154	Pavimentação da SC-424, trecho Ponte Alta - Otacílio Costa.
N Ordem: 01	
Prior.PPA 05	

Obs:

012180	Pavimentação da SC-456 - Trecho Anita Garibaldi a Abdon Batista
N Ordem: 02	
Prior.PPA 06	

Obs:

012349	Apoio a Agricultura Familiar - SDR - Lages
N Ordem: 03	
Prior.PPA 11	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **IRACI VIEIRA DE SOUZA**
Função Secretária Executiva da AMURES
Cidade Lages

Suplente **FALUBERT ZANETTI**
Função Secretário de Planejamento
Cidade Lages

Data_Aud_Públ.: **06-jun-12**

N_Participantes: **37**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **LAGES**

Municípios: Lages, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	VINICIUS BROWN	
02	Hellebeund Koch	
03	STEVAN ALEXANDRE BOMMEBERGER	
04	TERCIO KASTEN	
05	Nelson Leirna de Souza	
06	Eda Alexandre Gonçalves	
07	Ulisses S. Costa	
08	ANTONIO ARMANDO MARIA	
09	Isaci T. de E. Cardoso	
10	Wairissa Camalho dos Santos	
11	Jamaina R. Antonio	
12	GALLIER MELO	
13	Paulo Paulo Farias	
14	Josefina de S. de	
15	André Junior	
16	Roberto Gomes	
17	Edna Bombrinos Lage	
18	Jacqueline M. de Marenichon	
19	Osvaldo de S. de S.	
20	Isaci V. Souza	
21	Flaubert Zanetti	
22	Arvids Kostas	
23	Ínes da Silva Ventura	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **LAGES**

24	Rita de Cassia Faedo	Faedo
25	Luani O.C. Judicade	Lages
26	Luana Batista Judicade	Lages
27	Rafael Mustafa Jr	Juss
28	Abraham Ojeda	
29	Yosi Eroni Medeiros	Lages
30	ADELINO DUTRA	A. GARIBOLDI
31	José Motor	A. Garibaldi
32	Romilda Macedo	A Garibaldi
33	Jose Paulo Neto	A Garibaldi
34	João G. Dini da Silva	A garibaldi
35	Ana Gabriela Zeller	Lages
36	Mariza Costa	União
37	Paulo Roberto Coelho Oliveira	Conselheiros
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **SÃO JOAQUIM**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

000414	Pavimentação da SC-341/370, trecho Urupema / Rio Rufino / Urubici.
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

001302	Pavimentação da SC-370, trecho Urubici - Serra do Corvo Branco - Grão Pará
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

010059	Adequação e melhoria da infraestrutura do aeroporto de São Joaquim (2)
N Ordem:	
Prior.PPA 03	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **RAFAEL MENDES**
Função Vereador Rio Rufino
Cidade Rio Rufino

Suplente **ADILSON JORGE COSTA**
Função Prefeito Municipal
Cidade Urubici

Data_Aud_Públ.: **06-jun-12**

N_Participantes: **21**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **SÃO JOAQUIM**

Municípios: São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Estevão Steingens	
02	Adelmo R. de Souza	
03	Adelmo Almeida Rodrigues	
04	Walmir Wulker	
05		
06	TERCIO KASTEN	
07	Agilso L. Bernardo	
08	Belange J. Paganini	
09	Valerie Dorette	
10	Amarilva Niz GAN	
11	Correia de Souza Siqueira	
12	Giulaine Aparecida Padovani	
13	Alcides de Castro	
14	Airilson Jorge Costa	
15	CCSN apudmno	
16	Plínio Toubre	
17	João Luiz	
18	Salete Machado	
19	Rigaul Mendes	
20	Ulisses Costa	
21	Renato Pedro Espete	
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE SÃO JOAQUIM E LAGES, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAGES EM 6 DE JUNHO DE 2012, ÀS 18H30MIN.

Aos seis dias do mês de junho de 2012, às 18h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Lages, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de São Joaquim e Lages, e a sociedade civil organizada com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013. A **senhora Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Em seguida, compôs a mesa convidando as seguintes autoridades: Deputado Estadual Gilmar Knaesel, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado da Alesc; Deputado Estadual Elizeu Mattos; Deputado Estadual Maurício Eskudlark; Vereador Anilton Freitas, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages; senhora Solange Maria Pagani, Secretária de Desenvolvimento Regional de São Joaquim; Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta e presidente da Amures, representando os Prefeitos da região. Logo após, registrou a presença de Adelmo Almeida Rodrigues, Vereador de Urupema; Allier Melo, Vereador de São José do Cerrito; Cristovam Cardoso, representando o senhor Jurandir Agostini, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages; Antônio Armando Maria, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina; Guilherme Kraus, gerente de Avaliação do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; Cristina Rodrigues, gerente de Planejamento do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; Gislaíne Aparecida Arruda Padoin, Vereadora de Rio Rufino; Alexandre Del Castanhel, Vereador de Rio Rufino; Marcius da Silva Machado, Vereador de Lages; Flaubert Zanetti, Secretário de Planejamento e Coordenação de Lages, representando o Prefeito Renato Nunes de Oliveira; Amarildo Luiz Gaio, Prefeito de Urupema; José Belizário Borges de Andrade, Prefeito de Painel; Vereador Nelson Lima de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores de Capão Alto; Vereador Wolni Wrubleschi, Presidente da Câmara de Vereadores de Urupema; Neusa Maria Zangelini, Vereadora de Lages; João Cidinei, Vereador de Anita Garibaldi; e Adilson Jorge Costa, Prefeito de Urubici. Após os registros, passou a palavra ao Deputado Estadual Gilmar Knaesel, para condução dos trabalhos. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc e membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado**, iniciou os trabalhos desejando boas-vindas a todos. Lembrou que a Câmara de Vereadores de Lages foi parceira da TVAL, sendo a primeira TVAL no interior do Estado, e disse que atualmente aquela TV era um instrumento importante de transparência para a sociedade acompanhar os trabalhos da Câmara de Vereadores e dos Deputados Estaduais. Falou que talvez o horário da audiência pública fosse impróprio, mas destacou que estavam ali cumprindo o que determinava a Constituição do Estado de Santa Catarina, uma vez que entendiam ser o Orçamento Regionalizado um dos maiores avanços da democracia. Informou que estavam em Lages para apresentar o resultado das audiências públicas anteriores, especialmente do ano passado, salientando que a mobilização trouxe resultados benéficos para a população. Comunicou que apresentariam as demandas que constavam no PPA e na LOA e definiriam as prioridades para 2013. Em seguida, concedeu a palavra aos integrantes da mesa. Primeiramente fez uso da palavra o **Deputado Estadual Elizeu Mattos**, que saudou os presentes e registrou que em Lages sempre eram realizadas as maiores audiências públicas do Orçamento Regionalizado, porém criticou o horário, sugerindo que a audiência poderia ter sido marcada às 14h. Falou que, no ano em curso, com a relatoria do Deputado Gilmar Knaesel, conseguiram incluir no Orçamento Regionalizado 100% das emendas. Salientou que aquele dia era o de maior público da história da Festa do Pinhão porque iriam acontecer três grandes shows no mesmo dia com cantores em nível nacional e com sucesso internacional. Porém desabafou que a audiência seria prejudicada pelo momento que estavam vivendo com a realização da Festa do Pinhão. Encerrando, disse que avançaram muito com a inclusão das propostas no Orçamento Regionalizado e lamentou estarem presentes somente quatro Prefeitos, do total de dezoito, um Secretário de Desenvolvimento Regional e poucas autoridades, reiterando que a audiência pública estava prejudicada e recordou que na última audiência tiveram mais de quinhentas pessoas presentes. Na sequência, fez



uso da palavra o **Deputado Estadual Maurício Eskudlark**, que saudou todos os presentes e afirmou que o Orçamento era de grande importância para o Estado e que trazia resultado. Contou que tudo começou como uma atividade de Orçamento Participativo em nível de Estado e de Municípios e que no Estado de Santa Catarina tinha virado lei. Frisou que as prioridades elencadas seriam respeitadas e que os Deputados na Assembleia Legislativa tinham o compromisso de zelar e cobrar pela aplicação delas. Afirmou que, mesmo com as dificuldades que surgiam durante a caminhada, era uma lei que deveria ser obedecida e era um processo importante para o bem-estar da população. Finalizando, falou que a participação não era grande, mas era representativa e que todos os presentes tinham capacidade para discutir as prioridades para as regiões. Por sua vez, o **Vereador Anilton Freitas, Presidente da Câmara de Vereadores de Lages**, após cumprimentar todos, disse que a Casa estava de portas abertas para discutir um assunto de extrema relevância para a comunidade, como era o OER. Registrou que a cidade de Lages foi pioneira no Orçamento Participativo, no mandato do doutor Fernando Coruja, em 1992. Concordeu com as colocações do Deputado Elizeu, de que o dia não era propício, porque estava acontecendo um evento muito grande na cidade. Terminando, agradeceu aos participantes e desejou uma boa audiência a todos. Fazendo uso da palavra, a **senhora Solange Maria Paganí, Secretária de Desenvolvimento Regional de São Joaquim**, saudou todos e disse que, dentro do contexto da Festa Nacional do Pinhão, o Deputado Gilmar era peça importante pelo sucesso da Festa, pois quando foi Secretário de Turismo sempre apoiou o evento. Isso posto, agradeceu ao Deputado Gilmar e informou a ele que as ações na região estavam adiantadas. Testemunhou que o Deputado Elizeu Mattos sempre foi um grande guerreiro dentro das obras, lembrando que a maioria delas já estava para ser inaugurada, materializada ou já estava bem adiantada. Em seguida, parabenizou os funcionários da Alesc que estavam presentes em uma reunião tão especial como aquela. Em seguida, agradeceu o Deputado Elizeu, em nome de toda a Regional da serra catarinense do Estado, pelo trabalho árduo e incansável para o desenvolvimento da região. Manifestou ser um momento importante e uma satisfação estarem ali para que aqueles trabalhos, lá na base, fossem sempre prioridades, porque, no final, tratava-se do cidadão. Afirmou que todas as prioridades foram uma grande conquista. Entretanto, destacou que estavam com problemas em Rio Rufino porque aconteciam atrasos no trânsito, motivados pelos engarrafamentos, e disse que muitas pessoas da região estavam presentes sempre lutando por Rio Rufino/Urubici. Informou que o projeto para a obra estava sendo licitado e a prioridade seria a execução do projeto. Parabenizou todos e disse que dentro da união, do respeito, do trabalho, da integração o resultado seria positivo para a região. Encerrou dizendo que os paulistas comentavam ser a Festa do Pinhão superior à festa de Barreiros no tocante à qualidade, à infraestrutura e principalmente à segurança, e desejou sucesso para a festa. *[Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo.]* Usando a palavra **senhor Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta e presidente da Amures, representando os Prefeitos da região**, após os cumprimentos de praxe, disse da alegria de participar do OER, pela primeira vez, como presidente da Amures. Expôs sua felicidade ao saber que constava no Orçamento do Estado valores significativos em relação à execução da SC-424, principalmente no trecho que ligava Ponte Alta a Otacílio Costa. Porém, salientou que existiam outras prioridades elencadas pelas SDRs e disse esperar que a comunidade decidisse quais seriam as obras mais importantes que trariam desenvolvimento à região. Terminando, parabenizou todos os presentes por estarem ali. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença do Vereador Thiago Costa, Presidente da Câmara Municipal de Rio Rufino; do Vereador Renato Pedro Copetti, de Rio Rufino; e do Vereador Rafael Manoel Mendes, de Rio Rufino. Em seguida, salientou que houvera um grande avanço ao longo dos anos a respeito da discussão e da inclusão das prioridades no Orçamento do Estado. Destacou que em 2011, de forma histórica, todas as emendas apresentadas nas audiências do OER haviam sido incluídas no Orçamento, e enalteceu o trabalho da Assembleia Legislativa e a compreensão do Governador, Raimundo Colombo, através do Secretário da Fazenda, Nelson Serpa, no processo, uma vez que de nada adiantava priorizar as demandas se não houvesse a parceria do governo do Estado, que era o poder executor. Registrou que Santa Catarina estava vivendo um excelente momento em relação ao turismo, o qual era fruto de um grande trabalho de pessoas abnegadas que sabiam da importância do turismo para o Estado, e lembrou que a Festa do Pinhão era conhecida em nível nacional e internacional. Contou que, juntamente com o Prefeito de Urupema, fizeram um diagnóstico do turismo, o qual mostrou que a serra catarinense estava integrada naquele grande movimento turístico. Após, concedeu a palavra ao **senhor Antônio Carlos Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que inicialmente comunicou que no ano de 2011 haviam sido escolhidas as doze principais demandas que seriam colocadas no PPA que prevaleceria de 2012 a 2015 e quais as três que iriam ser inseridas no Orçamento para 2012. Afirmou que o PPA era uma peça obrigatória pela Constituição Federal, como a LDO e o Orçamento. Explicou que o PPA era válido por quatro anos, sendo os três primeiros anos de um governo e o primeiro ano do próximo governo, e que ele dava as diretrizes para o Orçamento, enquanto a LDO valia somente para um ano. Citou que as doze demandas elencadas pela Regional de Lages e as doze elencadas pela de São Joaquim em 2011 haviam sido inseridas no PPA. Informou que em junho de 2011 constava no PPA destinado às prioridades escolhidas pela Regional de Lages o valor de aproximadamente R\$ 129 milhões, e que para São Joaquim estavam destinados aproximadamente R\$ 86 milhões. Disse que Lages, das doze demandas elencadas, oito já estavam no Orçamento do Estado, e das doze prioridades de São Joaquim,



cinco estavam no Orçamento, muito mais do que desejava e planejava a Assembleia Legislativa, salientando a participação do governo do Estado naquele processo. Deixou claro que aquela audiência não criaria novas demandas no PPA, mas que iriam escolher as doze demandas que seriam inseridas em 2013. Ressaltou que as SDRs não deveriam escolher prioridades que já estavam vislumbradas no orçamento daquele ano, pois haviam sido elencadas anteriormente, mas que se deveria dar oportunidade as prioridades que ainda não haviam sido incluídas. Citou exemplos de prioridades que foram elencadas e posteriormente receberam os recursos do governo do Estado. Nesse sentido, parabenizou o Governador por ter atendido aos anseios da população, das prioridades elencadas nas audiências do Orçamento Regionalizado. Finalizando, disse que nem sempre o que estava no orçamento era realizado, porém afirmou que o que não estava no orçamento com certeza não seria realizado. Em seguida, o **senhor Presidente** suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. *(Os grupos de trabalho reúnem-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente** retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e os suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de São Joaquim, o senhor Rafael Manoel Mendes e o senhor Adilson Jorge Costa; de Lages, a senhora Iraci Vieira de Souza e o senhor Flaubert Zanetti. Em seguida, os relatores dos grupos fizeram a leitura das três prioridades para LOA 2013. A **senhora Solange Maria Pagani**, leu as prioridades da **Regional de São Joaquim**: 1) 000414 - pavimentação da SC-341/370, trecho Urupema/Rio Rufino/Urubici; 2) 001302 - pavimentação da SC-370, trecho Urubici – Serra do Corvo Branco – Grão-Pará; 3) 010059 - adequação e melhoria da infraestrutura do aeroporto de São Joaquim. A **senhora Iraci Vieira de Souza** leu as prioridades da **Regional de Lages**: 1) 009154 - pavimentação da SC-424, trecho Ponte Alta – Otacílio Costa; 2) 012180 - pavimentação da SC-456 – trecho Anita Garibaldi a Abdon Batista; 3) 012349 - apoio à Agricultura Familiar – SDR – Lages. O **senhor Antônio Carlos Vieira** registrou que na medida do possível providenciariam durante a revisão do PPA a manutenção dos hospitais filantrópicos da SDR de Lages e a reforma da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos, em Lages. Após, como não havia mais nada a tratar, o **senhor Presidente** agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos][Leiturista: Ana Rita Moriconi de Souza]*

DEPUTADO ESTADUAL GILMAR KNAESEL
PRESIDENTE



11^a - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

CRICIÚMA

REGIONAIS - Araranguá e CRICIÚMA

DATA: 11/06/12

Horário: 09h – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: Salão Ouro Negro – Pref. Municipal de Criciúma.

Total de participantes: 140





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **CRICIÚMA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012188	Manutenção do hospital materno infantil Santa Catarina - SDR - Criciúma
N Ordem:	
Prior.PPA 01	

Obs:

012184	Manutenção de clínica de reabilitação para dependentes químicos - SDR - Criciúma
N Ordem:	
Prior.PPA 05	

Obs:

012308	Construção de clínica de reabilitação para dependentes químicos - SDR - Criciúma
N Ordem:	
Prior.PPA 07	

Obs: Obs.: Decidido a construção do centro de Recuperação de Dependentes Químicos, junto ao Hospital Nossa Senhora da Conceição.

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **HÉLIO LUIZ BUNN**
Função Prefeito Municipal Lauro Muller
Cidade Lauro Muller

Suplente **ARI ARLEI ESTEVES DE MATOS**
Função Radio Comunitária
Cidade Morro da Fumaça

Data_Aud_Públ.: **11-jun-12**

N_Participantes: **133**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CRICIÚMA**

Municípios: Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Elis Içara	[Assinatura]
02	Plêta Maria Ogostrin Talomina	[Assinatura]
03	Glória Maria Tomaz	[Assinatura]
04	Mário do Carmo Medeiros	[Assinatura]
05	Altair G. Macrau	[Assinatura]
06	Jovani monique Barret	[Assinatura]
07	Pedro de Jesus	
08	Antenor Bonetti	
09	Apolônio Frassetto	
10	Idalino Innocenti	
11	Gelson Costa	
12	Andrino Silva	
13	Valmor Lorenzon	
14	Nair Spricigo da Conceição	
15	Augusto Piacherki	
16	Vilma Rossetti	
17	Silson da Conceição	
18	Silmor Felisbino	
19	Isair Bonomi	
20	Pedro Cílio Pereira	
21	Apostinho Jendramini	
22	Pedro Araújo	
23	Olinda Antônio Costa	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CRICIÚMA**

24	Eliane Jaquim	
25	Marilda Benincá	
26	Thiago Alves Lima	
27	Arnaldo Bory Batti	
28	Rogério José Frigo	
29	LESA ROBERTO MICHELS	
30	VANDERLEI ALEXANDRE	
31	Joni's Passant	
32	BRENIN BRONCHI PEDRO	
33	Deo Scarpari Machado	
34	Edson A. Symanski	Edson
35	Rosimeri Mizestki	
36	Evander Gomes	
37	George Alexandre da Silva	
38	Willi Backes	
39	Wit Manoel Imake	
40	Severino Aguiar	
41	Rafael G. Frigo	
42	Luiz Carlos Zan	
43	Luiz Carlos Zan	
44	Alcione Drumato SDR. Tulmar	
45	Maria Luiza De Belt	
46	Vanderlei Joni's	
47	Luiz Carlos Cittadini	
48	VANDERLEI MICHELS	
49	Adjalma Mastella	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CRICIÚMA**

50	Cleso SALVADO	
51	Christina J. Kay	
52	Milena dos Santos	
53	João Manoel de Souza Neto	
54	Estevão Bittencourt	
55	Sr. Cecilia Martinello	
56	Darlan R. Marchesi	
57	Yule N. Moura	
58	ROBERTO FRANCISCO LONCHI	
59	Douglas Estevão Warmingiro	
60	Sérgio Roberto Junqueira	Srg
61	JACQUELINE BACKES	
62	Julio Cesar Colombo	
63	Miguel Kurim	
64	TERÇO KASTEN	
65	DEP. DÓIA	
66	DEP. MARCELO MOTA	
67	ADÉRCIO VELTEN - NOME DEP. MOTA	
68	JOSE ZAVOLLI	
69	JOÃO REU ROSSI	
70	Emmanoel Moura	
71	Estevão Pierini	
72	RAMIREZ ZOMBAR	
73	VALTER ORBEN	
74	Clarissa Goulart Born	
75	MARCEL LORENZO FABRIS	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CRICIÚMA**

76	Bruno Dal Pont	Itara
77	Nereza Pereira	
78	An. Alice de Mota	
79	Isidoro Azzetti	CRICIÚMA
80	Vainir Wied	CRICIÚMA
81	ROBERTO CAMPOS	URUSSANGA
82	Enio J. Big	URUSSANGA
83	Robul Tobias Nino	Urussanga
84	MARCIO BURILO	Ita Criciúma
85	Salesio Lima	Criciúma
86	Elder Junt	Criciúma
87	João P. Mag.	Urussanga
88	Vir. Henrique B. Criciúma	
89	Lamira Pereira	Criciúma
90	Ulisses Job Lima	Criciúma
91	HELIO L. BUNN	L. MÜLLER
92	Servel Moem	L. RIBEIRO
93	Ernesto P. Freitas	Bal Rincão
94	Antonio J. Vitor	Bal Rincão
95	Jerezinda B. Costa	Bal Rincão
96	Victoria F. Altorio	Bal Rincão
97	Mário H. S. Górzinski	Criciúma
98	Olavir Bez Fontana	Criciúma
99	Raimundo S. Fernandes	Itara
100	Ruiziane G. Cunha	Itara
101	VALDECI DE SOUZA	Itara



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CRICIÚMA**

102	ANTONIO ANGELO P. SIQUEIRA	ALAC/ACC.
103	JOSE NEI A. MOURA	MOURA
104	ALDO A. Z. V.	
105	ALEX SUEY BRANCO	Opeli
106	MARCO ANTONIO MENDES	M. J. M. A.
107	CARLOS GALLI SANTANA	Caranforn
108	MARCELO V. BOUZA	M. B.
109	EDUARDO FERREIRA	E. F.
110	VITOR JOEL FERREIRA	V. J. F.
111	WANDER DA MOTA	W. M.
112	ALINA BORGES MELLER	
113	ELIARDE B. FACHINCO	E. B. F.
114	MAXLENE BAPALI BRISTOT	M. B.
115	ERNESTO PETERLE	E. P.
116	RÉGIS CRISTIANO S. DE SOUZA	R. C. S.
117	DILTON J. PAVATO	D. J. P.
118	WANGELI FERREIRA	W. F.
119	ALDO A. Z. V.	
120	MOURA	
121	FLAVIO MARALIM	F. M.
122	BRIGIANE VITALE	
123	ROSELI HORTALIZA ZIEM	R. H. Z.
124	GILDA BENEDETTI	G. B.
125	JOSÉ HENRIQUE	J. H.
126	CELIA FERREIRA FERREIRA	C. F. F.
127	EDUARDO	E.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CRICIÚMA**

128	Beniinda Ja	
129	SISTINE SERRA	
130	Francisco Faraco	
131	Yvonna Pedros	
132	André M. Juciki	
133	ARVALDO BEZ BAZZI	
134		
135		
136		
137		
138		
139		
140		
141		
142		
143		
144		
145		
146		
147		
148		
149		
150		
151		
152		
153		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **ARARANGUÁ**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012183	Pavimentação/terra-pl/OEA supervisão do acesso Sul a Arroio do Silva.
N Ordem: 01	
Prior.PPA 01	

Obs:

000852	Pavimentação da SC-108, trecho Jacinto Machado - Praia Grande.
N Ordem: 02	
Prior.PPA 04	

Obs:

012294	Ampliação e reforma das unidades hospitalares - SDR - Araranguá
N Ordem: 03	
Prior.PPA 11	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **DIRNEI JOSÉ BERNARDO**
Função Secretário Administração e Finanças do Munic. Baln Arroio do Silva
Cidade Balneário Arroio do Silva

Suplente **EVANDRO PEREIRA PECK**
Função Diretor Administrativo Hospital São Sebastião- Turvo - SC
Cidade Turvo

Data_Aud_Públ.: **11-jun-12**

N_Participantes: **7**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **ARARANGUÁ**

Municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaiivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Dinei José Gerardo	
02	Rita de Cássia Premoli	
03	EVANDRO PECK	
04	TERCIO EGON PAUL KASTEN	
05	Jair Torgati	
06	Herberto A. Schmitt	
07	Sandro Roberto Maciel	
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA 11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO AS REGIONAIS DE CRICIÚMA E ARARANGUÁ, REALIZADA NO MUNICÍPIO
DE CRICIÚMA EM 11 DE JUNHO DE 2012, ÀS 9H**

Aos onze dias do mês de junho de 2012, às 9h, no Salão Ouro Negro da Prefeitura do Município de Criciúma, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Criciúma e Araranguá e a sociedade civil organizada com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual 2013 (LOA). A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Deputado Estadual Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estavam realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima primeira audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Em seguida chamou para compor a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; senhor Clésio Salvaro, Prefeito do Município de Criciúma; Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Dóia Guglielmi; senhor Heriberto Afonso Schmidt, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional do Município de Araranguá; senhor Luis Fernando Cardoso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional do Município de Criciúma; e senhor Rogério José Frigo, Prefeito de Nova Veneza e presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec). Logo após a composição da mesa, registrou os seguintes presentes: senhor Vanderlei Alexandre, Prefeito de Forquilha; senhor João Reus Rossi, Prefeito de Treviso; senhor Luiz Carlos Zen, Prefeito de Urussanga; senhor Vanderlei José Zilli, Vereador de Criciúma; senhor Eno Steiner, diretor-executivo da Amrec; senhor Jiovani Manique Barreto, diretor-presidente do Hospital Nossa Senhora da Conceição do Município de Urussanga; senhora Stela Maris de Agostin Talamini, Vereadora de Urussanga; senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual, da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Valdemar José Bettiol, Vice-Prefeito de Cocal do Sul; senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento, da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado de Santa Catarina; senhor José Zanolli, Vice-Prefeito de Içara; senhor Douglas Gleen Warmilin, Prefeito de Siderópolis; senhor Valter Orbem, Vereador de Orleans; e senhor Ramirez Zomer, Secretário de Administração do Município de Orleans. Na sequência, passou a palavra ao Deputado Estadual Valmir Comin para conduzir os trabalhos. Iniciando a audiência pública, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, desejou bom-dia a todos e cumprimentou todas as autoridades já nominadas e todos os presentes. Comentando já ter participado de várias audiências por todo o Estado de Santa Catarina, disse que estava satisfeito em poder representar a Comissão de Finanças e que outros Deputados estavam se deslocando para participar também daquela audiência. Dito isso, ressaltou que por consequência de uma série de ações que o Estado vinha promovendo não tinham até o último Orçamento Regionalizado a aquiescência e o respaldo por parte do governo do Estado, acrescentando que a credibilidade não tinha sido bem acentuada, mas que a partir do Orçamento de 2011 o Governador Raimundo Colombo havia sinalizado no sentido da credibilidade e de disponibilizar para que fossem discutidas com a sociedade as prioridades na sua essência, sem caracterizá-las como obras eleitoreiras, mas sim com propósitos específicos de realmente potencializar a economia de cada região. A seguir, observou que com o último episódio da alíquota geral do ICM com relação às importações provavelmente haveria queda significativa na receita a partir de 1º de janeiro de 2013 e, por consequência daquela situação, haveria uma compensação do governo Federal, alguma coisa em financiamento, sendo parte daqueles recursos a fundo perdido. Disse, ainda, que era preciso estar consciente de que os aproximadamente R\$ 6 bilhões de investimento que viriam ao Estado de Santa Catarina para todas as áreas deveriam ser aplicados da melhor forma, aproveitando os recursos para potencializar as ações a fim de que aqueles recursos não se esviassem nos rincões de Santa Catarina sem que haja uma ação eficaz que vá ao encontro da sociedade catarinense. Ante o exposto, falou que das doze prioridades elencadas



para cada região, iriam, dentro do PPA, escolher três prioridades, e que, por consequência daqueles recursos, acreditava que teriam o sinal verde do Governador para as obras serem efetivadas, executadas a partir do próximo ano. Ato contínuo, informou que estava abrindo o debate com a sociedade, com as entidades organizadas, com as lideranças, com os Prefeitos, com os Vereadores e com todo o segmento da sociedade para que escolhessem as três prioridades. Por fim, registrou a presença do Deputado José Milton Scheffer; do senhor Salésio Lima, Vereador de Criciúma; e do senhor Márcio Búrigo, Vice-Prefeito de Criciúma. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Clésio Salvaro, Prefeito de Criciúma**, que cumprimentou todas as autoridades e todos os presentes e disse estar honrado por receber todos em Criciúma, no São Ouro Negro da Prefeitura. Disse que já teve a oportunidade de ser Deputado Estadual por três vezes e sabia que as discussões nas regiões eram importantes, complementando que quando o Município recebia boa parte dos funcionários da Assembleia Legislativa, que eram competentes e prestativos, os quais se deslocavam por todo o Estado sentindo a angústia de todos. Continuando, afirmou que muitas conquistas se deram por conta das discussões do Orçamento Regionalizado, como o anel do contorno viário, que estava em processo de licitação; a via rápida, que ligava Criciúma com a BR-101; e a barragem do Rio São Bento, acrescentando a importância da presença dos Deputados na região. Indo além, falou que achava importante, dentre as prioridades, a barragem do Rio do Salto, o término do contorno do anel viário e as questões relacionadas à saúde pública da região. Ante o exposto, disse que não tinha um hospital público regional que atendesse de forma satisfatória o cidadão do sul de Santa Catarina, acrescentando que tinha um hospital público em Araranguá, mas não atendia a média e a alta complexidade, que estava ocorrendo o que já acontecia há 10 anos, 20 anos, a “ambulancioterapia”, e que houve poucos avanços na área da saúde. Indo além, afirmou que o Município de Criciúma comportava um hospital público regional e que não era possível um cidadão que pagava IPTU ver os recursos serem utilizados para manter um hospital público, que era dever do Estado e da União. Observou que todas as pessoas que viviam diretamente com aquele problema em seus Municípios sabiam que era necessário investir mais na saúde, principalmente na média e na alta complexidade. Prosseguindo, falou que o Município de Criciúma era uma cidade polo de referência, e crescia rapidamente, e com o crescimento aumentavam os problemas relacionados às drogas. Dizendo que naquela audiência havia várias faixas solicitando recursos para construção de uma clínica de recuperação para dependentes químicos, afirmou que a reivindicação era justa e nem os guardas impediriam a entrada de drogas na região. Em seguida, revelou que o filho de 21 anos de um primo seu começou a roubar dentro de casa a partir dos 12 anos, e que os pais fizeram tudo para tentar recuperar o garoto, venderam terreno e carro, mas não teve jeito; que depois de ter roubado tudo que tinham em casa começou a roubar os vizinhos e os parentes, até ser preso, num ciclo vicioso de roubo e prisão, até que um dia, depois de o rapaz ser solto ele roubou uma picanha para trocar por duas pedras de *crack* e ao atravessar a avenida Centenário foi morto. Afirmando que aquela era a realidade de muitas famílias da região, disse que o Estado precisava entender que impedir a chegada das drogas era questão de saúde pública e segurança pública. Encerrando, acrescentou que a reivindicação da comunidade de Urussanga, do Hospital Nossa Senhora da Conceição, merecia o apoio a favor. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, agradeceu a presença da equipe do Município de Urussanga que estava naquela audiência reivindicando a construção do Centro de Recuperação Wernon Jhonson. Disse que aquela era uma demanda reprimida e crescente que estava assolando todas as famílias, independentemente da classe social, intelectual ou religiosa, e que os Poderes constituídos precisavam enfrentar aquela situação. Na sequência, concedeu a palavra ao **senhor Deputado Manoel Mota**, que saudou todas as autoridades e todos os presentes. Falando que pela primeira vez os Deputados estavam atuando na mesma linha, afirmou que tinha seis mandatos no Parlamento catarinense e que por muito tempo faziam de conta que levavam os pleitos, mas as emendas não saíam e nada era resolvido. Porém, observou que os pleitos da audiência pública regionalizada começaram a ter valor e a ir para o Orçamento, complementando que estavam vivendo um novo momento importante para a sociedade que lutava por seus pleitos, a qual sabia que nem tudo aconteceria, mas as prioridades iriam para o Orçamento. Continuando, informou que a região da Amrec já tinha vários pleitos importantes e que já estavam definidos, como a ligação da rodovia rápida e o anel viário. Disse que a região estava contemplada no Orçamento de 2011 e que se as prioridades continuassem poderia haver bons encaminhamentos, como a pavimentação da ligação do acesso sul, no Balneário Arroio Silva. Em seguida, mencionou ser a questão do hospital regional do Município de Araranguá um compromisso de governo para entrar nas prioridades, repetindo que já era compromisso de governo. Disse, ainda, que a construção da Interpraías entre Passos de Torres e Laguna era fundamental porque mostraria o potencial turístico de Santa Catarina e geraria muitos investimentos e renda, sugerindo que a Interpraías fosse eleita como prioridade número um. Acrescentou que quando estava em Passos de Torres, brincou que ouviu uma voz rouca, que vinha de cima, dizendo que o Raimundo Colombo iria ficar no governo até 2018 e que era para ele pedir a construção da Interpraías porque o Governador teria tempo de realizá-la. Dito isso, informou que a Barragem do Rio do Salto era fundamental e estava contemplada, que a 285 era federal, que a Serra da Rocinha seria licitada e que só faltavam 25 quilômetros para ligar o Brasil ao Uruguai. Finalizou afirmando que a comissão prestava serviços relevantes e que o projeto, sendo bom, era de todos, e dizendo que era preciso priorizar o que era fundamental para desenvolver a região. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual**



Valmir Comin, registrou a presença do senhor Arlei Matos, coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, e do senhor Hélio Luiz Bunn, Prefeito de Lauro Muller. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Dóia Guglielmi**, que desejou um bom dia a todos e cumprimentou-lhes. Iniciou parabenizando o padre Jiovani Monique Barreto e a equipe que tinha vindo de Urussanga porque estavam organizados por sentirem necessidade da construção do Centro de Recuperação, complementando que só se deparavam com o problema quando estava na família, e informou que quando o Prefeito Clésio Salvaro era Deputado lutou para que a Polícia Federal fosse instalada em Criciúma a fim de combater as drogas, a qual estava fazendo um ótimo trabalho. Dizendo que a saúde deveria ser vocacionada para uma finalidade, além de fazer o atendimento geral, falou que ele e os outros Deputados iriam fazer com que, dentro das 12 prioridades, ficassem com aquela que dizia respeito ao centro de recuperação porque era uma necessidade regional, acrescentando que os hospitais deveriam ter aquele entendimento. Prosseguindo, destacou que a maior dificuldade do sul, não diferentemente de outras regiões, estava na mobilidade urbana, como a construção de grandes rodovias, o anel do contorno viário, que era fundamental para tirar os gargalos que estavam dentro das cidades; a SC- 444, a qual já teve 244 acidentes com 8 mortes, que era a segunda rodovia mais movimentada do Estado, acrescentando que mesmo que a via rápida fosse construída o fluxo continuaria; a SC-442, de Forquilha a Maracajá, e outras que seriam elencadas. Dito isso, observou que não poderiam estar naquela audiência apenas criando expectativa, fazendo com que a sociedade pensasse que era possível, e não trazer os recursos para que as obras fossem executadas, acrescentando que era preciso trabalhar com responsabilidade e fazer com que o governo do Estado descentralizasse os recursos e a região fosse contemplada. Em seguida, disse que iria escutar as prioridades dos Municípios e da região e lutar para que no próximo ano fosse possível realizá-las. Encerrou informando que apenas 50% das prioridades elencadas em 2011 tiveram o pontapé inicial e que as demais ainda estavam para acontecer, principalmente na área social, o que era muito importante para a região. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, registrou a presença do Deputado José Nei Ascari e, ato contínuo, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual José Milton Scheffer**, que desejou boa-tarde aos presentes e cumprimentou todas as autoridades já nominadas e a plenária. Disse que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina tinha criado aquele espaço para ouvir as prioridades de cada região a fim de depois colocá-las no Orçamento do Estado, complementando que a presença da comunidade naquela audiência era importante porque estava exercendo a cidadania naquilo que era mais importante, a Peça Orçamentária, a bíblia dos investimentos públicos. Também disse que todas as prioridades já foram citadas, as que tinham sido elencadas e as que precisavam entrar também, observando que o sul do Estado precisava de força política e de ação política para transformar as idéias, os projetos, o sonho da população em realidade. Ante o exposto, afirmou que aquilo só seria possível com a união, o trabalho, o planejamento e a determinação de todos, acrescentando que aquilo passava pelo Orçamento, mas também precisava de acompanhamento para que saísse do papel e tornasse realidade. Ressaltando a necessidade de se pensar no Orçamento, falou que havia obras que estavam anos em debate, como a Barragem do Timbé do Sul. Em seguida, afirmou que duas ações mexiam com os habitantes das duas regiões, quais sejam, a questão da área social e da área da saúde, e que era preciso mexer no sistema da saúde e ampliar o atendimento dos hospitais. Parabenizando o Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Urussanga, pela campanha que estava fazendo, a qual merecia aplausos porque a droga estava em todos os lugares e era o problema mais grave que iriam enfrentar, disse que estavam irmanados naquela reivindicação, pois atendia as pessoas tanto na questão social como na vida das famílias. Comentando que era preciso ampliar os hospitais de Criciúma, pediu ajuda do Município de Criciúma para que o Hospital de Araranguá fosse transformado em hospital regional, o que não saía do papel, pois, mesmo tendo estrutura de primeiro Mundo, não conseguia prestar os serviços e estava mandando os pacientes daquele hospital para os hospitais de Criciúma. Finalizando, sugeriu que fossem incluídos como prioridade, além de todas as que já foram citadas, os investimentos na reforma e na implantação de uma policlínica dentro do Hospital, com atendimento de média complexidade, ressaltando que não precisavam de obras no hospital e sim de equipamentos e de médicos. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra ao **senhor Deputado Estadual José Nei Ascari**, que cumprimentou todas as autoridades e todos os presentes. Destacando o momento de unidade da classe política, empresarial, das lideranças comunitárias, da imprensa e da sociedade, disse que a unidade era regional e havia a necessidade de pensar a região como um todo porque assim conseguiriam alcançar os objetivos e buscar os investimentos necessários para a região, acrescentando que era naquele contexto que estavam reunidos para realizar outro debate a cerca das prioridades. Ao final, disse que era importante ouvir as manifestações das lideranças presentes, que tinham noção das prioridades regionais, mas que aquele era o momento e o espaço para as comunidades fazerem as suas manifestações e eles, os Deputados, garantirem no Orçamento do Estado para 2013 os investimentos que a região tanto precisava e carecia. Ato contínuo, foi concedida a palavra ao **senhor José Frigo, Prefeito de Nova Veneza**, que, inicialmente, cumprimentou todos os presentes. Disse que estava feliz em participar daquela audiência porque seriam tomadas grandes decisões, pois estava presente um grande número de representações para defender os interesses da região, acrescentando que os Prefeitos da Amrec estavam presentes e cada um tinha a reivindicação do seu Município, e sabiam que não haveria possibilidade de todas as reivindicações serem atendidas. Ante o exposto, disse que os Prefeitos teriam bom-senso em defender



aquilo que era mais prioridade para a região, acrescentando que o Prefeito Clésio Salvaro havia falado muito bem sobre a questão da barragem do Rio São Bento, a qual garantiu na última estiagem água potável nas residências em todos os Municípios que atendia e aos agricultores que dependiam da água para o plantio, especialmente do arroz. Dito isso, afirmou que estariam juntos, acrescentando que se todos se unissem teriam mais força para trazer os recursos para o sul do Estado. Concluindo, convidou a todos para irem a Nova Veneza participar da oitava gastronomia italiana, nos dias 15, 16 e 17 de junho do corrente ano. Na sequência, foi passada a palavra ao **senhor Ovalcir Bez Fontana, Presidente da ACIC de Criciúma**, que desejou bom-dia a todos e disse que considerava a região sul uma pequena aldeia que ficava na frente do mar e nas costas da serra e que as obras e os interesses da aldeia eram comuns. Complementou falando que aquilo que o Município conquistasse serviria aos demais Municípios, a exemplo do aeroporto regional, que iria beneficiar desde o Município de Torres até Florianópolis, Bom Jardim e Lages, acrescentando que era preciso construir obras que beneficiassem a região e que os Municípios se abraçassem na mesma causa. Afirmando que o mundo estava globalizado e com a distância diminuída, disse que as obras não poderiam ser feitas apenas para um Município, e sim servir uma grande região, como a via rápida, iniciada em 2006, que estava com a licitação em curso e beneficiaria todos os Municípios da região, Urussanga, Morro da Fumaça, Siderópolis, Treviso, Nova Veneza, e outros Municípios que giravam em torno de Criciúma, os quais usariam a via rápida para acessar a BR-101, assim como o anel viário também serviria a todos os Municípios. Ante o exposto, disse que aquelas obras eram importantes para o sul de Santa Catarina e não era admissível ter que ir a Porto Alegre e a Florianópolis para pegar um avião, acrescentando que o sul precisava se unir para que o aeroporto fosse concluído, afirmando que a Associação Empresarial de Criciúma tem lutado e defendido aquelas obras. A seguir, avaliou que era preciso incluir outras obras importantes para o sul e que deveria ser realizado um grande movimento no sul para ampliar as obras importantes e necessárias a fim de que o sul chegasse perto do norte do Estado. Indo além, afirmou que a Interpraías era necessária, que o projeto estava pronto e era uma obra antiga e que os recursos estavam alinhados. Ao final, parabenizou o pessoal de Urussanga pela mobilização em torno de uma causa. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Luiz Fernando Cardoso, Vampiro, em nome do governo do Estado**, que cumprimentou todas as autoridades e todos os presentes e lembrou-se da reunião de 2011, a qual teve três vieses, a infraestrutura, a saúde e a ação social. Complementando, disse que na área da saúde havia uma rubrica do governo do Estado de Santa Catarina de R\$ 1.4 milhão para o exercício de 2012, mas foram investidos mais de R\$ 12 milhões na saúde na região, acrescentando que era óbvio que precisava ampliar os espaços. Disse, ainda, que poderia falar com os Prefeitos; que poderia falar dos R\$ 3 milhões do Hospital São José para as dez salas de cirurgias novas, do convênio de R\$ 250 mil mensal para a manutenção do Hospital Santa Catarina, dos R\$ 200 mil para a lavanderia do Hospital Nossa Senhora da Conceição, e assim por diante. Em seguida, afirmou que ainda era preciso ampliar os serviços, e estavam fazendo, pois estavam colocando mais de R\$ 3 milhões numa obra importante para toda região que era o centro de policlínica dentro Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina. Indo além, ressaltou que faltou realizar algumas ações, como a de dependente químico, a qual não houve uma nomenclatura específica, mas que agora, através da união de Urussanga, houve a determinação clara e concreta da construção do Centro de Recuperação Wernon Jhonson, falando que era daquela forma que entendia que a audiência pública deveria ser realizada, que deveria ser nominado o que se iria fazer e não deixar de maneira genérica, pois não prosperaria. Informou que poderia falar da infraestrutura, outra ação, no valor de R\$ 108 milhões, que teve o edital lançado da via rápida graças ao Governador Raimundo Colombo, falando que os Parlamentares estavam presentes naquela audiência; que também poderia falar do contorno do anel viário, que estava na terceira etapa, no valor de R\$ 36 milhões, dinheiro exclusivo do governo do Estado através do Fundo Social; e que poderia falar de Orleans, Pedras Grandes e assim sucessivamente. Acrescentou que não poderiam deixar a ligação de Siderópolis a Nova Veneza descoberta; a estação Cocal do Sul, descoberta; e Forquilha, que estava na pauta de Araranguá e Maracajá, descoberta, sem ligação com a BR-101. Ante o exposto, disse que aqueles eram os anseios e as vontades que deveriam trabalhar, e que entendia que iriam prosperar. Dito isso, agradeceu aos Deputados que estavam na audiência e ao senhor Altair Guidi por estar presente naquelas ações para buscar melhorias na qualidade de vida do povo e na infraestrutura. Em seguida, ressaltou que um viés não estava entrando com relação às festas da região, pois não havia qualquer rubrica para a área do *trade* turístico da região, acrescentando que era preciso integrar a região com o *trade* turístico e gerar recursos e receitas para os Municípios. Finalizou parabenizando os Deputados Estaduais e os Secretários Regionais pelo trabalho desenvolvido. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, registrou a presença do senhor Sandro Roberto Maciel, Vice-Prefeito de Araranguá. A seguir, corroborou com as palavras do senhor Ovalcir, Presidente da Associação Comercial de Criciúma. Comentando que há 20 anos Criciúma representava a quarta economia no Estado e passou para a décima primeira devido à falta de infraestrutura, que atraía os investidores. Dito isso, falou que, se o Município ainda fosse a quarta economia, o comércio e as indústrias estariam pujantes, complementando que era preciso ter unidade na classe política estadual, municipal e federal. Disse que com o investimento de R\$ 6 bilhões a capacidade de investimentos do Estado estava em 4%, mas que os presentes tinham que ter a responsabilidade de elencar as obras prioritárias para o desenvolvimento da região. Ato contínuo, desfez a mesa dos trabalhos e



concedeu a palavra ao **senhor Antônio Carlos Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Regionalizado**, que desejou bom-dia a todos. Informou que em 2011 a situação tinha sido diferente porque discutiram o Plano Plurianual (PPA), que todo governo elaborava para quatro anos, valendo para o exercício de 2012 a 2015. Indo além, disse que tudo aquilo que foi colocado como as doze prioridades os Deputados e o governo do Estado incluíram no PPA, acrescentando que o compromisso deles era que, das doze demandas, três prioridades fossem colocadas no Orçamento para 2012. Diante do exposto, disse que os Deputados conseguiram colocar seis de cada Regional e que a metade da demanda estava no Orçamento de 2012. A seguir, afirmou que estavam reunidos naquela audiência para conversar sobre o Orçamento de 2013, porque tinham três peças orçamentárias do governo observadas nas Constituições Federal e Estadual, quais sejam, o PPA, que valia para quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que valia para o ano seguinte e que dava as diretrizes orçamentárias; e a Lei Orçamentária, que sempre era aprovada num exercício e vigorava no exercício seguinte. Ante o exposto, disse que aquela reunião era para saber das Regionais quais seriam das doze demandas, que foram escolhidas no ano passado, e as três prioridades que deveriam ser colocadas no Orçamento de 2013. Dito isso, sugeriu que, como havia falado que das doze demandas seis já estavam no Orçamento de 2012, as seis que estavam previstas para o Orçamento de 2012 não entrassem para o Orçamento de 2013, porque considerava que as seis permaneceriam, ou seriam realizadas ou teriam a continuidade em 2013, destacando que era preciso indicar as demandas que não estavam no Orçamento e que observassem as três prioridades que seriam escolhidas, das seis que estava restando. Ressaltando que a comunidade poderia dizer que tinham outras que não estavam nas doze demandas do PPA, informou que eles poderiam registrar as demandas, mas os Deputados só poderiam incluí-las se houvesse mudança no PPA e aquilo poderia ser feito somente através de um projeto do Executivo. Comunicando que em 2011 houve muitas demandas que não tiveram endereço, como a construção de uma clínica de reabilitação para dependentes químicos, informou que agora poderia ser identificada a localização, se assim entendessem necessário, e acrescentou que o governo não tinha identificado, mas como a demanda estava no PPA poderia ser identificada à localidade. Prosseguindo, disse que a presença de todos era importante pois nem tudo que havia sido decidido era realizado, porque faltava dinheiro e disposição governamental, mas afirmou que aquilo que não estivesse registrado não ocorreria. Novamente, informou que deveriam ser escolhidas entre as doze, menos as seis que já estavam no Orçamento, três prioridades que achassem importante incluir no Orçamento de 2013. Ato contínuo, organizou os grupos de trabalho por SDR para que se reunissem com os técnicos da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado. *(Os grupos de trabalho reuniram-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, retomou a palavra e anunciou os conselheiros titulares e suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: **da Regional de Criciúma**, titular, Prefeito de Lauro Müller Hélio Bunn, e, suplente, Ari Arlei Esteves de Matos. Em seguida, o **senhor Luiz Fernando Cardoso – Vampiro –**, **relator**, fez a leitura das três prioridades elencadas pela **SDR de Criciúma**: 1) 012188 - manutenção do Hospital Materno Infantil Santa Catarina – SDR - Criciúma; 2) 012184 - - manutenção de clínica de reabilitação para dependentes químicos – SDR - Criciúma; 3) – 012308, construção de clínica de reabilitação para dependentes químicos – SDR - Criciúma. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, anunciou como conselheiro titular Dirlei José Bernardo e como suplente Evandro Pereira Peck, para o Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelo grupo de trabalho **da Regional de Araranguá**. Na sequência, o **Secretário Eriberto Schmidt, relator**, leu as três prioridades da SDR de Araranguá: 1) 012183 – pavimentação, terraplanagem/OES supervisão do acesso sul a Arroio da Silva; 2) 000852 – pavimentação da SC-180, trecho Jacinto Machado/Praia Grande; 3) 012294 – ampliação e reforma das unidades hospitalares - SDR - Araranguá. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, parabenizou os presentes pela reunião e agradeceu aos funcionários da Assembleia Legislativa pelo serviço prestado e a todos que participaram daquela audiência. Informando que a abertura do debate tinha dado credibilidade ao Orçamento, disse que fariam todo o acompanhamento para que aquilo que não conseguiriam ao longo do ano fosse conseguido no próximo ano, iniciando o procedimento do que tinha sido elencado como prioridade. Nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt]*
[Leiturista: Denise V. Silva]

DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN
PRESIDENTE



12ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

TUBARÃO

REGIONAIS -Braço do Norte, Laguna e TUBARÃO

DATA: 11/06/12

Horário: 18:30h – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório do Salão Nobre - UNISUL

Total de participantes: 86





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **TUBARÃO**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012321	Construção de ponte ligando Capivari de Baixo/Tubarão
N Ordem:	
Prior.PPA 02	

Obs:

012173	Pavimentação e estadualização estrada ligando Morro Grande /Sangão a Praia de Campo Bom - Jaguaruna
N Ordem:	
Prior.PPA 06	

Obs:

012111	Aeroporto Terraplanagem/Pavimentação Trecho de Jaguaruna a Sede do Município - SDR - Tubarão.
N Ordem:	
Prior.PPA 11	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **DIONISIO BRESSAN LEMOS**
Função Vereador / Tubarão
Cidade Tubarão

Suplente **IVECIO PEDRO FELISBINO**
Função Gerente de Planejamento - SDR - Tubarão
Cidade Jaguaruna

Data_Aud_Públ.: **11-jun-12**

N_Participantes: **45**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **TUBARÃO**

Municípios: Tubarão, Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão e Treze de Maio.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Ribeiro Lima	
02	Angelo Binimbo	
03	Edete Salsolo	
04	Dionísio Bressu Lenus	
05	Albertina Felício	
06	Rute Michels Meneghel	
07	Bruno Dal Pont	
08	Paulo Ricardo Cardoni	
09	Borcia Billecourt da Rosa Martins	
10	Cristina J. Bodin	
11	Rosimari R de Oliveira	
12	Luiz Ed. Salsolo	
13	Claudemir J. Rosz	
14	Arno Paulo Mozo	
15	Moaci de Oliveira	
16	Miz Ramos Borja	
17	Olcio Sora Goret	
18	Paulo Costa da Costa	
19	Silvestre W. Vaz	
20	Adriano Dias	
21	Rafael Elixio Luz	
22	Camilo Botelho	
23	Camilo Costa	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDENCIA PUBLICA – 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: TUBARÃO

24	Pedro Souza	
25	CLAUDEMIR SOUZA DOS SANTOS	
26	HARIBERTO O. SILVA	
27	Nezio Pedro Ferrisinho	
28	J. Cristina S. Muniz	Graciele Educar
29	Paulo R. B. GOTEHL	
30	André Cris de Araújo	
31	Amanda Meyer	
32	Louyana Nuncio	
33	GERARDO DE SOUSA CARVALHO	
34	Carlos José Otis Louze	
35	Albina D. Vicente	
36	Manuella Winberg	
37	Julio Cancellari	
38	Aline Weneh	
39	Jaqueline T. Medeiros	
40	Jaime de Souza Guimarães	
41	Mylene Selgado	
42	Roberto N. N. S.	
43	Aldinei João Patebedu	
44	Carolina S. V. Santos	
45	Reasilva Gomes Ribeiro	
46		
47		
48		
49		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **BRAÇO DO NORTE**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012101	Expansão da UDESC para o município de Braço do Norte
N Ordem: 01	
Prior.PPA 08	

Obs:

001073	Pavimentação da SC-108, trecho Santa Rosa de Lima - Anitápolis
N Ordem: 02	
Prior.PPA 10	

Obs:

001082	Pavimentação da SC-431, trecho São Martinho - São Bonifácio
N Ordem: 03	
Prior.PPA 12	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular JAIME WENSING
Função Prefeito Municipal
Cidade Armazém

Suplente MARIA CELIR TENFEN
Função Diretora Geral Hospital Santa Terezinha
Cidade Braço do Norte

Data_Aud_Públ.: **11-jun-12**

N_Participantes: **29**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **BRAÇO DO NORTE**

Municípios: Braço do Norte, Armazém, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	EVANI LUIZ	
02	Valdir F. Bernardes	
03	Rosane Albertou Cunha	Rosane Cunha
04	Romulo tubi	
05	EDVAN DELLA GIUSTINA	
06	Rejane Jordant Vieira	
07	Rosana F. Torres da Silva	
08	Sermanda Kilman	
09	Francine J. Queirozmann	
10	TERCIO KASTEN	
11	TALLSON R. CORRÊA	
12	Wahid Rickem	Wahid Rickem
13	Maria Belir Tenfere	
14	Samir Paes Barbosa	Samir Barbosa
15	Marcia de m. S. Baumg	
16	Ros. mai R. de Oliveira	
17	ALAN SILVA	
18	Andreia da S. g. madeira	
19	José Luiz Madena	
20	Gelson W. PADEIRA	
21	Rob. Nei A. Nican	
22	Evansia Neres	
23	JORDÃO W. SANTANA	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **BRAÇO DO NORTE**

24		
25	Paul Wilson Moreira.	
26	Diogo R. Santos	
27	Guilherme Dauchec Neto	
28	Deonek Back Hoff.	
29	Jefferson Mendonça	
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		



DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **LAGUNA**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

009156	Pavimentação do trecho Paulo Lopes - Garopaba, via Siriú / Macacu (1)
N Ordem: 01	
Prior.PPA 03	

Obs:

000344	Pavimentação da SC-437/432, trecho BR-101 - Pescaria Brava - Imaruí
N Ordem: 02	
Prior.PPA 09	

Obs:

012088	Construção de arena multiuso para Imbituba - SDR - Laguna
N Ordem: 03	
Prior.PPA 10	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular LUIZ FELIPE REMOR
Função Sociedade Civil
Cidade Laguna

Suplente RHOMENING SOUZA RODRIGUES
Função Gerente de Turismo, Cultura e Esporte
Cidade Laguna

Data_Aud_Públ.: **11-jun-12**

N_Participantes: **12**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: **LAGUNA**

Municípios: Laguna, Garopaba, Imaruí, Imbituba e Paulo Lopes.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Realdia do N. V. Leandro	
02	Carle Paulo Ruy	
03	Valione Bunn Silva	
04	Phoamenim Souza Rodrigues	
05	ADILSON SILVESTRE	
06	Luiz Frazuana Santiago Lopes	
07	Antonio Luis	
08		
09	TERCIO KASTEN	
10	Rosimari R. de Oliveira	
11	Imbituba	
12	CELO ANTONIO	
13	PATRICK NUNES ANTONIO	
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE TUBARÃO, LAGUNA E BRAÇO DO NORTE, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO EM 11 DE JUNHO DE 2012, ÀS 18H30MIN

Aos onze dias do mês de junho de 2012, às 18h30min, no auditório da Unisul, no Município de Tubarão, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Tubarão, Laguna e Braço do Norte, e a sociedade civil organizada, com o objetivo de definir as três prioridades de cada Regional para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Deputado Estadual Gelson Merisio, Presidente da Alesc, e o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima segunda audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Em seguida, chamou para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; o Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; o Deputado Estadual Joares Ponticelli; Deputado Estadual Dóia Guglielmi; o senhor Haroldo de Oliveira Silva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão; o senhor Gelson Luiz Padilha, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte; o senhor Antônio dos Santos, Secretário interino de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna; e o senhor Jaime Wensing, Prefeito do Município de Armazém, representando os demais Prefeitos da região. Após a composição da mesa, registrou a presença dos Vereadores Evani Lole e Jailson da Rosa Correa, do Município de Armazém; do Vereador Dionísio Bressan Lemos, representando o Vereador João Batista de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Tubarão; da Vereadora Márcia Boeing, do Município de Armazém; dos senhores Claudenir da Rosa e Paulo Ricardo Cardoso, representando o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; do senhor João Pedro Machado, Vice-Prefeito do Município de Armazém; do senhor Luiz Fernando Schiefler Lopes, Vice-Prefeito do Município de Laguna; do Deputado Estadual José Nei Ascari; do senhor Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado de Santa Catarina; do senhor Ari Arlei, coordenador da Regional Sul da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); da senhora Cristina Rodrigues, gerente de elaboração do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; da senhora Rose-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Fabiano Dias, Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Voluntários de Jaguaruna; e do senhor André Correa de Araujo, 2º Tenente do Corpo de Bombeiros de Tubarão, representando o Tenente-Coronel Pedro Antônio da Silveira. Feito o registro, a mestre de cerimônias passou a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc**, que iniciou a reunião saudando os presentes e teceu comentário sobre as audiências públicas do Orçamento acontecidas anteriormente. A seguir, lembrou da responsabilidade de todos os envolvidos no processo por consequência da redução da alíquota do ICMS de importação a partir de 1º de janeiro de 2013, quando haveria um decréscimo na receita. Complementou que em função daquela situação deveria haver uma compensação por parte do Governo Federal, algum percentual a fundo perdido, mas que a grande maioria daqueles recursos, mais de 90%, seria em forma de financiamento em médio e em longo prazo, o que caracterizava um aporte de aproximadamente R\$ 6 bilhões para investimento em todas as áreas do governo do Estado, sendo que a capacidade de investimento do Estado era pequena, em torno de 3% a 4%. Indo além, adiantou que o valor a que havia se referido representava praticamente quatro receitas líquidas do Estado em investimento. Por fim, frisou a importância da participação da sociedade, das entidades de classe, dos Prefeitos e dos Vereadores à reunião para elencar as prioridades da região Sul do Estado. Na sequência, passou a palavra ao **Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc**, que cumprimentou os presentes e disse que os Deputados tinham um só objetivo na presente audiência pública, qual seja, passar por cima de todos os obstáculos e



trabalhar em conjunto pela região. Em seguida, afirmou que o porto de Imbituba, o aeroporto regional de Jaguaruna, que finalmente seria inaugurado em agosto, e a BR-101 eram o tripé para o desenvolvimento da região. Ato contínuo, informou aos presentes que, juntamente com outros Parlamentares, tinha visitado a Itália e a China com o intuito de trazer uma das maiores metalúrgicas para Tubarão, o que lamentavelmente não tinha acontecido, mas pelo menos tinham conseguido fazer com que ela ficasse em Imbituba, não em São Paulo, como pretendido. Ainda sobre o assunto, disse que futuramente viriam mais três grandes empresas para o Brasil, esperando que, aí sim, Tubarão fosse contemplado. Ao encerrar, avaliou ser até mais importante que a BR-101 a Interpraias, a Rodovia 100, posto que transformaria a região sul no grande pólo turístico de Santa Catarina, momento em que apelou para que a Interpraias entrasse como prioridade. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, registrou a presença do senhor Adilson Silvestre, presidente da Associação Empresarial de Imbituba, e passou a palavra ao **Deputado Estadual Dóia Guglielmi**, que, iniciando, cumprimentou todos os presentes. A seguir, registrou ter acabado de receber da representante do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, pedido para que analisasse com carinho o projeto de ampliação do referido hospital, na ordem de R\$ 5 milhões, momento em que declarou que tal pleito certamente seria acolhido pelos oito Parlamentares do sul de Santa Catarina. Prosseguindo, disse que o Governo do Estado, através do trabalho dos Parlamentares, vinha cumprido religiosamente aquilo que tinha sido determinado em 2011 com relação às três primeiras prioridades, as quais já estavam bem adiantadas. Voltando-se ao Deputado Manoel Mota, declarou que concordava com as suas declarações acerca da Interpraias, visto que em termos de obras o sul do Estado estava aquém do norte, região que havia crescido muito. Dito isso, expôs que em 2011 praticamente 40% do Orçamento das três regiões tinha ficado na área social. Lembrando o movimento nacional contra as drogas, apelou para que fosse inserida como prioridade a criação de centros de recuperação de drogados. Finalizou declarando que os oito Deputados do sul do Estado representavam 20% do Parlamento catarinense, analisou que não haveria dificuldade para fazer com que os recursos fossem descentralizados, trazendo assim mais conforto e tranquilidade para o cidadão. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, registrou a presença do senhor Pedro de Souza, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão, e do senhor Vereador João Jordão Walter Santana, Presidente da Câmara Municipal de Braço do Norte. Ato contínuo, passou a palavra ao **Deputado Estadual José Nei Ascari**, que cumprimentou os presentes e advertiu que garantir a inclusão da prioridade regional não assegurava a sua materialização, mas certamente seria a primeira condição para que a proposta saísse do papel. Disse que para serem concretizadas muitas prioridades necessitavam ser reafirmadas, por isso a importância do trabalho conjunto. Dito isso, analisou ter acontecido uma evolução muito grande em termos de unidade não apenas na classe política, mas também na classe empresarial, nas lideranças comunitárias e na imprensa, que estavam cumprindo bem o seu papel de caminhar lado a lado com a comunidade. Ao final, complementou dizendo que tinham sido rompidas barreiras importantes, inclusive territoriais, falando-se atualmente no sul do Estado e não em determinado Município. Por sua vez, o **Deputado Estadual Joares Ponticelli** saudou os presentes e destacou as parcerias com o governo federal. Declarou que a Presidenta Dilma vinha se mostrando sensível aos pleitos de Santa Catarina, a ponto de o Governador ter anunciado um PAC estadual para abrigar e coordenar o conjunto de recursos que o Estado estava prestes a receber, na ordem de R\$ 6 bilhões, entre recursos a fundo perdido e financiamentos, os quais permitiriam um investimento substancial. Acrescentou que tal fato representava a capacidade de investimentos de seis anos consecutivos, já que atualmente a capacidade era na ordem de R\$ 1 bilhão. Citando a Resolução nº 72, ponderou que aquela guerra fiscal precisava acabar; que era preciso brigar para que houvesse uma reforma tributária, mais justiça na distribuição da renda, posto que quase 70% estavam nas mãos do governo central, o que vinha ocorrendo desde a Constituição de 1988. Prosseguindo, considerou o momento extremamente perigoso em virtude da grande concentração da receita em Brasília, observando que a carga de responsabilidade era cada vez maior para Estados e Municípios e que não estava acontecendo nenhuma ação no sentido de se reverter o quadro, exemplificando a questão da saúde, mais precisamente dos hospitais. Indo além, afirmou que a maioria dos Prefeitos investia muito mais de 15%, que era a obrigação constitucional, assim como os governos estaduais, que investiam mais que 12%, enquanto a União não chegava nem aos 10% previstos. Continuando, declarou que o Governador tinha dito que era preciso saber definir as prioridades verdadeiras, reconhecendo que existiam ações em andamento no Estado que não eram tão prioritárias assim, o que acabava comprometendo os poucos recursos disponíveis. A seguir, disse que outro momento importante que se avizinhava, conforme sinalização clara da Presidenta ao Governador Raimundo Colombo, era a necessidade da revisão da dívida dos Estados, a qual corroía a capacidade de investimento, posto que em 2011 Santa Catarina investiu R\$ 1 bilhão e tinha ficado retido na fonte R\$ 1,5 bilhão para o pagamento de uma dívida que só crescia, que era de R\$ 4 bilhões em 1998, da qual haviam quitado R\$ 7 bilhões e estavam devendo R\$ 10 bilhões. Declarou que era preciso fazer um esforço para permitir que aquilo que seria eleito no presente momento pudesse ser executado e, paralelo àquilo, ainda pudessem empreender esforços para transformar as emendas em impositivas. Insistindo naquele assunto, informou que havia uma proposta de emenda à Constituição para transformar pelo menos 3% em impositivos, dizendo que o ideal seria que se construísse o orçamento impositivo para todos os entes – Municípios, Estados e União. Encerrou cumprimentando as lideranças da comunidade presentes à audiência pública, observando que



em outras oportunidades o número era restrito. Ato contínuo, a palavra foi passada ao **senhor Gelson Luiz Padilha, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte**, que saudou os presentes e falou que pelo menos nos últimos cinco anos sociedade, Prefeitos, Vereadores e lideranças debatiam exaustivamente as prioridades da região, concluindo que estavam no caminho certo, visto o número de pessoas presentes à reunião. E também falou que das três prioridades levantadas no ano anterior na sua Regional duas já estavam em andamento, bem como outras que não estavam entre aquelas prioridades, como as câmeras de videomonitoramento em Braço do Norte e em São Ludgero. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, registrou a presença do senhor Célio Antônio, Prefeito de Laguna e Presidente da Amurel, e passou a palavra ao **senhor Antônio dos Santos, Secretário Interino de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna**, que cumprimentou todos e disse que no momento em que os recursos para investimentos eram escassos era preciso saber definir as prioridades para a região. A seguir, afirmou que a sua Regional tinha prioridades e necessidades, estando algumas em andamento, como a SC-100, no trecho entre Camacho e Barra, que em um curto espaço de tempo estaria concluída. E ainda falando que outras obras eram necessárias, disse que seria priorizado aquilo que de fato atendesse à necessidade da coletividade. Ato contínuo, foi concedida a palavra ao **senhor Haroldo de Oliveira Silva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão**, que registrou ser uma honra receber a Alesc na região e cumprimentou todos os presentes. Em seguida, mencionou a importância das audiências públicas nos últimos cinco anos, quando haviam sido captados R\$ 108 milhões. Por fim, observou a necessidade de se pensar em desenvolvimento regional e não local, posto que para isso havia as Prefeituras. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin**, informou que esteve no Rio Grande do Norte na conferência da Unale, que pela primeira vez tinha na sua presidência um Parlamentar catarinense, o Deputado Joares Ponticelli. Disse que lá tinham sido feitos grandes debates sobre a globalização, citando o cenário que ora se apresentava por consequência do *tsunami* de investimentos ocorrido na China, o qual originou a quebraadeira na Europa e até mesmo nos Estados Unidos. Indo além, citou os cinco países com oportunidades para investimentos, a África do Sul, a Índia, a China, a Rússia e o Brasil. Continuando, avaliou que sairia na frente naquele processo quem realmente investisse, desse segurança jurídica em todos os sentidos, razão pela qual um Estado como Santa Catarina precisava agir com responsabilidade no que dizia respeito à aplicação de investimentos. Ante o exposto, declarou que R\$ 6 bilhões significavam muita coisa, por isso era preciso saber escolher obras que proporcionassem qualidade de vida à comunidade. Isso posto, passou a palavra ao **senhor Antônio Carlos Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual**, que falou que em 2011 tinha ido à região para saber as reivindicações que ela desejava ver incluídas no Orçamento e no PPA. Em seguida, explicou que a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade obrigavam os Estados a fazerem o seu PPA através de audiência pública, inclusive ouvindo os Municípios. Complementou que a Alesc, através de emenda constitucional, tinha estabelecido o Orçamento Regionalizado, por meio do qual os Deputados poderiam saber o que a comunidade desejava ver incluído no PPA ou no Orçamento que o governo não tinha incluído. Ainda explicou que aos Deputados não competia fazer projeto de lei do PPA, nem da LDO, nem da LOA, acrescentando que tal competência era do Executivo, cabendo-lhes apenas apresentar emendas. Declarou que não estavam na região para discutir ou incluir novas demandas ao PPA, visto que ele tinha sido aprovado em 2011 com proposta valendo de 2012 a 2015, conforme regra prevista na Constituição. Indo além, informou que tudo que constasse do Orçamento tinha que constar do PPA, portanto, aquilo que fosse estabelecido para um ano tinha que estar estabelecido nos quatro anos. Também informou que no ano anterior tinham sido estabelecidas as doze prioridades para cada uma das regiões, Braço do Norte, Laguna e Tubarão, as quais os Deputados tinham se comprometido a incluir no PPA do Executivo, sendo que daquelas doze seriam incluídas três no Orçamento para 2012. Sobre as doze demandas de Braço do Norte, num total de R\$ 88,9 milhões, disse que além das três escolhidas o governo havia incluído mais uma. Acrescentou que o objetivo da presente audiência pública era levantar as três demandas para 2013. Prosseguindo, falou que os presentes poderiam dizer que nem todas estavam sendo realizadas, momento em que pediu que tivessem paciência, posto que o ano estava na metade e muita coisa ainda poderia acontecer, informando que o governo estava se preparando para assinar alguns contratos. Voltando-se ao Secretário da Regional, disse que os R\$ 2 milhões que estavam previstos para o Orçamento de 2012 já tinham sido alterados para R\$ 2,7 milhões. Passando às demandas de Tubarão, expôs que no ano anterior, das doze que estavam no PPA, tinham sido incluídas cinco, afirmando que nenhuma região tinha ficado com menos do que havia sido aprovado nas audiências públicas. Repetindo que o objetivo da reunião era escolher as três demandas, informou que não era possível aos Deputados assumirem o compromisso de incluir novas reivindicações no PPA, visto que só poderiam ser incluídas as que constassem do projeto do Executivo. Isso posto, registrou que legalmente não era obrigatório apresentar um novo projeto do PPA para 2013, prevalecendo o de 2012 a 2015. Por fim, ainda registrou que o papel dos Deputados era analisar a proposta do Executivo, salientando que novas demandas seriam guardadas e submetidas a eles caso o Executivo apresentasse novo projeto de lei sobre o PPA. Ato contínuo, foi desfeita a mesa dos trabalhos para que os grupos se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual. *(Os grupos de trabalho reuniram-se para escolher as ações prioritárias para cada SDR.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho, assumiu a



presidência da audiência o **Deputado Estadual Manoel Mota**, que anunciou os conselheiros titulares e suplentes, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pelos grupos de trabalho: de Braço do Norte, Jaime Wensing e Maria Celir Tenfen; de Laguna, Luiz Felipe Remor e Rhoomening Souza Rodrigues; e de Tubarão, Dionísio Bressan Lemos e Ivecio Pedro Felisbino. Em seguida, foi feita a leitura, pelos relatores de cada Regional, das prioridades elencadas para a LOA 2013. Da **Regional de Braço do Norte**, foi relator o senhor **Gelson Luiz Padilha**: 1) 012101 – expansão da Udesc para o Município de Braço do Norte; 2) 001073 – pavimentação da SC-108, trecho Santa Rosa de Lima/Anitápolis; e 3) 001082 – pavimentação da SC-431, trecho São Martinho/São Bonifácio. Da **Regional de Laguna**, foi relator o senhor **Antônio dos Santos**: 1) 009156 – pavimentação do trecho Paulo Lopes/Garopaba, via Siriú/Macacu; 2) 000344 – pavimentação da SC-437/432, trecho BR-101/Pescaria Brava/Imaruí; e 3) 012088 construção de arena multiuso para Imbituba – SDR - Laguna. Da **Regional de Tubarão**, foi relator o senhor **Haroldo de Oliveira Silva**: 1) 012321 – construção de ponte ligando Capivari de Baixo/Tubarão; 2) 012173 – pavimentação e estadualização da estrada ligando Morro Grande/Sangão a Praia de Campo Bom, Jaguaruna; e 3) 012111 – aeroporto terraplanagem/pavimentação trecho de Jaguaruna a sede do Município – SDR – Tubarão. Após o registro das prioridades elencadas pelos grupos de trabalho de cada Regional o **senhor Presidente, Deputado Manoel Mota**, retomando a palavra, agradeceu à equipe da Alesc, às SDRs e aos demais colaboradores o trabalho realizado e falou que na semana anterior tinha sonhado que uma voz rouca lhe dizia que, como o atual governo permaneceria até 2018, ele deveria pedir a concretização da Interpraiais, um dos seus maiores desejos, e que agora ela estava contemplada no PPA. Ato contínuo, não havendo mais nada a tratar, deixou um abraço a todos e disse que era uma honra estar na região, encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart] [Leiturista: Denise V. Silva]*

Deputado Estadual Valmir Comin
PRESIDENTE



13ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

GRANDE FLORIANÓPOLIS

REGIONAIS - ÁGUAS MORNAS, ANGELINA, ANITÁPOLIS, ANTÔNIO CARLOS, BIGUAÇU, FLORIANÓPOLIS, GOVERNADOR CELSO RAMOS, PALHOÇA, RANCHO QUEIMADO, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SÃO BONIFÁCIO, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E SÃO JOSÉ.

DATA: 25/06/12

Horário: 14h – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: Centro Empresarial TERRAFIRMA

Total de participantes: 62





DEMANDAS PRIOR. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012 - p/ LOA 2013

Regional: **GRDE FPOLIS**

PRIORIDADES AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 2012

012135	Implantação de sistema de vídeo monitoramento - SDR - Grande Florianópolis
N Ordem:	
Prior.PPA 06	

Obs:

012267	Reativação de leitos hospitalares da rede pública - SDR - Grande Florianópolis
N Ordem:	
Prior.PPA 07	

Obs:

009370	Implantação do Metrô de Superfície da Grande Florianópolis.
N Ordem:	
Prior.PPA 11	

Obs:

Conselheiros - Titular e Suplente

Titular **FLÁVIO ANTÔNIO BOEMCKE BERNARDES**
Função Diretor Geral da SDR
Cidade São José

Suplente **ADERILTO PASETTO**
Função
Cidade Florianópolis

Data_Aud_Públ.: **25-jun-12**

N_Participantes: **62**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESEÇA SDR: GRANDE FLORIANÓPOLIS

Municípios: Florianópolis, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara.

Nº DE ORDEM	NOME	ASSINATURA
01	Carlos Mestre Assis WZ - SP6	CM:
02	CRISTINA JOAQUIM	
03	IRINEY JOSÉ NUNO	
04	Curi Arnaldo Pituccurt da Rosa	Curi A.
05	Franisco Marell	
06	FELIPE ASMUZ - DEPLAU FIANCO.	
07	Ricardo Elói Espíndola	
08	EMILIANO GESSER - MAJ	
09	KATIUCI HILÁRIO CHAVES	Kotuci Chaves
10	Dr. Maria Beerat	BM RSC
11	Lu Maurício Stähelin	M Stähelin
12	VALCIONI MARCEL DA SILVEIRA	
13	MARY CRISTINE COELHO	
14	Viviane Funke Lopes	V Lopes
15	Luana Regina Schmitz	LS
16	ADRIANA GILBERTO	
17	Brunei José Stähelin	
18	Kelly C. Vieira Vicente	
19	Tamara Schmitz	
20	DANIEL FERNANDES	
21	Rita de Cassia F. Fureto de	
22	MS Elza Kauling	
23	Anderson Barcelos	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: GRANDE FLORIANÓPOLIS

24	Valdir Melchior Filho	6/10/12
25	Guilherme R. dos Santos	6/10/12
26	Rosi-Mauri R. de Oliveira	6/10/12
27	Renata Silva Oliveira	6/10/12
28	José Leite Sampaio	6/10/12
29	Dominique M. R. Miranda	6/10/12
30	Rodolfo Pans.	6/10/12
31	Franisco José de Azevedo	6/10/12
32	Laudion Dal Pont	6/10/12
33	GUIDO A. LEHM KUHLE	6/10/12
34	Maíra de Azevedo	6/10/12
35	Maria de Fátima	6/10/12
36	Lucio Fonseca de Araujo	6/10/12
37	MUHAMAD SUBHI M. H. HUSEIN	6/10/12
38	JOSÉ LEOPOLDO COSTA	6/10/12
39	ADERILTO TABETTO	6/10/12
40	TADU PEDRO VIEIRA	6/10/12
41	TÉRCIO KASTEN	6/10/12
42	Barlinho Schmidt	6/10/12
43	Marcio Pleguez	6/10/12
44	Donato Alberto de Souza	6/10/12
45	Flávia Viana da S.	6/10/12
46	Letícia Tricioni	6/10/12
47	Elizabete das Neves	6/10/12
48	Polina Fereira	6/10/12
49	Christine D. Koch	6/10/12



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2012

LISTA DE PRESENÇA SDR: GRANDE FLORIANÓPOLIS

50	Karlino Wollungin	Wollungin
51	Leucio Antunes	A
52	Miguel Fontana	Fontana
53	Flávio Espírito Santo	Flávio
54	HENRIQUE DE AZEVEDO	Henrique
55	Caroline Kirch	Kirch
56	Wagner da Silva	SDR Wagner
57	JEAN Loureiro	Jean
58	Rudolfo F. Pinheiro da Luz	Rudolfo
59	Michel Schlemper	Michel
60	Rosi-Mari R. de Oliveira	Rosi
61	José Sérgio Flores	José
62	MILTON COELHO PINHEIRO DU MOURA	Milton
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA 13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ EM 25 DE JUNHO DE 2012, ÀS 14H**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2012, às 14h, no auditório do Centro Empresarial TerraFirme, no Município de São José, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis e a sociedade civil organizada, com o objetivo de definir as três prioridades da Regional para a Lei Orçamentária Anual 2013 (LOA). A **senhorita Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima terceira audiência pública regional de 2012 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para a Lei Orçamentária Anual 2013. Ato contínuo, a mestre de cerimônias passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, para a condução dos trabalhos. Iniciando a reunião, o **senhor presidente**, após os cumprimentos de praxe, disse que aquela era a 13ª e última audiência pública do Orçamento Estadual. Explicou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já estava em tramitação regular na Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, considerando o momento muito importante para discutir quais as ações prioritárias para a Grande Florianópolis a serem inseridas no Orçamento. Na sequência, depois de explicar a metodologia da audiência, passou a palavra ao **senhor Antônio Carlos Vieira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, para a sua saudação. Inicialmente, informou que com a Constituição Federal de 1988 criou-se o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA); ressaltou que o PPA tinha duração de quatro anos, iniciando, contudo, no segundo ano de cada governo; e declarou que a LDO definiria as demandas que iriam constar no Orçamento, vigorando somente para o exercício posterior. Também declarou que a LDO já estava no Parlamento catarinense a fim de fixar as diretrizes orçamentárias que iriam vigorar para o Orçamento de 2013, mas frisou que o governo do Estado poderia encaminhar algum projeto de lei que alterasse o PPA 2012-2015 e que, inclusive, os Deputados poderiam apresentar emendas. Dito isso, afirmou que a inclusão no Orçamento não era garantia de que a prioridade seria executada, alertando, contudo, que as demandas que sequer constassem no Orçamento não seriam executadas. Por fim, disse que as ações priorizadas em 2011 foram escolhidas por um grupo diferente daquele presente na audiência e que, portanto, o grupo atual poderia apresentar outros interesses diferentes. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Sergio Francisco Ambrosi, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembléia Legislativa**, que com o auxílio do PowerPoint historicizou o planejamento orçamentário no Brasil desde 1946 até os dias atuais, salientando que a Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA) e determinou a sua implementação nas três esferas de governo. A seguir, fez uma exposição acerca das prerrogativas estabelecidas em lei que estavam sendo cumpridas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina e que culminariam com a promoção de 13 audiências públicas regionais, envolvendo as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Continuando, afirmou que aquela audiência tinha como objetivo apresentar a inclusão no PPA 2012-2015 das prioridades elencadas nas audiências públicas de 2011; apresentar a execução orçamentária até 21 de junho de 2012 das subações priorizadas nas audiências públicas de 2011 para a LOA 2012; apresentar as demais subações elencadas em 2011 já inclusas na LOA 2012; e promover o debate em grupos de trabalho visando elencar três prioridades por SDR para a LDO 2012 e a LOA 2013. Dito isso, registrou que nas audiências realizadas em 2011 havia sido definido um total de 432 prioridades para o PPA 2012-2015, abrangendo as 36 Regionais, bem como 108 para a LOA 2012, e que já tinham sido implementadas no Orçamento 179, ou seja, 71 prioridades a mais em relação às que tinham sido elencadas para 2012, numa proporção de 41,43% em relação ao que havia sido solicitado para ser implementado durante os próximos quatro anos, e fez uma demonstração da execução orçamentária das mesmas por Regional. Em seguida, registrou que com o intuito de melhorar o atendimento à sociedade, a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa tinha desenvolvido uma página



no *site* da Assembleia, na qual constavam todas as informações relativas às audiências públicas regionais e ao processo e ao planejamento orçamentário em Santa Catarina. Posto isso, afirmou que o dever do Parlamento catarinense era inserir no Orçamento as prioridades definidas pela sociedade, não tendo o poder de impor a execução da obra, e que se aquele processo ainda não era o ideal, podia ser considerado o melhor no Brasil, sendo Santa Catarina o único Estado que ouvia a sociedade e implementava no Orçamento. Para finalizar, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetivava reunir representantes da Regional da Grande Florianópolis para que priorizassem as três subações que seriam colocadas na LOA 2013 e elessem os dois representantes que fariam parte do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado. Ato contínuo, a **senhorita Juliane Gonçalves Rocha, mestre de cerimônias**, convidou para que tomassem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Valter Gallina; senhor Renato Luiz Hinnig, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; senhor Djalma Berger, Prefeito de São José; senhor Ernei José Stähelin, Prefeito de São Pedro de Alcântara; senhor Michel Schlemper, Vereador de São José; Flávio Antônio Bernardes, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; Deputado Federal Gean Loureiro; senhor Francisco José de Abreu, representando o senhor Luiz Américo Medeiros, Secretário Municipal de Obras de Florianópolis. Logo após a composição da mesa, registrou a presença do senhor Laudioni Dal Pont, representando o senhor Carlos Albert Xavier, presidente do Crea; do Major Ricardo Elói Espíndola, representando o Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar; do senhor Tadeu Pedro Vieira, delegado do Conselho Regional de Contabilidade de São José, representando o senhor Adilson Cordeiro, presidente do Conselho; do senhor Rodolfo Pinto da Luz, ex-Reitor da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina; do senhor Antônio Felipe Asmuz Pereira, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Biguaçu; do Major Emiliano Gesser, representando os Comandos da 7ª e 11ª Regiões da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; do 1º Tenente Muhammad Hussein, representando o senhor Luís Felipe Freire, Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina; do senhor Carlos Mestre, diretor de Estatística e Cartografia da Secretaria Estadual do Planejamento, representando o senhor Filipe Freitas Mello, Secretário de Estado do Planejamento; da senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração do Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente da Secretaria de Estado da Fazenda; da senhora Rose-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda; e do senhor Tércio Egon Paulo Kasten, diretor-presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina. Ato contínuo, foi passada a palavra ao **senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que, de imediato, disponibilizou a palavra aos membros da mesa. O **senhor Deputado Estadual Valter Gallina**, após os cumprimentos iniciais, enalteceu a realização daquelas treze audiências públicas regionalizadas e disse que aquele dia era de uma relevância ímpar para realizar os sonhos da Grande Florianópolis. Citou algumas obras realizadas, como o acesso a Varginha e o acesso a Três Riachos, mencionando que eles foram projetos iniciados a partir de definições tomadas em audiências como aquela. Destacando que a presença de todos para escolher as prioridades iria melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas da região, encerrou a sua fala parabenizando todos pela presença. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Renato Luiz Hinnig, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis**, que após saudar as autoridades e os demais presentes afirmou ser um prazer participar daquele evento que definiria as prioridades a serem incluídas no Orçamento para a Grande Florianópolis, explicando que caberia à Secretaria de Desenvolvimento Regional executar tudo o que fosse definido. Por fim, desejou a todos uma ótima tarde de trabalho. Fazendo uso da palavra, o **senhor Deputado Federal Gean Loureiro**, depois dos cumprimentos iniciais, informou que fez parte da administração da Capital e sabia das dificuldades que os Municípios tinham, inclusive Florianópolis, para ter o suporte necessário de investimentos do governo do Estado, por ser o Estado uma máquina muito grande e com uma capacidade de investimentos muito pequena e em razão de o custeio consumir uma parte grande do Orçamento elaborado. Posto isso, mostrou preocupação com o pouco investimento na educação infantil dada a demanda cada vez maior, assim como com a saúde, referindo-se não somente à atenção básica, mas também ao atendimento especializado de forma descentralizada. A seguir, disse ter expectativa de que a conclusão do Orçamento pudesse beneficiar obras estruturantes na região da Grande Florianópolis, além de investimentos nas rodovias estaduais consideradas demandas antigas, aguardando serem concretizadas. Encerrou afirmando que mesmo o Orçamento sendo uma expectativa de realização era um primeiro passo para que de maneira conjunta se pudesse concretizar aquilo que estivesse nele previsto. Por último, manifestou-se o **senhor Djalma Berger, Prefeito de São José**, que após as saudações iniciais mencionou que já teve a oportunidade de presidir a Comissão de Finanças e Tributação da Alesc e que fez, à época, algumas audiências regionais pelo interior do Estado. Falou sobre a evolução que vinha tendo o Orçamento Regionalizado, dizendo que ele inicialmente era uma obra de ficção, uma vez que nada do que era nele incluído tinha uma sequência de ações concretas. Em seguida, destacou três áreas que, segundo ele, necessitavam de intervenção do Estado. Primeiro, salientou a área da segurança, seja com



aumento de efetivo, com mais equipamentos ou com evolução tecnológica, afirmando que São José merecia tratamento especial na área por possuir 215 mil habitantes, por ser uma cidade totalmente urbana e com a maior densidade demográfica do Estado, tendo cerca de 1.600 habitantes por quilômetro quadrado. Por último, destacou a necessidade de investimentos na área da saúde e na infraestrutura urbana, como era o caso da conclusão da SC-407. Finalizando, cumprimentou as ações desenvolvidas pela SDR e pela Comissão de Orçamento da Alesc, desejando que o Estado fosse parceiro de todos os Municípios. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, comunicou que, encerrada a primeira fase de saudação dos membros da mesa, daria início à segunda etapa da audiência, que se referia à eleição das três prioridades, informando que a última etapa seria a relatoria das propostas da Regional. Em seguida, desfez a mesa dos trabalhos para que a plenária se reunisse com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado. *(A plenária passou a escolher as ações prioritárias para a SDR da Grande Florianópolis.)* Encerrada a atividade de escolha das ações prioritárias, o **senhor Presidente** retomou a palavra e anunciou o conselheiro titular e o suplente, respectivamente, do Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado, escolhidos pela Regional: Flávio Antônio Boemcke Bernardes e Aderlito Pasetto. Ato contínuo, o **senhor Flávio Antônio Boemcke Bernardes** relatou as três prioridades para a LOA 2013, assim definidas pela Regional: 1) 012135 – implantação do sistema de vídeo monitoramento – SDR - Grande Florianópolis; 2) 012267 – reativação de leitos hospitalares da rede pública – SDR - Grande Florianópolis; 3) 009370 – implantação do metrô de superfície da Grande Florianópolis. Após o registro das prioridades elencadas pela Regional, e nada mais havendo a tratar, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini.] [Leiturista: Denise V. Silva.]*

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



PARECER CONCLUSIVO

Referência: Projeto de Lei nº PL/146.7/2012.

Procedência: Governamental.

Assunto: “Dispõe sobre, as diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e estabelece outras providências”.

Relator: Deputado Marcos Vieira.

Senhora Deputada e
Senhores Deputados,

I - INTRODUÇÃO

Usando das prerrogativas regimentais que nos concede o art. 128, inciso VI, do Regimento desta Assembleia Legislativa, AVOCAMOS o Projeto de Lei em referência, que *“dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e estabelece outras providências”*, encaminhado a este Poder pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cuja Mensagem nº 561 se faz acompanhada da Exposição de Motivos - EM nº 124/2012 da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual orientará a elaboração da proposta orçamentária para 2013, agora, passo a emissão do parecer conclusivo com base no proposto pelo Projeto em referência e as Emendas oferecidas ao mesmo pelos Senhores Deputados – membros desta Casa Legislativa.

O Projeto, elaborado em conformidade com as disposições do artigo 165, § 2º da Constituição Federal, com o § 3º do artigo 120 da Constituição Estadual e art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi remetido a esta Casa para análise e posterior parecer.

Uma das inovações trazidas pela Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO submete aos representantes legítimos da sociedade, o Poder Legislativo, a análise e aprovação das prioridades para aplicação dos recursos públicos. Vale ressaltar que, anteriormente, o estabelecimento das prioridades não transitava pelo parlamento, sendo estas definidas unilateralmente pelo Poder Executivo e expressas diretamente na proposta orçamentária. Essa prática reduzia a atuação do Poder Legislativo a um papel secundário na definição das políticas públicas a serem implementadas e sua atuação resumia-se a emendas marginais à proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo.



A Constituição Estadual, nos artigos 115 a 133 dispõe sobre finanças públicas de maneira globalizada e harmônica.

A gestão das contas públicas no Brasil passou por avanços institucionais tão expressivos nos últimos anos que são uma verdadeira revolução no setor. Mudanças relevantes abrangeram os processos e ferramentas de trabalho, a organização institucional, a constituição e capacitação de servidores, a reformulação do arcabouço jurídico e a melhoria do relacionamento com a sociedade em âmbito federal, estadual e municipal.

Os diferentes atores que participam de gestão das finanças públicas tiveram suas funções redefinidas, ampliando-se as prerrogativas do Poder Legislativo na condução do processo decisório pertinente à priorização do gasto e à alocação da despesa. Consolidou-se a visão de que o horizonte do planejamento deve compreender a elaboração de um Plano Plurianual – PPA e, a cada ano uma Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que por sua vez deve preceder a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Introduziu-se o conceito de responsabilidade fiscal, reconhecendo-se que os resultados fiscais e por conseqüência, os níveis de endividamento do Estado, não podem ficar ao sabor do acaso, mas devem decorrer de atividade planejada, consubstanciada na fixação de metas fiscais. Os processos de planejamento e orçamentário, seguindo a tendência mundial, evoluíram das bases do orçamento-programa para a incorporação do conceito de resultados finalísticos, em que os recursos arrecadados devem retornar à sociedade na forma de bens e serviços que transformem positivamente sua realidade.

II - DO CUMPRIMENTO DO PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO DO PLDO

Como ressaltamos em nosso parecer preliminar, o referido Projeto de Lei em análise, foi encaminhado ao expediente da Mesa, em 15 de abril do ano em curso, e lido no dia 17 de abril, 34ª Sessão Ordinária após o dia 15 de abril, cumprindo o que determina o disposto no inciso II do artigo 35 da ADCT:

“Art. 35 – Até a entrada em vigor da legislação prevista no art. 121 da Constituição Federal/88:

I –



II – “O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa”.

III – ANÁLISE

Ao situar-se em uma posição intermediária entre as diretrizes, objetivos e metas, definidas no plano plurianual, e a previsão da receita e a fixação da despesa, próprias da lei orçamentária anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias cumpre papel de balanceamento entre a estratégia traçada no início de um governo e as reais possibilidades que vão se apresentando ao longo dos anos de implementação do plano plurianual.

Diante da necessidade de se ajustar a programação prevista no plano plurianual ao cenário político, econômico e institucional que se apresenta nos meses que antecedem a elaboração e análise da proposta orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem o poder de antecipar um fato inevitável: a necessidade de se fazer escolhas.

Por mais que haja a preocupação com o equilíbrio fiscal em sua elaboração, as metas (plurianuais) estabelecidas no Plano Plurianual, invariavelmente, demandam mais recursos do que um orçamento anual pode dispor. Assim, há que se priorizarem umas em detrimento de outras.

A antecipação dessa decisão, proposta pelo Poder Executivo no referido projeto é analisada, aperfeiçoada e aprovada por este Poder, deve servir para orientar a elaboração da proposta orçamentária para 2013, e que esta venha demonstrar aceitação pelos dois Poderes responsáveis pelo processo de formulação e aprovação da mesma.

A apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, por este Poder, envolve a discussão e o aperfeiçoamento de instrumentos que moldam a peça orçamentária aos objetivos e programas delineados no Plano Plurianual - 2012-2015 – PPA, orientando a elaboração da proposta orçamentária e definindo controles para a execução do orçamento, necessários para garantir a eficácia das diretrizes e metas definidas.



Como já efetivado no Parecer Preliminar aprovado por unanimidade por esta Comissão, e publicado, tempestivamente, foi estabelecido rito processual e cronograma próprio para a tramitação deste Projeto que, se aprovado, transformar-se-á na Lei de Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para aplicação no ano de 2013.

Passamos a analisar como relatamos em nosso parecer preliminar, outros itens da proposta formulada pelo Chefe do Poder Executivo, assim como o conteúdo das emendas apresentadas, traçando diretrizes da política a ser executada, submetida à aprovação deste Poder.

3.1 Da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2013

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2011		Metas Realizadas em 2011		R\$ milhares	
	(a)	% PIB	(b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	13.913.074	9,695	15.259.959	10,634	1.346.885	9,68
Receitas Primárias (I)	13.480.619	9,394	14.706.546	10,248	1.225.927	9,09
Despesa Total	14.001.371	9,757	14.951.780	10,419	950.409	6,79
Despesas Primárias (II)	12.605.832	8,784	13.446.946	9,370	841.114	6,67
Resultado Primário (III) = (I – II)	874.787	0,610	1.259.600	0,878	384.813	43,99
Resultado Nominal	(2.329.975)	(1,624)	(929.960)	(0,648)	1.400.015	(60,09)
Dívida Pública Consolidada	12.561.612	8,753	13.362.062	9,311	800.450	6,37
Dívida Consolidada Líquida	6.761.942	4,712	6.298.321	4,389	(463.621)	(6,86)

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 2011 (DCOG) e Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$ milhares
Produto Interno Bruto – SC – PREVISTO	143.505.314
Produto Interno Bruto – SC - PREVISTO	143.505.314

A análise dos resultados fiscais alcançados pelo Estado catarinense no exercício financeiro de 2011, em conformidade o que dispõe o art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF foi alcançado com muito esforço pelo governo estadual, que buscou incessantemente o aumento de seus ingressos, está demonstrado no valor da receita executada, superior a orçada em 9,68%. Este incremento é superior em 3,14% a inflação de 2011, que foi de 6,54%.



Já as despesas executadas, comparadas com as orçadas, demonstram um aumento de 6,79%. Este resultado é consequência das melhorias salariais concedidas e não previstas quando da elaboração da LDO para 2011.

O resultado primário demonstrou uma variação positiva de 43,99% das metas realizadas comparadas com as previstas, atingindo e ultrapassando o que foi proposto na LDO de 2011, cumprindo assim, os objetivos e estratégias estabelecidas pelo Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do governo estadual, instituído pelo Contrato nº 12/98 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN/COAFI, de 31 de março de 1998, que renegocia a dívida do Estado, tendo como fundamento a estratégia voltada à obtenção de resultados primários suficientes para possibilitar a cobertura do serviço da dívida contratada. O aumento nas Disponibilidades de Caixa Bruta de mais de 1 milhão de reais justifica a diferença entre a meta prevista e o valor realizado para a Dívida Consolidada, pois se esses recursos tivessem sido utilizados para pagamento de passivos no exercício, a meta teria sido superada.

Já a Dívida Líquida ficou abaixo do projetado em virtude da concentração de gastos e da boa arrecadação, sendo que as Disponibilidades de Caixa ficaram maiores em 2012 em aproximadamente R\$ 1.019.153.440,00 (hum bilhão, dezenove milhões, cento e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta reais). Além do crescimento da arrecadação, o Estado não recebeu recursos significativos de operações de crédito.

Importante destacar o crescimento menor no exercício de 2011 do saldo do Contrato de Renegociação da Dívida com a União, que tem sua correção pelo IGP-DI, sendo que este índice ficou abaixo da inflação medida pelo IPCA.

3.2 Das Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual

O objetivo do Anexo de Metas e Prioridades - Anexo I (fls. 28 a 37) do PLDO – é identificar, dentre os programas, ações e subações do Plano Plurianual PPA - 2012/2015, as metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício financeiro de 2013, consideradas estratégicas por contemplarem os contratos de obras e serviços, em execução, importantes para a consecução dos objetivos do PPA, no intuito de orientar a elaboração e execução da lei orçamentária anual.



Neste ínterim, devem fazer parte deste anexo as prioridades elencadas através das Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizados, realizadas pela Assembleia Legislativa em 13 macrorregiões do Estado.

3.3 Da Política de Aplicação das Instituições Financeiras Oficiais de Fomento

A inclusão deste tema no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias em análise, está previsto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e no art. 120, § 3º, IV, da Constituição Estadual.

Em nosso Estado é agência oficial de fomento o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.– BADESC, a quem compete a execução da política estadual de desenvolvimento econômico, fomentando as atividades produtivas e apoiando a geração da infraestrutura urbana e econômica, por meio de operações de créditos e de ações definidas em Lei, apoiando através de créditos os programas estruturantes e projetos vinculados aos objetivos do Governo do Estado.

Podemos destacar ainda, que as atividades de fomento podem adotar os mais diferentes mecanismos, mas usualmente se realizam mediante oferta de recursos, sob a forma de financiamento, para aplicação, pelo setor privado, em determinados setores da economia considerados prioritários para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

A participação do setor público no mercado financeiro brasileiro é expressiva. As ações de fomento, por envolverem recursos em grande quantidade, causam impactos relevantes sob os aspectos de geração e apropriação da renda nacional, podendo contribuir para ampliar ou reduzir a desigualdade social existente no País.

IV – Das Emendas Apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 146.7/2012 – LDO – 2013.

Decorrido o prazo fixado no Parecer Preliminar para apresentação de emendas, tiveram as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados a oportunidade para se manifestarem em favor dos propósitos parlamentares que sempre se fazem em busca dos interesses do povo catarinense.



Porém, em cumprimento da ordem jurídica e constitucional regedora desta matéria, resta-nos apreciar as EMENDAS apresentadas e sobre as mesmas, dizer da sua propriedade legal, opinando, para que esta Comissão aprove ou não o Parecer que regimentalmente este Poder nos autoriza exará-lo.

Na verdade, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem o objetivo de antecipar as tratativas entre os Poderes constitucionalmente reconhecidos, com discussões e acertos à elaboração e à aprovação do orçamento para ser executado no próximo exercício. Esta tem sido a filosofia, embora ainda com muitas lacunas que precisam ser corrigidas, e que só acontecerá no momento em que o Poder Legislativo, através da Coordenadoria do Orçamento Estadual, órgão institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, integrante da estrutura da Diretoria Legislativa, de natureza consultiva e de assessoramento, passe a mobilizar para uma participação direta e eficaz, propondo, analisando e discutindo, o processo orçamentário junto às comunidades de todo o Estado.

Assim, das 192 (cento e noventa e duas) EMENDAS apresentadas nesta Comissão de Finanças e Tributação pelas Senhoras Deputadas e pelos Senhores Deputados, individualmente ou por intermédio de suas Bancadas, somadas as deste Relator, com objetivo de alterar o Projeto ora em análise, 03 destinam-se a alterar o texto legal, modificando, acrescentando ou suprimindo dispositivos, Anexo I, e 189 emendas de alteração ao Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual para 2013, sendo 80 (oitenta) emendas da Bancada do Partido dos Trabalhadores –PT, 08 (oito) emendas de parlamentares apresentadas individualmente e 101 (cento e uma) emendas deste Relator, procedentes das Audiências Públicas Regionais, conforme Anexo II.

4.1 Do Acatamento das Emendas

Reconhecemos a grande responsabilidade que assume o Relator na adoção dos critérios de admissão e acatamento das emendas, por isso buscamos respaldo em toda a legislação orçamentária vigente.



Para facilitar o acompanhamento deste relato, pelas Senhoras Deputadas e pelos Senhores Deputados, tanto no âmbito desta Comissão como no Plenário, o critério que adotamos para análise das EMENDAS, é o seguinte:

Anexo I – Emendas apresentadas ao texto do PLDO – analisando-as pela ordem dos dispositivos a serem alterados e;

Anexo II – Emendas destinadas a modificarem o Anexo de Metas e Prioridades da Administração Estadual para 2013 do PLDO – da mesma forma procedida com as EMENDAS ao texto legal, também a fizemos, desta feita pela ordem das Metas e Prioridades alteradas.

4.1.1 Das Emendas Apresentadas ao Texto - Anexo I

4.1.1.1 Emendas de Relator

Esta relatoria apresentou e acatou 03 (três) emendas ao texto que tem como objetivo o de aprimorar o processo orçamentário neste Poder e o fortalecimento das Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado.

4.1.2 Das Emendas Apresentadas ao Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual – Anexo II

4.1.2.1 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada

De acordo com o Anexo II, das 189 (cento e oitenta e nove) emendas apresentadas, 08 (oito) são de parlamentares individuais, e 80 (oitenta) de Bancada, onde todas foram rejeitadas por esta Relatoria em sua totalidade respeitando as Audiências Públicas Regionais realizadas por este Poder nas 13 macrorregiões do Estado, que estabeleceram uma forma mais democrática na distribuição e aplicação dos recursos públicos.

4.1.2.2 Emendas de Relator – Referentes às Audiências Públicas Regionais - 2012

Ainda de acordo com o Anexo II, após análise das prioridades de cada região, feita pela Coordenadoria de Orçamento Estadual desta Casa, constatamos que, das 108 (cento e oito) prioridades elencadas nas Audiências Públicas Regionais de 2012, 06 (seis) já estavam contempladas na proposta do Poder Executivo, 02 (duas) prioridades da SDR de Maravilha,



ficaram agendadas para serem incluídas na revisão do Plano Plurianual - PPA - 2012-2015, se encaminhada pelo Poder Executivo a esta Casa, e 101 (cento e uma) prioridades, foram apresentadas e acatadas em sua totalidade sob forma de emendas desta Relatoria.

IV – CONCLUSÃO

Ratificando os termos do Parecer Preliminar aprovado por unanimidade nesta Comissão de Finanças e Tributação, dou este Parecer Conclusivo ao Projeto de Lei nº 146.7/2012 – LDO/2013 e solicito aos nobres pares desta Comissão, sem prejuízo das adequações e retificações necessárias, a aprovação integral do presente.

É o Parecer.

SALA DAS COMISSÕES, em 04 de julho de 2012.

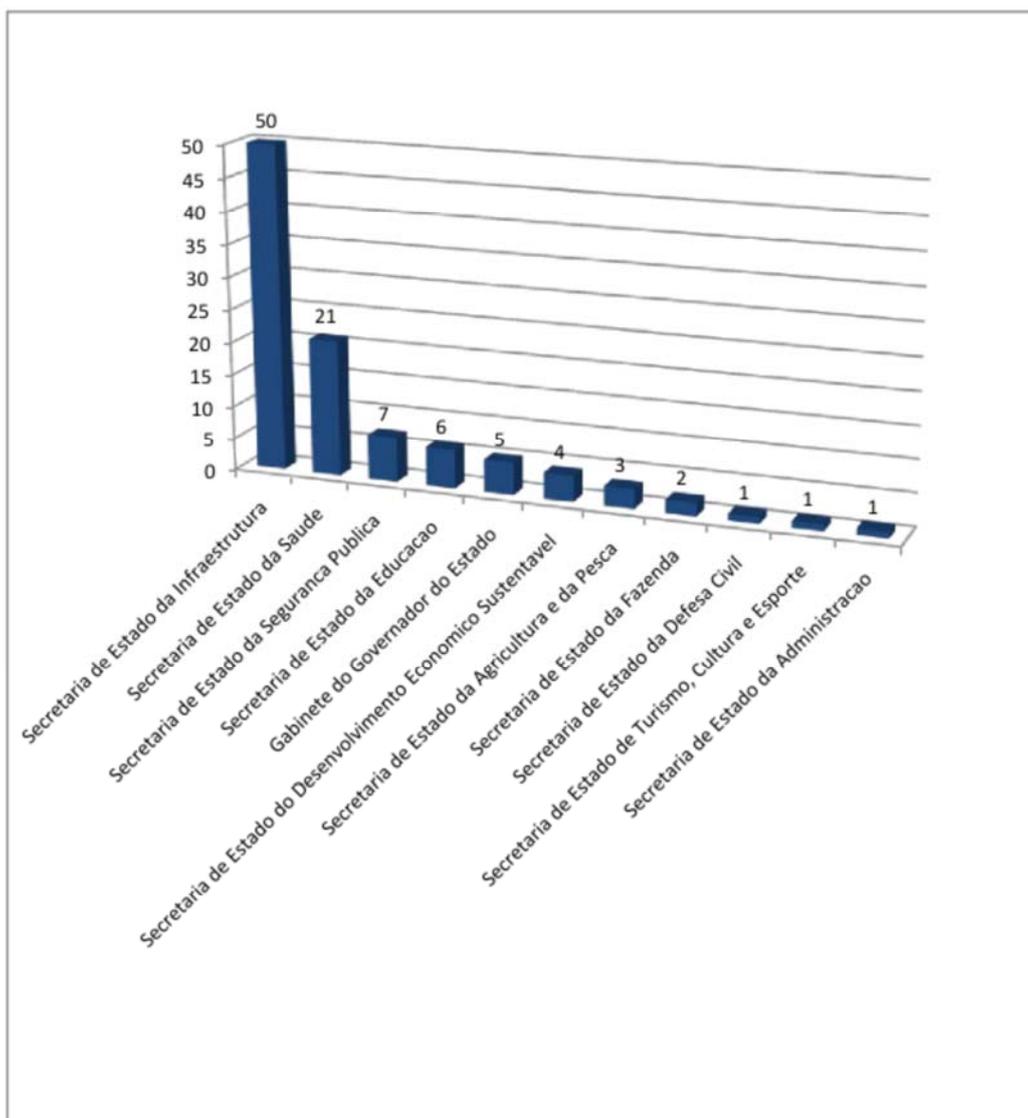
Deputado Marcos Vieira
Relator



Emendas de Audiências Públicas

PL 146.7/2012 - LDO p/ 2013

(p/ Órgão)



Fonte e Elaboração: Coordenadoria do Orçamento Estadual e Coordenadoria de Informática – ALESC
Fones: (48)3221-2556-2943 – Email: orcamento@alesc.sc.gov.br